

**O agenciamento redes-ruas nos perfis de Facebook das
“Ocupações Secundaristas” do Brasil:
Performatividade, subjetividade e comunicação net-ativista**

Danielle Miranda da Silva

Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação

Maio, 2018

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em **Ciências da Comunicação**, realizada sob a orientação científica da professora Doutora Maria Augusta Babo.

[DECLARAÇÕES]

Declaro que esta tese/ Dissertação /Relatório /Trabalho de Projecto é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

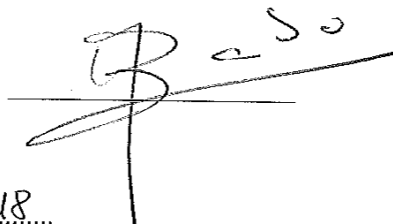
O candidato,

Danielle Miranda da Silva

Lisboa, 18 de maio de 2018.

Declaro que esta Dissertação / Relatório / Trabalho de Projecto se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

O(A) orientador(a),



Lisboa, 18 de maio de 2018.

Nos dirigimos aos inconscientes que protestam. Buscamos aliados.

Deleuze, em Conversações.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e irmãos. Flavio, Carmem, Guilherme e Thayna, obrigada pelo apoio que permitiu concretizar esse mestrado, pelo incentivo contínuo e sempre presente. Obrigada pela compreensão e confiança na minha decisão que tantas rupturas e saudade nos causou. Vocês são sempre base e coragem em qualquer conquista.

À professora Maria Augusta Babo, pela sua generosidade intelectual e inspiração essencial durante o mestrado. Agradeço intensamente pela acolhida do projeto, pela orientação vigorosa, pela confiança na continuidade em um doutoramento e, principalmente, pelos agenciamentos que o seu compromisso com a potência da sala de aula convocam em mim.

À professora Cristina Ponte, pelo incentivo e apoio à continuidade do estudo que desde 2017 segue, por outros rumos, no doutoramento em Ciências da Comunicação da FCSH-NOVA.

À Cris, Carina e Thaíssa. Agradeço por ter encontrado tanto afeto no mestrado e em um novo país através de vocês, por nossas sensibilidades terem se encontrado nesse momento de crescimento e transições individuais e termos criado, juntas, uma rede de apoio, amizade e mais leveza para o percurso. Aos demais amigos de Portugal, que constituem parte essencial das vivências desse período.

À Aline Andres e às marcas que, do nosso encontro, persistem em tudo que a decisão de ingressar nesse mestrado mobilizou em mim.

À professora Nísia Martins do Rosário, cujos aprendizados, partilha e inspiração me constituem e acompanham sempre. Ao professor Alexandre Rocha da Silva, que, em um distante júri em 2015, instigou: “como, a partir de agora, pensar a multidão?...”

A Douglas Ritter. Por abraçar na totalidade essa desterritorialização no nosso percurso tantos meses atrás. Por ser o reduto de coragem e movência nessa jornada compartilhada. Abundância de amor, incentivo, apoio e tantos afetos potentes nessa co-existência. Por ser aconchego, sem importar o território; ser expressão tão sincera de um dever-família. Pela opção sempre de priorizar o que, em nós, pulsa de vida.

Aos estudantes secundaristas brasileiros, pelo aprendizado.

**O AGENCIAMENTO REDES-RUAS NOS PERFIS DE FACEBOOK DAS
“OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS” DO BRASIL:**

Performatividade, subjetividade e comunicação net-ativista

DANIELLE MIRANDA DA SILVA

RESUMO

O problema de pesquisa que orienta essa tese busca compreender *como os movimentos net-ativistas que ocupam espaços públicos, nomeadamente em um estudo a partir do movimento das Ocupações Secundaristas de 2015 a 2017 no Brasil, estão a configurar suas reivindicações através das redes sociais digitais*. Secundaristas é uma das nomenclaturas para denominar, no Brasil, o grupo de estudantes que se encontram no Ensino Secundário, a última etapa do ensino básico brasileiro, e que, entre 2015 e 2017, protagonizaram a ocupação de mais de mil instituições de ensino no país como modo de reivindicação e visibilidade para demandas muito diversas. Abordamos o fenômeno a partir das perspectivas do acontecimento e do agenciamento deleuze-guattarianos, inscrevendo nossa perspectiva epistemológica em um pensamento pós-estruturalista que privilegia a produção da diferença e a dimensão relacional *entre* multiplicidades. O objetivo é compreender os modos comunicativos e performativos que se realizam no agenciamento entre redes digitais, corpos e ruas nesses movimentos. Com isso, o net-ativismo, a performatividade e os modos de produção de subjetividade são os eixos teóricos que permitem uma configuração micropolítica de nosso objeto de estudo voltada aos seus aspectos comunicacionais. Propomos no trabalho um percurso teórico-metodológico inspirado nos conceitos de rizoma e cartografia de Deleuze e Guattari, enquanto abordagens que orientam a privilegiar as conexões, a heterogeneidade e multiplicidade e os sistemas não hierárquicos e não centrados. Nesse processo, elegemos perfis de Facebook criados pelos estudantes do movimento de ocupação como elemento principal de nosso *corpus* empírico de análise. Nossa análise busca conectar esses *posts* de forma qualitativa, aberta aos processos de produção de subjetividade e aos fluxos de desejo comunicados nesses perfis. Sem estabelecer categorias rígidas, compusemos constelações nas quais sublinhamos o hibridismo entre redes digitais e ruas como operador comum. O movimento das Ocupações Secundaristas demonstrou incorporar os códigos do net-ativismo, assim como novas dimensões de um agir comunicativo em rede. Entre os agenciamentos analisados, destacamos *os limites e fronteiras entre os códigos do net-ativismo e do diálogo representativo político* como um dos problemas diretamente da ordem da comunicação; o caráter multitudinário que se expressa em enunciados estratégicos que desnaturalizam uma *universalidade identitária*; o exercício transubjetivo do poder performativo que conecta sujeitos, dispositivos, fluxos informativos e territorialidades; e a potência de inoperosidade enquanto modo de subjetivação singular. O trabalho intenciona, portanto, contribuir para os estudos sobre o net-ativismo no campo da comunicação, a partir de uma perspectiva não centrada no sujeito, nem puramente na dimensão tecnológica dos dispositivos de comunicação contemporâneos. Priorizamos, desse modo, uma dinâmica relacional em que as mutações no cenário comunicativo se expressam nas redes, mas também em transformações radicais em toda a ecologia dos protestos e dos novos modos de conflitualidade e produção de subjetividades.

PALAVRAS-CHAVE: Net-ativismo; *Ocupações Secundaristas*; *Movimentos Occupy*; Performatividade. Subjetividade.

**THE NETWORKS-STREETS ASSEMBLAGE IN THE FACEBOOK PROFILES
OF THE SECONDARY OCCUPATIONS OF BRAZIL:**

Performativity, subjectivity and net-activism

DANIELLE MIRANDA DA SILVA

ABSTRACT

The research problem that guides this thesis aims to comprehend how the net-activism movements that occupy public spaces, specifically in a study which starts from the occupy movement by Brazilian secondary students, are configuring their claims through digital social networks. Secundarists is one of the nomenclatures to name, in Brazil, the group of students that are in High School (?), the last phase of the Brazilian basic education, and, between 2015 and 2017, led the occupation of over a thousand education institutions in the country as a way to claim for visibility to varied requests. We approach this phenomenon starting from perspectives of the event and in the assemblage of Gilles Deleuze and Félix Guattari, registering our epistemological perspective in a poststructuralist thought which privileges the production of difference and the relative dimension between multiplicities. The goal is to comprise the communicative and performative modes that are realized in the assemblage among digital networks, bodies, and streets in those movements. Thereby, the net-activism, the embodied and plural performativity and the production subjectivity modes are theoretical axes that allow a micropolitics configuration of our object of study turned to their communicational aspects. We propose in the work a theoretical-methodological course inspired by the concepts of rhizome and cartography from Deleuze and Guattari as approaches that guide to privilege the connections, the heterogeneity, the multiplicity, and the non-hierarchical and not centered systems. In this process, we have elected Facebook profiles created by students of the occupy movement as the main element of our empirical corpus of analysis. The occupy movement by Brazilian secondary students has incorporated the codes of net-activism, as well as new dimensions of a communicative behavior in network. Among the analysed assemblages, we highlight the limits and boundaries between the codes of net-activism and of the political representative dialog as one of the problems directly in the communication order (field?); the multitudinous character expressed in strategic statements that denature an university identity; the transubjective exercise of performative power that connects subjects, devices, informative flows and territorialities; and the power of inoperability as way of singular subjectivation; The work intends, therefore, to contribute to the studies on net-activism in the field of the communication, form a perspective not centered in the subject, nor purely in the technological dimension of the contemporary communication devices. We thus prioritize a relational dynamic in which mutations in the communicative scenario are expressed in networks, but also in radical transformations throughout the ecology of the protests and the new modes of conflict and production of subjectivities

KEY-WORDS: Net-activism; Secondary Students Occupations; Occupy Movements; Performativity. Subjectivity.

ÍNDICE

Introdução.....	1
Capítulo I: Direcionamentos teórico-metodológicos.....	4
I. 1. A composição do corpus e os princípios para análise.....	5
Capítulo II: Ocupações Secundaristas no Brasil: compreensão micropolítica do objeto	8
II. 1. Movimentos de ocupação: dos sentidos de “ocupar”.....	8
II. 2. Ocupações Secundaristas no Brasil: movimentos micropolíticos	9
II. 3. As ocupações enquanto acontecimento.....	15
II. 4. A dimensão da performatividade pública no acontecimento.....	18
Capítulo III: Contornos comunicacionais nas Ocupações Secundaristas	23
III. 1. <i>Entre</i> redes digitais de comunicação, ruas e corpos: o agenciamento em que se estabelece a performatividade ativista	23
III. 2. A dimensão das redes pela perspectiva do net-ativismo.....	27
III. 3. Devires (trans) subjetivos no agenciamento net-ativista.....	30
Capítulo IV: Os perfis do Ocupa Escola: multiplicidades da comunicação net-ativista.....	38
IV. 1. Rupturas no diálogo: crise representativa, autonomia e fronteiras da horizontalidade	38
IV. 2. Identificações estratégicas nos perfis de Facebook	43
IV. 3. O corpo e o espaço como agenciamentos da ação performativa .	47
IV. 4. Ocupação midiática: o controle da narrativa.....	53
IV. 5. Linha de força transversal: a potência de não comunicada pelas	

ocupações	56
Considerações Finais	58
Referências	61
Glossário	73
Lista de Figura	79
Apêndice A	80
Apêndice B	83
Apêndice C	84
Anexos	85
Anexo 1	86
Anexo 2	88
Anexo 3	89
Anexo 4	90
Anexo 5	91
Anexo 6	92
Anexo 7	93
Anexo 8	94
Anexo 9	95
Anexo 10	96
Anexo 11	97
Anexo 12	98
Anexo 13	100
Anexo 14	101
Anexo 15	102
Anexo 16	104
Anexo 17	105

Anexo 18	106
Anexo 19	107
Anexo 20	108
Anexo 21	110
Anexo 22	112

INTRODUÇÃO

É toda a dificuldade de uma ruptura: ela (a Ocupação dos Secundaristas) não pode ser lida apenas com as categorias disponíveis antes dela, categorias essas que a ruptura justamente está em vias de colocar em xeque. A melhor maneira de matar um acontecimento dessa ordem é reinseri-lo no encadeamento causal, reduzindo-o aos fatores diversos que o explicariam e o esgotam, ao invés de desdobrar aquilo que eles trazem embutido, ainda que de modo balbuciante ou embrionário, de novo, de inaugural, de fundante. (Peter Pál Pelbart em “*Carta aberta aos secundaristas*”, 2016)

Secundaristas é uma das nomenclaturas para denominar, no Brasil, o grupo de estudantes que se encontram no Ensino Secundário – também chamado Ensino Médio, a última etapa do ensino básico brasileiro, correspondente aos 10º, 11º e 12º anos de estudos¹. Jovens, em geral com idade entre 14 e 18 anos, que, entre o ano de 2015 e o início de 2017 protagonizaram um fenômeno de grandes proporções políticas, sociais, comunicativas e, sem dúvida, não só da produção de novos modos de manifestações estudantis no país, mas, essencialmente, uma produção que se conecta com algo da ordem de novas subjetividades, novas políticas do desejo que circulam e incidem em nosso tempo. Estamos falando das ***Ocupações Secundaristas, Primavera Secundarista ou movimento #OcupaEscola***, diferentes nomes de um mesmo fluxo de acontecimentos em que mais de 1.190 escolas, institutos e universidades no Brasil (União Brasileira de Estudantes Secundaristas, 2016) foram ocupadas por estudantes que, em todo o território nacional, decidiram reivindicar melhores condições para o ensino público – e não só.

Partimos das Ocupações Secundaristas para buscar compreender aquilo que é, no fundo, o que motiva a produção desse trabalho: os processos contemporâneos de produção de subjetividade que passam pela proliferação de novas ecologias comunicativas que atravessam e transformam, diretamente, os modos atuais de reivindicação e manifestações coletivas e, de forma mais central, naqueles que se expressam entre as redes digitais de comunicação e as ocupações de espaços públicos. Falamos de movimentos net-ativistas², em grande parte conhecidos como movimentos *occupy*. Movimentos como *Occupy Wall Street*; *Anonymous*; Primavera Árabe; 15M/Indignados, na Espanha; Jornadas de Junho de 2013 ou o Rolezinho, no Brasil; Geração à Rasca e Que se lixe a Troika! Queremos nossas vidas!, em Portugal;

¹ Realidade equivalente aos estudantes do Ensino Secundário em Portugal, de acordo com a organização curricular da Direção-Geral da Educação (DGE) do Ministério da Educação da República Portuguesa (Direção-Geral da Educação, 2018).

² Há diferentes grafias possíveis para os termos net-ativismo e net-ativista. Por exemplo, Babo *et.al.* (2017) utilizam “netativismo”, enquanto Babo (2017), escreve “netactivismo”. Adotaremos na tese a grafia utilizada no livro que consiste para nós a base fundadora do pensamento exposto nesse trabalho em relação ao net-ativismo: Massimo Di Felice, *Net-ativismo: Da ação social para o ato conectivo*, 2017.

Movimento *5 Stelle* (5 Estrelas), na Itália, e tantos outros (vide - Glossário –Movimentos net-ativistas mencionadas na tese)³. Tais movimentos refletem uma mudança qualitativa na natureza das interações em protestos e na reivindicação de direitos, sendo, o net-ativismo, portanto, expressão de um novo tipo de ação social.

O termo net-ativismo exprime não somente o conjunto de interações colaborativas que resultam da sinergia entre atores de diferentes naturezas, mas a comum condição digital que antecede e forma pessoas, circuitos informativos, dispositivos, redes sociais digitais e territorialidades informativas, apresentando-se, segundo essa perspectiva, como constituição de uma nova ecologia (*eko-logos*): não mais opositiva e separatista, mas expandida e portadora de uma substância comum que a torna reticular e conectiva (Di Felice, 2018, p.50-51).

Exploraremos mais detalhadamente as características do net-ativismo na sessão III.2. Trata-se, ao nosso ver, de fenômenos que devem ser abordados em sua dimensão de acontecimento. Acontecimento aqui está sendo pensado no sentido deleuze-guattariano, enquanto conceito incorporeal, da ordem do devir, embora se encarne ou se efetue nos corpos (Deleuze & Guattari, 1992). Para os autores, em cada acontecimento, “há muitos componentes heterogêneos, sempre simultâneos, já que são cada um um entre-tempo (...) são variações, modulações, *intermezzi*, singularidades” (idem, p. 204). Nesse aspecto, o conceito de acontecimento nos parece fecundo justamente por permitir considerar suas singularidades, assim como “um modo de individuação que não se confunde precisamente com o de uma coisa ou de um sujeito” (Deleuze & Guattari, 1997a, p.41). São, para os autores, as *hecceidades*, “individuações concretas valendo por si mesmas e comandando as metamorfoses das coisas e dos sujeitos” (idem). Por essa via é que abordaremos teoricamente o movimento das Ocupações Secundaristas enquanto encontro de singularidades que penetram umas nas outras e produzem acontecimentos. Buscamos, com isso, aporte em uma abordagem epistemológica pós-estruturalista que privilegia a produção de diferença e a dimensão relacional de uma lógica *entre* multiplicidades.

Hoje, em um cenário configurado pela hiper difusão de novas tecnologias em rede, são muitas as formas de ativismo que encontraram seu modo de apresentação política justamente na articulação *entre* rede e ruas, *entre* lógica virtual e modos performativos de atuação que se expressam no real dos corpos, dos espaços e na ordem de uma materialidade produzida por aqueles que “ocupam”. Nosso problema de pesquisa interroga, portanto: *como os movimentos net-ativistas que ocupam espaços públicos, nomeadamente em um estudo a partir do movimento das Ocupações Secundaristas de 2015 a 2017 no Brasil, estão a configurar hoje suas reivindicações através das redes sociais digitais?*

³ Para respeitar a extensão máxima de 60 páginas para tese (excluindo elementos pré e pós-textuais), estabelecidos pelo regimento da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, todos os movimentos net-ativistas mencionados no trabalho são brevemente apresentados ao final do texto, reunidos em um Glossário.

Das ocupações, enquanto acontecimento singular, pensamos que emergem experiências em fluxo que mobilizam deslocamentos de tempo e espaço e do instituinte e convergem para a partilha do sensível político. Em Rancière (2009, p. 15), “uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas”. A partilha do sensível “faz ver quem pode tomar conta do comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce” (Rancière, 2009, p.16). Ao trazer “o fora” para o centro do político, as ocupações destituem a lógica de formação de uma comunidade que busca representatividade e identidade. São multiplicidades que colocam novos desafios para a compreensão comunicacional de nosso tempo. Interessa-nos, assim, especialmente os modos comunicativos e performativos de visibilização das demandas nesses movimentos. Com isso, o net-ativismo, o exercício político da performatividade e os processos subjetivos tornaram-se eixos fundantes do trabalho para abordar os seus aspectos comunicacionais. Os conceitos que já começam a reverberar nessa sessão introdutória serão explicados seguidamente nos próximos capítulos, cada um a seu tempo.

Nosso percurso entre tais eixos teórico-metodológicos se efetua a partir de uma inspiração cartográfica, que se integra ao pensamento do rizoma e do agenciamento deleuze-guattariano. Em Deleuze e Guattari (1995a, 1995b), o central num agenciamento é pensar *um entre* corpos reagindo uns sobre os outros. Tanto o conceito de agenciamento como o de rizoma auxiliam a pensar sistemas não centrados, não-hierárquicos, que se constituem no entre, na aliança. “Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, *entre* as coisas, inter-ser, *intermezzo*. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo “ser”, mas o rizoma tem como tecido a conjunção ‘e... e... e...’”. (Deleuze & Guattari, 1995a, p. 37, grifos dos autores). Para os autores, a cartografia, enquanto princípio do rizoma, se distancia do decalque e da representação. É uma perspectiva que se destina a acompanhar os fluxos, as intensidades. Cartografar, em rizoma⁴, é nunca categorizar, mas buscar conexões *entre* as multiplicidades. É sob essa orientação que pretendemos abordar nosso objeto e, para tanto, elegemos perfis do Facebook criados por estudantes secundaristas como objeto empírico de nossa análise. Será desse modo que buscaremos compreender os problemas ético-estéticos que o objeto de pesquisa apresenta para o campo da comunicação.

⁴ Os princípios do rizoma são seis: conexão, heterogeneidade, multiplicidade, ruptura a-significante, cartografia e decalcomania. Para compreender detalhadamente o modelo de rizoma enquanto oposição à hierarquia arborescente e o funcionamento de seus princípios, ver: Deleuze e Guattari (1995a, 1995b, 1996).

Capítulo I. DIRECIONAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Neste trabalho, optamos pela perspectiva cartográfica e a possibilidade de buscar perceber as conexões, regularidades e irregularidades que aparecem nas manifestações produzidas pelos próprios estudantes secundaristas a respeito de si e do movimento do qual fazem parte. A partir de Deleuze e Guattari (1995a, 1995b, 1996) e de Guattari (2013), nossa inspiração cartográfica busca considerar as processualidades do objeto, dar atenção aos componentes mutantes, aos picos de desterritorialização – mas também de reterritorialização – presentes. Trata-se de um modelo epistemológico que permite olhar para o objeto enquanto fluxo: de um agenciamento a outro. Contudo, cartografar não significa falta de rigor⁵. Guattari, por exemplo, alerta que cartografar é um exercício de alta precisão e minúcia, que exige encarar o emaranhado de detalhes (2013)⁶.

Com isso em mente, procuramos estabelecer um *corpus* e uma proposta de análise que não pretende categorizações sistemáticas perfeitamente delimitadas, mas tenta transmitir o dinamismo do nosso objeto e colocar os agenciamentos no centro das preocupações. Assim, quando apresentamos as sessões do capítulo IV, elas não devem ser compreendidas nem de forma estática, nem arborescente: são sessões que se conectam, sempre em uma dimensão relacional. Quanto aos detalhes, os buscamos nos enunciados dos perfis de Facebook, não apenas ao nível do dito, mas a nível discursivo⁷ (Foucault, 1996, 2000, 2008), daquilo que não se passa somente no registo do visível – e que nem por isso é menos presente⁸. Para Foucault, “certamente os discursos são feitos de signos; mas o discurso é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse

⁵ Em texto recentemente publicado, Bragança de Miranda (2017) atenta para as dificuldades metodológicas ao tratar o ativismo em rede, e sugere a necessidade de estratégias que mantenham rigor, mas partam de um “tipo de pensamento [que] é da ordem da ligação, da relação”. Para tanto, cita a influência do pensamento sobre individuação de Simondon e da *assemblage* de Deleuze entre as correntes que expressam essa forma de pensar e de ação metodológica (Bragança de Miranda, 2017).

⁶ “Cartografar de uma maneira esquizoanalítica para detectar os nós, “onde isso fica preso”, e os espaços de tempo em que, ao contrário, “isso caminha”, e os fazer trabalhar, fazer com que fluam. Um exercício de alta precisão, de minúcia, na renda do emaranhado de detalhes. Deus está nos detalhes”. (Guattari, 2013, p.13, tradução livre).

⁷ A partir de Foucault, entendemos o discurso como conjunto de enunciados que se estabelecem como prática, “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (Foucault, 2008a, p. 56). Pensar a produção discursiva nessa perspectiva impõe “não transformar o discurso em um jogo de significações prévias, não imaginar que o mundo nos apresenta uma face legível que teríamos de decifrar apenas; ele não é cúmplice de nosso conhecimento; não há providência pré-discursiva... deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo o caso; e é nessa prática que os acontecimentos discursivos encontram o princípio de sua regularidade” (Foucault, 1996, p. 52- 53).

⁸ “Pensar é, primeiramente, ver e falar, mas com a condição de que o olho não permaneça nas coisas e se eleve até as ‘visibilidades’, e de que a linguagem não fique nas palavras ou frases e se eleve até os enunciados”. Deleuze, *Conversações* (1992, p.119).

mais que os torna irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse “*mais*” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever” (Foucault, 1996, p. 56, grifo do autor).

Assim, como esclarecemos no capítulo introdutório, o pensamento cartográfico é o modo organizador de nossa postura teórico-metodológica e se fez presente em todo percurso da pesquisa; é, portanto, não uma ferramenta, mas a perspectiva que orienta nossas etapas de realização metodológica em busca das conexões teóricas e de análise.

I. 1. A composição do *corpus* e os princípios para análise

Além da abordagem deleuze-guattariana da cartografia enquanto princípio do rizoma, recorreremos a Rolnik (2011) e Kastrup (2007), autoras que defendem os usos metodológicos da cartografia desde que usada como forma de acompanhar processos, e não representar objetos. Kastrup (2007) elabora pistas para o trabalho cartográfico, que utilizamos para articular as principais etapas metodológicas de nosso estudo. São elas: a observação panorâmica, que compreende os passos de rastreamento e “toque” em relação ao *corpus*, a observação concentrada, partindo do pouso e de um *zoom* sobre o objeto para estabelecer um recorte e, por fim, a composição de mapas, através do reconhecimento das conexões, dos fluxos de intensidades que o objeto permite perceber e constelar (vide Apêndice A – Breve roteiro de princípios de atenção cartográfica).

Nesse processo, elegemos, pelo protagonismo durante as ocupações secundaristas nessa rede social, os perfis do Facebook⁹ das ocupações como objeto empírico de análise. Na “era do perfil” (Malini, 2016b), o perfil do Facebook é um canal que “reproduz a lógica de rede, deixa claro quem se compartilha, quem se segue (...). É um rompimento com a ideia do portal, do cliente/consumidor, da relação emissão/recepção” (Malini, 2016b). Consideramos, assim, o perfil das redes sociais como uma “expressão pública, um lugar público que produz experiências coletivas novas” (Malini, 2016b) e que tal expressão produz dinâmicas discursivas que nos auxiliam a compreender os fluxos subjetivos e performativos envolvidas na sua produção comunicativa.

⁹ Rede social digital fundada em 2004 e operada pela empresa Facebook Inc. É uma rede que permite conectar perfis pessoais e institucionais e compartilhar textos, *links*, imagens e vídeos. De acordo com dados da própria empresa, no primeiro trimestre de 2018, o Facebook registrou aproximadamente 1,45 bilhão de usuários ativos diários e um total de 2,2 bilhões de usuários (Facebook, 2018). Em 2016, principal ano das Ocupações Secundaristas, 102 milhões de brasileiros se conectavam à plataforma (Facebook, 2016).

Para compor nosso *corpus* de forma representativa, observamos cinco perfis, também denominadas *fanpages*¹⁰. Primeiramente, três grandes perfis com relevância nacional: *Não fechem minha escola*; *O mal educado* e *Escolas do Rio de Janeiro em Luta* (daqui em frente, designada por *Escolas do RJ em luta*). Em comum, esses três perfis foram selecionados, dentre tantos possíveis, por critérios de impacto. Para a seleção, acessamos os dados públicos do Labic - Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura da Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil, sobre o ecossistema midiático das ocupações estudantis. Selecionamos, através dos dados secundários produzidos pelo Labic, as *fanpages* com maior número de fãs/seguidores das ocupações e páginas com mais partilhas pelos secundaristas durante as ocupações em 2016¹¹. As páginas “*Não fechem minha escola*” (com mais de 230 mil fãs), “*O mal educado*” (cerca de 80 mil fãs), “*Escolas do RJ em luta*” (37 mil fãs), “*Jornalistas Livres*” (990 mil fãs) e “*Mídia Ninja*” (1,7 milhões de fãs) eram as *fanpages* mais seguidas pelos estudantes (Malini, 2016a). Para esse trabalho, excluímos os perfis *Jornalistas Livres* e *Mídia Ninja* da análise, por serem canais dos media ativistas e de orientação progressista do Brasil, mas que ainda assim não representam páginas *criadas por ocupações*. As três *fanpages* selecionadas também representam três entre os seis primeiros perfis mais partilhados pelos secundaristas (Malini, 2016a).

Para complementar nosso *corpus* e garantir a multiplicidade entre os enunciados, adicionamos ainda outros dois perfis, em um nível local – pois, ao contrário das outras páginas que são **agregadoras de conteúdo** sobre o universo das ocupações em geral em todo país, essas foram criadas por **escolas específicas**. São os perfis *Escola de Luta Fernão Dias* (com aproximadamente 11 mil fãs) e *Ocupa Padre Réus* (com 3 mil fãs)¹². Os critérios de seleção foram o pioneirismo da Escola de Luta Fernão Dias (primeira escola da capital de São Paulo a ser ocupada e a segunda no Brasil todo, em 2015), e, no

¹⁰ “Uma *fanpage* é uma página que pode ser criada por qualquer usuário no Facebook e que é, normalmente, direcionada a algum tipo de conteúdo específico. Outros usuários podem tornar-se “fãs” e assim receber o conteúdo publicado pela *fanpage*” (Recuero e Soares, 2013, p. 240).

¹¹ Os dados aqui expostos são disponibilizados publicamente pelo Labic e obtidos através de metadados fornecidos pelo Facebook, utilização do *software* Adilio, produzido pelo próprio laboratório, e análise de seus pesquisadores (Labic). O Labic integra-se ao Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo, associado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação. “Tem como missão a realização experimental de produtos digitais e a promoção de pesquisas e atividades de extensão relacionados ao impacto da cultura digital nos processos e práticas de comunicação contemporânea” (Labic, s.d.).

¹² Todas os dados sobre número de fãs dos perfis que compõem nosso *corpus* principal de análise sofreram pequenas variações ao longo do trabalho, sendo esta uma condição que modifica-se permanentemente entre *fanpages* do Facebook. Os números apresentados nessa sessão foram revisados e atualizados pela última vez 01 de maio de 2018.

caso do colégio Padre Reús, além de ter sido uma das ocupações pioneiras e modelo em Porto Alegre, ter sido visitada presencialmente pela autora da tese durante as ocupações, em 2016. Utilizamos a aplicação *Netvizz*¹³, desenvolvida pelo próprio Facebook em parceria com pesquisadores da Universidade de Amsterdão, para coletar os *posts* das *fanpages* analisadas. Temporalmente, selecionamos o período entre 9 de novembro de 2015 a 31 de janeiro de 2017 (início das ocupações até as últimas desocupações). Juntos, nossos perfis reuniram 3.333 publicações. No Apêndice B é possível visualizar uma tabela com dados quantitativos sobre cada *fanpage* no período considerado. No entanto, ressaltamos que, enquanto orientados pelo princípio cartográfico, não houve preocupação quantitativa na análise dessa amostra e seleção das publicações que aparecem na tese¹⁴. Preferimos focar a atenção em rastrear e conectar esses *posts* de forma qualitativa, aberta aos processos de produção de subjetividade, aos fluxos de desejo expressos e conectáveis nesses perfis. Assim, não estabelecemos um número de *posts* que efetivamente aparecem analisados no capítulo IV ou nos Anexos que também constituem a análise. Além disso, enquanto trabalho cartográfico e aberto a diferentes “documentos”, não nos limitamos exclusivamente à análise de *posts*. Muitas vezes, as publicações no Facebook nos levaram a outros conteúdos: notícias, entrevistas, publicações midiáticas que colaboram para constituição das constelações analisadas¹⁵.

Por fim, no Apêndice C, o leitor encontra certos critérios que nos propusemos para, no gesto rizomático que a cartografia convoca, mantermo-nos atentos ao rigor científico. Nesse guia de princípios, estabelecemos uma grelha de atenção, articulando, centralmente, as teses sobre a linguagem net-ativista de Di Felice (2013, 2017, 2018), elementos da teoria da performatividade plural e incorporada de Judith Butler (2015) e nosso plano epistemológico de fundo: as relações entre comunicação e processos de subjetivação. A partir daqui, seguimos em busca das conexões que compõem o objeto.

¹³ *Netvizz* é uma aplicação de extração e coleta de dados que permite aos pesquisadores exportar dados de diferentes seções da rede social Facebook. Permite extrair todas as publicações de uma *fanpage* a partir de um critério temporal e visualizar dados brutos como número de gostos, reações, partilhas, comentários e outros. Para Rieder (2013), responsável pelo desenvolvimento da aplicação, apresenta vantagens relativas ao custo, velocidade, exaustividade, detalhamento desses dados em relação a uma coleta manual. Para o autor, o *Netvizz* pode ser considerado uma ferramenta pedagógica capaz de auxiliar em metodologias de análise de redes e de tornar passível análises empíricas a partir do Facebook (Rieder, 2013).

¹⁴ Alguns trechos de *posts* apresentados na análise foram discutidos, sob outras abordagens, anteriormente em Miranda (2017a, 2017b).

¹⁵ Quando empregamos o termo “constelações”, estamos influenciados pela noção benjaminiana de constelação. Sobre o conceito em Walter Benjamin, sugerimos *Passagens* (2006) e *Prólogo crítico-epistemológico* (2011).

Capítulo II.

OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS NO BRASIL: COMPREENSÃO MICROPOLÍTICA DO OBJETO

II.1 Movimentos de ocupação: dos sentidos de “ocupar”

Começamos por recuperar as atualizações de sentidos do termo “ocupação”. A origem etimológica do termo “ocupar” remonta ao latim *occupare*, que remete a significados como "pegar", "apanhar", "capturar", "apoderar-se", "conquistar" (Perissé, 2011, s.p.). Hoje, a utilização do verbo ocupar e do termo “ocupações” no Brasil, país de língua portuguesa, decorre das transformações recentes de significado associado ao termo “*occupy*” no idioma inglês. Para Alim (2012a, 2012b), o movimento *Occupy Wall Street* (vide Glossário) está na principal origem dos novos significados da palavra “*occupy/ocupação*”. Até há pouco tempo, para o pesquisador, “ocupar” significava operação militar. Hoje, ocupar é sinônimo de luta política progressista. Ainda segundo Salim (2012a, 2012b), na linguagem corrente, países, exércitos, polícias, “ocupavam” territórios, praticamente sempre pela força. Para ele, colonizadores ocuparam e não “descobriram” países. Mas, atualmente, “ocupar” é um termo que está associado a “denunciar injustiças, desigualdades, abusos de poder. E não se trata de apenas impor-se num espaço: hoje, ocupar significa também transformar os espaços” (Alim, 2012a).

Nesse cenário, as ocupações secundaristas brasileiras, especificamente, despontam não apenas no sentido local e pontual de um país cuja educação e outros direitos básicos se precarizam e pela grande crise de representação vivida no Brasil, mas também como parte do cenário global, cujas manifestações de resistência e insurgência têm se transformado diacronicamente de forma mais evidente desde a irrupção de movimentos sociais com vínculos à era digital. São muitos, difusos, distintos em suas peculiaridades, mas comparáveis nos deslocamentos de territórios políticos, sociais, comunicativos e subjetivos já consolidados. Em comum, em uma perspectiva comunicacional, reverterem os sentidos do termo “ocupar/*occupy*” e, mais do que isso: para Mitchell *et.al.* (2013), os movimentos de ocupação, além de transformar o significado da palavra e da imagem do termo “ocupar” (*occupy*) em uma “marca” icônica, que atua tanto como sujeito, quanto predicado de condutas da “ação-como-fala”, também desafiam o vocabulário político tradicional, abrindo novas formas gramaticais e espaço político para novas vozes (Mitchell *et.al.*, 2013). Para os autores, tais processos de ressignificação

obrigam, por exemplo, a imagem das “ocupações” de grandes territórios e populações civis, como as ocupações militares no Iraque, Afeganistão e Palestina, a conviver com homólogos que se atualizam sob a forma de ocupações democráticas e transformadas em espaços de resistência.

Seja nos dicionários da língua portuguesa ou inglesa, a palavra “ocupação” aparece com o sentido de preencher, de assumir o controle, de “estar na posse de”. Há aqui uma dimensão situacional que não se pode perder de vista também. No caso dos estudantes secundaristas brasileiros, eles “estavam” naquele momento reivindicando o espaço escolar em seu caráter não ontologicamente público, mas público por ação dos sujeitos que, com seus corpos e discursos, física e virtualmente, o ocupam. Esses estudantes estabeleceram suas lógicas performativas e ocuparam territorialmente suas instituições de ensino. Fisicamente impediram o cumprimento do calendário escolar; organizaram atividades culturais; realizaram melhorias estruturais nas escolas (por exemplo, em salas de aula, bibliotecas, refeitórios e quadras esportivas); atraíram voluntários para aulas especiais; resistiram à repressão policial em tentativas de desocupação. Por outros fluxos, ocuparam também a comunicação via redes digitais: empregaram a estratégia de criação de *fanpages* próprias a cada instituição ocupada (“Ocupa [escola] Padre Réus”; “Ocupa [escola] Fernão Dias”, etc) e, por via principalmente de redes sociais digitais, controlaram a sua narrativa, pautaram os media alternativos no Brasil e se sobrepuseram às tentativas de silenciamento dos media tradicionais no país. Após explorarmos parte da reconfiguração recente de sentidos dos termos “ocupações/*occupy*”, nos direcionamos para características específicas do movimento Ocupa Escola, em articulação com as bases epistemológicas que pautam nossa pesquisa.

I.2 Ocupações Secundaristas no Brasil: movimentos micropolíticos

Sem representação partidária ou institucional, as Ocupações Secundaristas emergem espontânea e efemeramente em 2015, se prolongando até início de 2017, e experienciam a vivência política por outros códigos que não os da política representativa, introduzindo novos modos de produção do desejo e da atuação política vigentes e alargando, com suas práticas micropolíticas, o campo do político.

Seguindo o pensamento de Deleuze e Guattari em *Mil Platôs* (1996), a dimensão micropolítica não se situa no nível da representação, mas, antes, no nível da produção de

subjetividade: das linhas de segmentação maleáveis e moleculares que atravessam e são atravessadas pelo plano molar da macropolítica e pela possibilidade das linhas de fuga (Deleuze & Guattari, 1996). Assim, enquanto o campo macropolítico se associa a uma ordem da institucionalização e da territorialização e tem como condição de sua molaridade conter as multiplicidades, a micropolítica se apresenta no plano da desterritorialização, da instabilidade e dos agenciamentos semióticos sociais, individuais, do campo do desejo – mas sem que essa diferença de naturezas pressuponha polaridade e oposição. Deleuze e Guattari são claros ao afirmar que toda sociedade e indivíduos são atravessados pelas duas segmentaridades continuamente. Para os autores, são condições inseparáveis, “porque coexistem, passam uma para a outra, segundo diferentes figuras (...) - mas sempre uma pressupondo a outra. Em suma, tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica” (Deleuze & Guattari, 1996, p. 82).

A luta dos estudantes não começou agora e está longe de terminar. Em 2006, o Chile viveu a “Revolta dos Pinguins”, um movimento imenso de estudantes secundaristas que exigia uma educação pública gratuita e de qualidade. Durante meses, as escolas do país inteiro foram ocupadas pelos alunos – que entravam, tomavam o prédio, montavam acampamentos e ali ficavam como forma de protesto, até as reivindicações serem atendidas (...). **Já pensou se fizessemos igual em São Paulo?** (Como ocupar um colégio?, 2015, s.p., grifo dos autores).

O trecho acima pertence à cartilha de ocupação “*Como ocupar um colégio?*” *Manual escrito por estudantes secundaristas da Argentina e Chile*” (Anexo 1), tradução do coletivo de estudantes *O Mal Educado*¹⁶ para o guia “*Cómo Tomar un Colegio?*”. O conteúdo original foi produzido por estudantes chilenos e argentinos e divulgado pela FEL - Frente de Estudiantes Libertarios (2012) durante a segunda “*Revolución Pingüina*”, ou Revolta dos Pinguins, dessa vez em 2012 no Chile. Tal cartilha, compartilhada no Brasil principalmente através da rede social *Facebook* e por grupos na aplicação *Whatsapp*, serviu de inspiração para os alunos brasileiros.

No Chile, as Revoltas dos Pinguins¹⁷ (em 2006 e 2012) expressavam reivindicações amplas e diversas: do exame gratuito de seleção para universidade e gratuidade no passe escolar à melhora da merenda ou reformas estruturais e físicas nas escolas; da redução do número de aluno por classe à inclusão de educação sexual no

¹⁶ Coletivo de jovens que tem como objetivo “registrar e divulgar experiências de luta e organização vividas por alunos de diferentes escolas” (*O Mal Educado*, 2015, s.p.). Com *site*, jornais impressos distribuídos em escolas e perfil ativo no *Facebook*, *O Mal Educado* tornou-se referência na partilha de informações sobre as Ocupações Secundaristas entre os próprios secundaristas durante o movimento.

¹⁷ O nome do movimento surge em referência ao estilo do uniforme dos estudantes dos liceus chilenos (camisa branca e colete preto).

currículo; do fim de resquícios de leis implementadas no período ditatorial¹⁸ a uma reforma profunda em um sistema educativo considerado, pelos estudantes, colapsado pela defesa do lucro e de interesses do mercado de ensino privado (Pronzato, 2007; Zibas, 2008; Serón & Rojas, 2008; Hayashi, 2017).

No Brasil, o disparador das ocupações em 2015 foi o projeto de “reorganização escolar” (São Paulo, 2015), anunciado pelo governador Geraldo Alckmin, do estado de São Paulo, em 23 de setembro. A decisão foi tomada verticalmente e sem qualquer diálogo realizado com a comunidade escolar, e culminaria no fechamento de 94 colégios e na necessidade de remanejar mais de 300 mil alunos no Estado, do total de 3,8 milhões matriculados, além de atingir 74 mil professores (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, 2015). Machado e Barbio (2015) destacam “10 motivos para ser contra a reorganização das escolas do Estado de São Paulo”, (Machado & Barbio, 2015), os quais sintetizamos no Anexo 2.

Mas, rapidamente, novas pautas foram incorporadas, multiplicadas entre os estudantes. Demandas diversas em cada escola, ligadas aos *fluxos desejantes* de espaços para novas subjetividades políticas e coletivas *mais do que a projetos ou soluções* de reivindicações específicas e delimitadas.

O desejo é o sistema de signos a-significantes com os quais se produz fluxos de inconsciente no campo social. Não há eclosão alguma de desejo, seja qual for o lugar em que aconteça, pequena família ou escolinha de bairro, que não coloque em xeque as estruturas estabelecidas. O desejo é revolucionário, porque sempre quer mais conexões, mais agenciamentos. (Deleuze & Parnet, 1998, p. 64).

É disso, sensivelmente, que vem a complexidade de fenômenos como esse: dos movimentos de desejo que conectam-se em sua singularidade. Justamente porque “reivindicações podem ser satisfeitas, mas o desejo obedece a outra lógica – ele tende à expansão, ele se espraia, contagia, prolifera, se multiplica e se reinventa à medida em que se conecta com outros” (Pelbart, 2016, s.p.).

Inicialmente, os estudantes realizaram atos como passeatas e manifestações nas ruas, e, em 9 de novembro, após a recusa permanente do Governo do Estado de São Paulo

¹⁸ Na revolta estudantil de 2006, o pedido de anulação da Lei Orgânica Constitucional de Ensino (LOCE) garantiu a amplitude do movimento. A LOCE foi instituída por Pinochet e publicada no Diário Oficial em 10 de março, seu último dia de governo e último dia do Regime Militar no Chile. Mesmo sem legitimidade política e social, permaneceu preservada pelos governos eleitos até 2009. Entre as críticas dos estudantes, além de tratar-se de uma lei estabelecida em regime de urgência em um governo não democrático, constam a transferência da responsabilidade educacional do Estado para entidades privadas e a redução do papel dos estudantes nas decisões referentes aos estabelecimentos de educação. Sobre a lei: Chile, 1990.

em dialogar com os estudantes ou rever o projeto da reorganização escolar, o primeiro colégio, Escola Estadual Diadema, na cidade de Diadema, foi ocupado. No dia seguinte, seria a vez da Escola Estadual Fernão Dias Paes, primeiro colégio da capital de São Paulo a receber a ocupações dos alunos. Os estudantes ocuparam 213 escolas até o projeto ser revogado pelo governador Geraldo Alckmin (São Paulo, 2015b) e o secretário de educação, Herman Voorwald, entregar o seu pedido de demissão. Em 2016, o movimento seguiu-se, já de forma difusa entre outros estados brasileiros, reivindicando melhores condições na educação, apoiando greves de professores e denunciando Projetos de Leis (PL) como o PL-44 (privatização do ensino)¹⁹ e PL-867 (Escola Sem Partido)²⁰, a Reforma do Ensino Médio²¹ e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) PEC- 241²² (PEC do Teto dos Gastos Públicos). Com a proposta de ajuste fiscal da PEC-241 de congelar gastos públicos primordiais firmados pela Constituição de 1988 (Brasil, 1988) pelos próximos 20 anos no Brasil, atingindo diretamente áreas como educação e saúde e afetando os mais pobres do país, o movimento cresceu e também as universidades públicas brasileiras aderiram ao movimento de ocupações, formando uma onda que se espalhou por “mimetização e contágio” (Bentes, 2016) e que contou com mais de 1.190 escolas, institutos e universidades ocupados (União Brasileira de Estudantes Secundaristas, 2016). Nessa etapa, o estado com maior concentração de ocupações foi o Paraná, com 843 escolas e 5 institutos federais ocupados (idem).

¹⁹ O Projeto de Lei 044/15 – prevê que entidades privadas sem fins lucrativos possam firmar parcerias com o poder público para exercer atividades em áreas como o ensino, a saúde, a cultura e a preservação ao meio ambiente. Essas entidades poderiam receber recursos públicos e estruturas físicas pertencentes ao Estado. A lei possui implicações diretas na privatização do ensino público. (Rio Grande do Sul, 2015).

²⁰ O Projeto de Lei 867/15 pretende a instituição do Programa “Escola sem Partido”, cujo mote principal é “educação sem doutrinação”. Um dos pontos mais controversos destes projetos reside na ideia de que educadores não devem discutir, nos espaços escolares, temas e conteúdos que possam contradizer as convicções morais dos pais e mães dos estudantes, como questões de gênero, por exemplo (Brasil, 2015).

²¹ A Medida Provisória 746 ou Medida Provisória do Novo Ensino Médio (Brasil, 2016b) suprimiu a obrigatoriedade de disciplinas de humanidades – como Filosofia e Sociologia – e também de disciplinas como Artes e Educação Física, além de favorecer a flexibilização do ensino, por exemplo, com a contratação de profissionais sem licenciatura como professores, reconhecidos por “notório saber”. A Lei da Reforma do Ensino Médio foi sancionada em 16 de fevereiro de 2017 (Brasil, 2017).

²² A PEC 241 – Proposta de Emenda à Constituição 241/16 – propunha criar um teto de congelamento de gastos públicos pelos próximos 20 anos, medida defendida pelo governo de Michel Temer, presidente brasileiro interino, não diretamente eleito, que assumiu após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 2016. Nas redes sociais, essa PEC alcançou grande visibilidade, sendo chamado pelos seus críticos de #PECdofimdomundo, #PECdamaldade, #PECdamorte. Após ser aprovada na Câmara, a PEC-241 tramitou no Senado como PEC-55, mas permaneceu popularmente referida como PEC-241, razão pela qual empregamos no texto a sua primeira numeração. A PEC-55 foi aprovada em definitivo pelo Congresso em 13 de dezembro de 2016 (Brasil, 2016c).

Apesar de todo o contexto apresentado de diferentes pautas de resistência à projetos molarmente institucionalizados em discussão ou em andamento no Brasil no período, de um ambiente macropolítico de leis e decisões do governo que impulsionam a irrupção das ocupações e alavancaram sua expansão nacional, o movimento colocou em causa uma demonstração de outras linhas de força coexistentes e fundamentais para uma possível inteligibilidade do fenômeno. Guattari (2013) é enfático ao insistir que os agenciamentos coletivos associados a movimentos de luta não podem existir em torno de um único eixo, de uma “raíz” ou de soluções deduzidas por uma lógica vertical. Não existe condição puramente arborescente: “Como podemos duvidar hoje que as lutas de emancipação das mulheres só podem encontrar seu alcance se conseguirem questionar, de forma completamente simultânea, a vida e a sexualidade do casal, a relação com as crianças na família, a relação com produção, com criação, etc.?” questiona, por exemplo, o autor (Guattari, 2013, p. 82-83, tradução livre).

Assim, sem estratégias ou projetos políticos previamente definidos, autônomos, anônimos e sem representação partidária, jurídica, sindical ou de outras formas “localizáveis” e reconhecidas pelo Estado, as ocupações, ou “ocupas”²³ rapidamente deram visibilidade a um conjunto muito mais amplo e de outras ordens de reivindicações. Não apenas contra leis ou decretos em votação, não apenas motivados pelo desejo de melhores condições de ensino, remunerações mais justas aos seus professores, contra a vergonha da corrupção em verbas destinadas à merenda escolar ou a privatização do ensino público, mas, também, com o desdobramento de pautas “concretas” em uma miríade de dimensões e sentidos que ultrapassavam já os muros da instituição escolar e transbordam pelas estratificações e delimitações sociais, institucionais e jurídicas. Tudo isso em meio a movimentos de desejo, micropolíticos, que pulsam e contornam o surgimento da mobilização dos estudantes.

Para nós, explorar apenas as condições de aparecimento das ocupações secundaristas já poderia render uma tese. Múltiplos fluxos em jogo, da crise da instituição escolar enquanto tecnologia de uma época (Sibília, 2012)²⁴, da inconformidade das novas

²³ Termo empregado pelos estudantes para se autodesignarem [“nós, os ocupas”] ou referirem-se às escolas ocupadas (“Ocupa Padre Réus”). O dicionário português Priberam apresenta o seguinte resultado para a palavra “ocupa”: “(derivação regressiva de ocupar) (...) Que ou quem defende a ocupação de ou a instalação de ocupantes numa casa ou terreno desocupado sem autorização do proprietário” (Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2018).

²⁴ Concordamos com Paula Sibília (2012) no sentido de posicionar a escola sob um prisma histórico, o que garante, segundo a autora, contornos de uma tecnologia: “podemos pensá-la como um dispositivo, uma ferramenta ou intrincado artefato destinado a produzir algo” (Sibília, 2012, p. 13). A autora enfatiza que,

formas de subjetividades que emergem em nossos jovens estudantes em tempos de dispositivos tecnológicos disseminados e a inadequação da escola tradicional a esses modos de ser e saber contemporâneos, dos conflitos entre a transmissão hierarquizada de saberes e a lógica contemporânea de interatividade e colaboração (Sibilia, 2012; Corea & Lewkowicz, 2004), até às imposições e convocações pelas quais todos os corpos e sujeitos de nosso tempo são atravessados em uma sociedade de controle²⁵.

Importa ainda evidenciar, indubitavelmente, o momento histórico de mutações macro e micropolíticas do Brasil durante as ocupações dos estudantes. No Brasil, a ocupação de mais de mil instituições de ensino entre 2015 e 2017 se conecta diretamente com um cenário de crise de representatividade e reencarna o espírito das Jornadas de Junho de 2013 e das manifestações coletivas que se organizaram a partir dela. Surgem em um momento profundamente marcado pelo processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, que entendemos como uma ruptura democrática e um golpe jurídico-parlamentar-midiático (também a partir de autores como Jinkings, et. al., 2016; Semer, 2016; Alves, 2016; Moretzsohn, 2016 – vide Glossário), e manifestam continuidade de certas formas de resistência que vinham sendo operadas micropoliticamente, de modo performativo entre redes comunicativas e ruas. Falamos de movimentos como o #nãovaitergolpe (contra o *impeachment*), mas também outros, como o Rolezinho, expressão cultural e subjetiva das periferias; manifestações contra grandes empreendimentos realizados no Brasil como #nãovaitercopa, contra a Copa do Mundo de 2014 ou contra as Olimpíadas de 2016; Movimento Passe Livre (MPL); ou a atuação

ainda que hoje a inexistência de escolas pareça inimaginável, ela nem sempre existiu, é um conceito “inventado em uma cultura bem definida, concreta e identificável” (idem, p. 16). Do seu ponto de vista, o regime escolar, do modo como foi concebido para atender a um conjunto de demandas específicas do projeto histórico da modernidade, não só é muito recente para ser inquestionável, como, aos poucos, essa aparelhagem está a se tornar incompatível com os corpos e subjetividades de hoje.

²⁵ A sociedade de controle, como descrita por Deleuze em *Post-scriptum sobre as sociedades de controle* (1992b), é um estágio posterior ao das sociedades disciplinares descritas por Foucault, associadas aos grandes meios de confinamento. Neste texto, Deleuze afirma que a sociedade de controle foi constituindo-se sobre novos instrumentos de poder oriundas do controle, em um conjunto de técnicas em que não desaparece o aspecto disciplinar, mas, antes, amplia-se sua captura do virtual, dos devires e potências de transformação (idem). “Confinamentos são moldes, distintas moldagens, mas os controles são uma modulação, como uma moldagem auto-deformante que mudasse continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro” (ibidem, p.216). Uma ambiência em que o próprio sistema capitalista encarregou-se de criar seus dispositivos fluidos e nômades de captura das subjetividades, em uma modulação capaz de atuar de forma concreta sem, no entanto, a necessidade de confinamento ou vigilância permanente. Além de Deleuze, outros autores auxiliam a compreender a sociedade de controle, tais como Guattari, para quem, nesse tipo de sociedade, “os controles dominantes impõem normas em toda raiz de semiotização, que desencadeiam máquinas de culpabilização tão potentes que terminam por imobilizar as energias libidinais do indivíduo” (Guattari, 2013, p.26, tradução livre) e, ainda, Lazzarato (2006, 2011); Lazzarato & Negri (2013); Stiegler (2018).

baseada no ataque simbólico às instituições dos *black blocs* (sobre esses movimentos, vide Glossário). Agenciam-se com o surgimento de expressões de um midiativismo que ganha força no Brasil depois de 2013, como a Mídia Ninja²⁶ e o Fora do Eixo²⁷; assim como reivindicações de subjetividades pós-identitárias, mas também ligadas a minorias, como os movimentos negro, LGBT e feministas. No Anexo 3, trazemos um diagrama desenvolvido por Basbaum e Penna (2016) com o objetivo de mapear manifestações que tiveram lugar no Brasil entre 2013 e 2016, e que acreditamos ser ilustrativo da atmosfera de intensidades políticas e subjetivas do país durante a Primavera Secundarista. Além disso, ao nosso ver, a apresentação do diagrama ressalta a polifonia e heterogeneidade, características essenciais para pensar as superfícies de emergência que contornam nosso objeto de estudo.

1.3 As ocupações enquanto acontecimento

Ao expandirem suas reivindicações e os espaços de visibilidade destinados a elas, ao trazer “o fora” para o centro do político, as ocupações secundaristas destituem a lógica de formação de uma comunidade que busca representatividade ou identidade e instauram um acontecimento discursivo micropolítico da ordem dos desejos.

À uma razão

Um toque de seu dedo no tambor detona todos os sons e inicia a nova harmonia.
Um passo seu é o levante de novos homens e sua marcha.
Sua cabeça se vira: o novo amor!
Sua cabeça se volta - o novo amor!
‘Mude nossa sorte, livre-nos das pestes, a começar pelo tempo’, cantam essas crianças.
‘Não importa onde, eleve a substância de nossas fortunas e desejos’, lhe imploram elas.
O sempre chegando, indo a todo canto.
Arthur Rimbaud²⁸

O poema acima, de Arthur Rimbaud, parece formular seus versos a partir de uma sequência de acontecimentos súbitos: algo surge e parece interromper o fluxo natural das

²⁶ O nome Mídia Ninja vem de N.I.N.J.A., sigla para Jornalismo Independente e Narrativas de Ação. Fundada em 2013, a Mídia Ninja é “uma rede de comunicação livre que busca novas formas de produção e distribuição de informação a partir das novas tecnologias e de uma lógica colaborativa de trabalho”. (<http://midianinja.org/quem-somos/>). Atualmente, possui elevado alcance e engajamento no Brasil, com, por exemplo, 1,7 milhões de seguidores em sua *fanpage* no Facebook (<https://www.facebook.com/MidiaNINJA/>).

²⁷ “O Fora do Eixo é uma rede colaborativa e descentralizada de trabalho constituída por coletivos de cultura pautados nos princípios da economia solidária, do associativismo e do cooperativismo, da divulgação, da formação e intercâmbio entre redes sociais, do respeito à diversidade, à pluralidade e às identidades culturais, (...) da democratização quanto ao desenvolvimento, uso e compartilhamento de tecnologias livres aplicadas às expressões culturais” (Fora do Eixo, 2009).

²⁸ Arthur Rimbaud em *Iluminuras* (2002). Tradução de Rodrigo Garcia Lopes e Mauricio Arruda Mendonça, para o poema *À une raison*.

coisas: um toque no tambor: novos sons e nova harmonia; um passo: novos homens e nova marcha; um gesto: o novo amor. No seminário “*O ato analítico*”, Lacan debruça-se sobre o mesmo poema e chama atenção para a repetição do termo “novo” para evocar a sua dimensão na fórmula do ato, uma dimensão que é a de suscitar um novo desejo (Lacan, 2003 [1968-1969]). Para Lacan (1972 – 1973/1985), o “novo amor” é o signo da emergência de uma novidade discursiva – “o amor, nesse texto, é o signo, apontado como tal, de que se troca de razão, e é por isso que o poeta se dirige a ele. Mudamos de razão, quer dizer – mudamos de discurso” (Lacan, 1972-1973/1985, p. 26). Já para a comentadora de Rimbaud, Suzanne Bernard (1959), o que emerge do poema é uma mudança de razão que passa pela “nova harmonia” e pelo “levante dos novos homens em marcha” – o novo aqui, para ela, é a transformação social desejada pelo poeta. Seja pelo que diz respeito à singularidade do amor, seja pela marcha revolucionária em direção a nossos desejos, o que o poema nos parece anunciar é algo *da ordem do acontecimento*: a cada irrupção, uma nova razão, a cada ato, uma virada discursiva.

uma ocupação é algo impossível que acontece. É uma interrupção que revela a estrutura, um gesto que rompe com o seu contexto. Em uma ocupação, todos os gestos políticos são liberados do seu sentido normal, como o gesto em geral o é na dança, e como a palavra o é na poesia. Uma ocupação é um laboratório de política em que novas formas de vida e participação são inventadas. Ela é um espaço de produção de alternativas. (Magalhães & Paiva, 2016, p.86)

Enquanto acontecimento, uma ocupação pode emergir por razões não totalmente identificáveis e mapeáveis, sem causas ou bases sólidas discerníveis, mas resultará em um efeito da ordem material que excede as causas. Para Foucault,

o acontecimento não é nem substância nem acidente, nem qualidade, nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade do corpo; produz-se com o efeito de e em uma dispersão material (Foucault, 1996, p. 57).

Uma ocupação, portanto, surge incorporal, mas se efetivará enquanto acontecimento político (e micropolítico) materialmente em atos discursivos e performativos. O termo “político” está sendo pensado a partir de Jacques Rancière, autor para o qual a política, assim como a arte, caracteriza-se fundamentalmente por uma suspensão de regras que regulam a experiência normal e, por isso, se conecta diretamente com uma dimensão estética. Para Rancière (2009), a dimensão estética é constitutiva de uma visão da política enquanto distribuição, da partilha do sensível, entendendo por

“sensível” aquilo que é capaz de ser apreendido pelos sentidos, que é objeto da *aisthesis*²⁹. Nesse sentido, ao declararem a ocupação das escolas, ao reivindicarem para si o direito a esse espaço, os estudantes secundaristas brasileiros exercem uma suspensão de regras que regulam a experiência normal e reestruturam o campo do político.

Mitchell et.al. (2013) defendem que movimentos do tipo *occupy* provocam rupturas na paisagem política e instauram novas formas de “desobediência política”. Na concepção dos autores, debruçando-se principalmente sobre o *Occupy Wall Street*, movimentos de ocupação produzem uma desobediência que tensiona a desobediência civil³⁰, pois resistem à própria maneira pela qual somos governados:

Resiste à estrutura da política partidária, à demanda por reformas políticas, ao chamado para a identificação do partido (...). O movimento *occupy* desafia a forma convencional em que a governança política ocorre e as leis são aplicadas. (...) Rejeita a racionalidade política convencional, o discurso e as estratégias. (...) Ele se recusa a alinhar ou identificar-se ao longo das linhas políticas tradicionais. Recusa-se mesmo em formular uma agenda de reforma ou para endossar a plataforma de qualquer grupo político existente. Convenção desafiadora, abraça a ideia de ser "sem líder". Ele aspira a estruturas de governação rizomáticas e não-hierárquicas. (...) O movimento *Occupy*, em suma, confunde nossos entendimentos tradicionais e categorias políticas previsíveis. (Mitchell, Harcourt, Taussig, 2013, p.47, tradução livre)

Precisamente disso que se trata também: as ocupações confundem nossos entendimentos, previsibilidades e códigos políticos já estabelecidos. Provocam, sem dúvida, uma virada discursiva no campo do que se pratica, comunica, produz na esfera do político. E, seja através da conexão que as redes de tecnologia e comunicação proporcionam, seja na conexão que se estabelece nos espaços físicos e nas ruas, há uma dimensão performativa inerente a essa dimensão do acontecimento. Uma performatividade política que se apresenta de forma imprevista, e que não se dá apenas em discursos, mas também no corpo, no gestual, na permanência coletiva no local, na

²⁹ Termo que dá origem etimológica à palavra “estética”, ligado à vinculação da cognição sensível ao mundo, aos sentidos perceptivos, à “faculdade de sentir”. (Camargo, 2011).

³⁰ Recorrendo a Hannah Arendt (2017), vemos que a desobediência civil “ocorre quando um significativo número de cidadãos se convence que os canais normais da mudança já não funcionam, e as queixas já não são ouvidas ou não se age contra elas” (Arendt, 2017, p.32). De acordo com Arendt, há uma diferença muito expressiva entre o criminoso que evita o olhar do público e o participante da desobediência civil, “que toma a lei em suas próprias mãos” e age publicamente. A diferenciação é feita entre desobediência civil e desobediência criminal: desconsiderar a distinção entre uma violação aberta da lei, efetuada em público e em bem de um grupo, de uma violação criminosa, que age em próprio benefício, só pode ser resultado de “preconceito ou má vontade” (Arendt, 2017, p. 33). Arendt chega a afirmar que uma característica aceita da desobediência civil é a não-violência e que isso, por vezes, gera o entendimento de que “desobediência civil não é revolução” e de que aceita a autoridade estabelecida e a legitimidade geral dos sistemas de leis (p.34-35). Entretanto, a autora provoca: “Será que Gandhi, sempre citado como maior exemplo da não-violência, aceitava o ‘quadro da autoridade estabelecida’ da lei britânica na Índia? Respeitava a legitimidade geral dos sistemas de leis da colônia?” (Arendt, 2017, p.35).

exposição à violência, em materialidades que reconfiguram os espaços e a subjetividade dos sujeitos.

I.4 A dimensão da performatividade pública no acontecimento

Nossa busca por abordagens que auxiliassem a compreensão do fenômeno das ocupações enquanto acontecimento micropolítico, tendo em consideração que uma “filosofia do acontecimento deveria avançar na direção paradoxal, à primeira vista, de um materialismo do incorporal” (Foucault, 1996, p. 58), nos aproximou dos estudos mais recentes de Judith Butler, em que a autora atualiza sua teoria sobre performatividade de gênero (Butler, 1993, 1997, 2004b, 2017)³¹ para abordar justamente ações em espaços públicos, ao estilo dos movimentos *occupy*, enquanto uma postura plural e performativa de corpos que demandam, atuam e reclamam o público (Butler, 2015). O uso do termo “performativo” decorre da noção de ato de fala performativo, de Austin, para quem o termo “é derivado, é claro, de “performar”, verbo usual para “ação”: isto significa que proferir um discurso é performar uma ação – o discurso normalmente é pensado como apenas dizendo algo” (Austin, 1962, p. 06-07, tradução livre). Assim, em Austin, um ato de fala produz efeitos, cria estados de coisas, não fala simplesmente deles. É performativo e não “constatativo” (Austin, 1962)³².

Butler elabora seu próprio pensamento sobre performatividade a partir da noção de Austin sobre os atos de fala performativos, mas também a partir de outras concepções,

³¹ Para respeitar os limites de extensão desse trabalho, não detalharemos a discussão sobre performatividade de gênero em Judith Butler – por um lado, suficientemente complexa e rica em elementos que não devem ser tratados superficialmente e, por outro, já amplamente abordada atualmente em trabalhos que realizam a interface entre estudos de gênero e ciências da comunicação. Como chave de leitura para compreensão da performatividade pública pensada pela autora nas manifestações de espaço público (e sobre a qual dedicamos nossa atenção), sinalizamos que a performatividade de gênero é entendida como “a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser (...), atos no interior de estruturas compulsórias criadas pelas várias forças que policiam a aparência social do gênero” (Butler, 2017, p.69). Entretanto, é essencial ter em conta que, ao ressaltar que o efeito substantivo da identidade de gênero é performativamente repetido, produzido e imposto por práticas reguladoras, Butler mostra que, sendo o gênero uma significação performativamente ordenada, também é uma significação que pode libertar-se de uma pretensa interioridade ou dos usos naturalizados. Nessa abordagem, portanto, os atos performativos tanto podem repetir as estruturas, quanto podem, dentro da própria matriz de coerência reiterativa em que estão contidos, provocar rupturas, desvios e transgressões em relação a essa coerência e ocasionar uma proliferação de gestos subversivos na produção de significados sobre identidade. (Butler, 2017).

³² Exemplos comuns citados por Butler para pensar os atos performativos são os efeitos da frase “Faça-se a luz!” proferida por Deus, conflitos bélicos que se materializam a partir da declaração de presidentes ou o próprio ato matrimonial, como resultado da declaração de um juiz de paz. “É sobre como a linguagem age e o que faz com grande força” (Butler, 2015, p.28, tradução livre).

como a de corpo situado, em Simone de Beauvoir (Beauvoir, 1973), conceitos de Derrida, como os de citação e iterabilidade (Derrida, 1991) e de toda uma interpretação sobre relações de poder e sobre a produtividade material dos acontecimentos discursivos³³ elaborada a partir de Foucault (1987, 1996, 2008). No âmbito do desenvolvimento da sua teoria, o poder foucaultiano é pensado como rede de relações que requer processos de repetição de citação de normas que produzem efeitos materiais, como rede associada à iteratividade de regulações. Para autora, tais “ações reiteradas” estão no centro da performatividade, tanto no sentido de sedimentação de matrizes e normas sobre os corpos dos sujeitos, como no de condição de possibilidade de rompimento com a repetição que sustenta as normas (Butler, 2017). Assim, em Butler, os princípios de iterabilidade e citacionalidade contribuem para compreendermos que se uma “identidade” é performativamente constituída, é na repetição de atos performativos naturalizados que também se abre espaço para linhas de fuga, para desvios que escapam às clausuras da norma. É por isso que “a performatividade deve ser compreendida não como um "ato" singular ou deliberado, mas, ao invés disso, como a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia” (Butler, 2014, s.p).

Em *Notes Toward a Performative Theory of Assembly* (2015), Butler segue na busca por atualizar sua teoria sobre performatividade de gênero, inserindo-a no debate sobre espaço público, precariedade e formas encarnadas/incorporadas de questionar as dimensões dominantes do político. Ao abordar politicamente a noção de “*embodied performativity*” (Butler, 2015), a autora toma como exemplos manifestações de rua, ocupações de praças e prédios públicos, mobilizações populares como as de *Tahrir Square*, movimentos de resistência palestinos, *Black Lives Matter*, *Gezi Park*³⁴ e *Occupy Wall Street* para discutir as dimensões corporais das reivindicações de corpos que demandam em espaços públicos. A autora considera essencial a relação entre os modos de performatividade linguística e as formas de performatividade incorporadas: para ela, ambas formas se sobrepõem e o ato discursivo está igualmente envolvido nas condições corporais da vida (Butler, 2015). Butler (2015) assume o termo “*assembly*” para designar o tipo de movimento a que se refere. A filósofa convoca o termo “*assembly*” como uma adaptação do conceito de “*assemblage*” de Deleuze e Guattari, em *Mil Platôs*, através

³³ Acontecimentos discursivos são as discontinuidades presentes nos conjuntos de enunciados – ou o discurso em geral – para além da língua, que estabelecem “um conjunto finito de regras que permite um número infinito de desempenhos” (Foucault, 2008a, p.33).

³⁴ Sobre manifestações na *Tahrir Square*, *Black Lives Matter* e *Gezi Park*, vide Glossário.

da leitura de Jasbir Puar do termo deleuze-guattariano. As *assemblies* são caracterizadas, para autora, como alianças entre “corpos distintos que exercem o poder performativo de reivindicar o público, uma performatividade que não é apenas discursiva, mas que demanda ação corporal, gestual, movimento, resistência, persistência, exposição à violência” (Butler, 2015, p.75, tradução livre).

O que nos interessa é que as ocupações vieram para ficar como tecnologia social, consolidando-se como um dispositivo de ativação dos desejos, de ativação política, constituindo comunidades e redes, deixando emergir movimentos políticos culturalizados. Uma das práticas contemporâneas mais inspiradoras: Ocupa Tudo! (...) Ocupa a Política, Ocupa o Congresso, Ocupa as Escolas, Ocupa as Praças. Porque é preciso ocupar os espaços públicos, ressignificar espaços privados, transformar territórios desvitalizados e privatizados em espaços que pulsam. Ocupa o Imaginário! (Bentes, 2016, s.p).

Se pensarmos com Bentes (2016), que entende as ocupações como prática, como tecnologia social, a noção de performatividade pública permite problematizar a materialidade dos corpos em conjunto com o uso das redes como o próprio meio, o próprio dispositivo³⁵ de ativação social utilizado nessas manifestações para combater e resistir contra os modos de poder que procuram normalizar certas versões do ser humano sobre outros. Nessa concepção butleriana de performatividade, toda assembleia pública, ou todo *occupy*, é um exercício produtivo de corpos que demandam, afirmam e produzem algo – e, em alguns casos, transformam o corpo na própria mensagem do protesto.

Na sua tese sobre a performatividade pública em protestos, a repetição³⁶ continua a aparecer como operador importante: assim como com o gênero, em Butler, na política, a potência da performatividade pública segue na possibilidade de subverter códigos e continuidades estabelecidas; a capacidade de, diante dos termos políticos, torná-los outros pela via da repetição ou da sua contradição. A autora adiciona ainda um operador fundamental para compreender a dinâmica de tais processos: a noção de “corpos em aliança” (*bodies in alliance*).

Com o termo aliança, não me refiro unicamente a uma forma social futura; em algumas ocasiões, se trata de algo latente; por vezes, ela é a estrutura de nossa própria formação enquanto sujeitos (...). É um modo de dizer: “eu sou a complexidade que sou e isso implica que estabeleço relações

³⁵ “É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles” (Foucault, 1979, p. 246). Pensamos a noção de dispositivo a partir de Foucault, em seu caráter de rede de relações, de função estratégica estabelecida entre elementos heterogêneos, discursos, enunciados, práticas, enquanto positividade (Foucault, 1979, 2003). Deleuze também nos auxilia a compreender o dispositivo enquanto agenciamento de estados mistos, agenciamento de linhas móveis e heterogêneas (Deleuze, 1990, 1992, 2012).

³⁶ Performatividade é “uma repetição e um ritual, que realiza seus efeitos através da sua naturalização no contexto no qual o corpo é compreendido, em parte, como culturalmente sustentado na duração temporal. (Butler, 2017, p.21)

com outros que são essenciais a qualquer invocação desse eu”. Essa perspectiva (...) nos desafia a encarar a insuficiência das ontologias identitárias para pensar o problema da aliança. Não se trata aqui de afirmar que eu sou uma ‘coleção’ de identidades, mas que eu sou, desde sempre, uma assembleia (*assembly*), ou *assemblage*, conforme empregado por Jasbir Puar ao adaptar Deleuze. (Butler, 2015, p.68, tradução livre)³⁷.

Nessa relação de aliança, a questão da aparição e visibilidade é um dos pontos que realiza a ligação entre a performatividade pensada sobre populações precárias³⁸ e performatividade de gênero. Para a pesquisadora, compreender a teoria da performatividade requer entender que o direito de aparecer em público já é uma das condições prévias da política e que, quando vemos corpos reunidos em praças ou outros espaços públicos, vemos um exercício que poderíamos chamar “performativo do direito de aparecer, uma demanda corporal por um conjunto de vidas mais habitáveis” (Butler, 2015, p.22, tradução livre). Assim, o simples fato de dormir numa praça – ou em uma escola - já constitui uma ação conjunta dos corpos, um modo de performatividade plural e incorporada, pois rompe com o estabelecido sobre esfera pública e privada, questiona o instituído e produz novas relações de igualdade e novas dinâmicas entre aqueles que ocupam o espaço.

A ocupação não se refere a nada além de si mesma e não representa nada além de si mesma. Ela quebra com a linguagem como representação e com a política democrática representativa. (...) Em uma ocupação, estão canceladas as distinções entre meio e fim, público e privado, real e ideal, erro e acerto, possível e impossível. (...) A ocupação recusa, em regra, toda razão transcendente à própria ocupação. A ocupação é imanente. Ocupar é, em primeiro lugar, dizer não, mas dentro deste não há a semente de um sim diferente. Ocupar é exercer poder destituente e, talvez, poder constituinte, no local. (...) A ocupação do MinC³⁹ não foi pelo retorno do MinC, nem pela saída de Michel Temer da presidência. A ocupação do MinC mostra a ocupação do MinC. As ocupações

³⁷ Apesar dessa referência aos conceitos de *assembly/assemblage*, a autora não dedica momentos da sua obra a estabelecer uma relação mais direta com a noção de *assemblage*. Propomos conexões entre esses pensamentos no capítulo seguinte.

³⁸ Tomamos *Notes toward a performativity theory of assembly* como obra de referência para nossa tese, pelo caráter recente e contemporâneo das manifestações de rua que são analisadas e por essas já pertencerem a um contexto de movimentos entre redes digitais e ruas, mas encontramos obras anteriores em que Butler vincula o conceito de performatividade ao de reivindicação de direitos universais. Em *Excitable Speech...* (1997), a abordagem da performatividade desenvolve questões relativas à política, subjetividade e direitos universais especialmente nas relações de gênero e raciais; em *Who Sings the Nation* (2007), livro realizado em diálogo com Gyatri Spivak, e em *Despossession: The performative in the political* (2013), escrito em conjunto com Athena Athanasiou, a relação entre performatividade e reivindicação de direitos passa por alargar as questões de gênero a movimentos de minorias diversos, como imigrantes ilegais, movimentos palestinos e outros; *Precarious life* (2004a) e *Frames of war...* (2009) também alargam o debate sobre performatividade e reivindicação de direitos ao explorarem “vidas precárias” além da questão do gênero.

³⁹ Minc é o Ministério da Cultura do Brasil (<http://www.cultura.gov.br>). Em 2016, o Palácio Gustavo Capanema, sede do Ministério no Rio de Janeiro, foi ocupado por cerca de 50 manifestantes durante 70 dias, até a integração de posse realizada pela Polícia Federal. O movimento espalhou-se e ocupações de prédios ligados ao Ministério da Cultura aconteceram nos 26 estados brasileiros. O Ocupa Minc surgiu a partir da decisão do presidente interino e não diretamente eleito, Michel Temer, de extinguir o Ministério da Cultura. Temer acabou por revogar a lei e recriar o Minc (Brasil, 2016a) devido à grande pressão social, mas as ocupações permaneceram contra o seu governo.

das escolas mostram as ocupações das escolas. Qualquer tentativa de sequestro desses espaços para os fins da política institucional abandonam o escopo da ocupação. (Magalhães, Paiva, 2016, p.86, grifo nosso).

Nessa perspectiva, da mesma forma que são os atos corporais performativos que instituem o gênero, tanto reproduzindo as normas dominantes, como reinventando-as, para a autora, os corpos reunidos em *assemblies*, ao reivindicarem o direito de aparecer publicamente, “tanto reafirmam, como transformam o espaço público, produzindo-o” (p.15), e sem que para haver aliança seja necessário identificações identitárias específicas. Vale lembrar que, para a perspectiva da performatividade pública, as redes sociais também são entendidas como um espaço de aparição (Butler, 2015). Uma *assembly* ou uma ocupação, portanto, não é apenas sobre um conteúdo, mas sobre forma: uma forma de atuação que também produz novas noções de público. “Os corpos reunidos ‘dizem: não somos descartáveis’, quer estejam ou não usando palavras no momento; o que eles dizem é ‘ainda estamos aqui, persistindo, exigindo uma maior justiça, uma libertação da precariedade, uma possibilidade de uma vida habitável’” (Butler, 2015, p. 25-26, tradução livre). Assim, o público, em Butler (2015), não é da ordem do oposto ao privado, é da ordem da relação, assim como a performatividade é da ordem dos processos e condições de atuação, das condições de possibilidade de agir.

Nos protestos que ocupam espaços físicos públicos, a relação entre espaços e corpos é intrínseca para Butler: a própria noção de rua, para ela, não é pública *a priori*, por princípios, mas pública por ação: para a autora, a rua é um equipamento usado pelos corpos, equipamento esse que ajuda a abrir visibilidade para corpos em situação de precariedade⁴⁰. Assim, é através do recente esforço de Butler em discutir o caráter incorporado dos movimentos protesto contemporâneos, que pensamos na reflexão acerca dos atos performativos, que tanto podem ratificar e reproduzir normas de reconhecimento e existência enquanto sujeitos políticos, quanto subvertê-las, como produtiva para nosso objetivo de compreender processos comunicativos envolvidos nas ocupações secundaristas brasileiras.

⁴⁰ Em síntese, para a autora, precariedade “designa essa condição politicamente induzida em que certas populações sofrem sem redes sociais e econômicas de apoio mais do que outras e se tornam diferencialmente expostas a ferimentos, violência e morte” (Butler, 2015, p.36, tradução nossa). Assim, a precariedade aqui está sendo entendida como uma “uma rubrica que une mulheres, transgêneros, negros, deficientes, pobres, imigrantes e minorias raciais e religiosas; é uma condição social e econômica, mas não uma identidade, e isso permite que diferentes categorias produzam potenciais alianças” (idem, p. 57). Precariedade, nessa perspectiva, não é nem uma identidade, nem ontológica ou essencial, mas, antes, distribuída desigualmente por campos de poder que atuam diretamente sobre os corpos. Sobre a noção de precariedade em Butler, ver: Butler, 2004, 2009.

Capítulo III.

CONTORNOS COMUNICACIONAIS NAS OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS

III.1. *Entre* redes digitais de comunicação, ruas e corpos: o agenciamento em que se estabelece a performatividade ativista

O Ocupa Escola se insere no processo atual de reconfiguração pós-mídias de massas do campo da comunicação, não apenas enquanto novos produtores de informação, mas enquanto sujeitos de uma mídia-multidão (Bentes, 2015)⁴¹. Mas, mesmo diante de uma cultura de (quase) obrigatoriedade de compartilhamento de informações e de dados, de (obsessividade pela) circulação em tempo real e acesso facilitado para uma parte da sociedade a novos dispositivos de produção e transmissão de conteúdo, a ocupação de mais de mil escolas no país também comunica e produz sentido de outras formas e por outras temporalidades. Nessa semiosfera⁴² tão complexa, o corpo dos estudantes que ocupam e a rua – entendida aqui enquanto dispositivo sintetizador do espaço público ocupado por eles – integram-se às tecnologias digitais comunicacionais empregadas pelos ativistas e atualizam códigos e linguagens hegemônicas no fazer diálogo político, que provocam, inclusive, intradutibilidades e rupturas.

É por isso que propomos, entre tantas possíveis abordagens, a reflexão sobre os agenciamentos *entre* redes digitais, ruas (ou o espaço público, de modo geral) e corpos. É que pensar “*entre* as coisas não designa uma correlação localizável que vai de uma para outra e reciprocamente, mas uma direção perpendicular, um movimento transversal que as carrega uma e outra, riacho sem início nem fim, que rói suas duas margens e adquire velocidade no meio”. (Deleuze, Guattari, 1995a, p. 37, grifo nosso).

Com essa abordagem também desejamos escapar a uma exaltação tecnicista da primazia da digitalização e das tecnologias digitais nos processos subjetivos contemporâneos, assim como pressupor que movimentos como o da Primavera

⁴¹ “Diante de uma cultura da visualização e do tempo-real, com seus dispositivos de transmissão e difusão ao vivo, emergem novas estéticas e movimentos globais de arte, midiativismo fora dos espaços tradicionais, que defino como mídia-multidão” (Bentes, 2015, p.7).

⁴² Referimos o termo “semiosfera” a partir de Iúri Lótman, que, em referência ao conceito de “biosfera”, adota o termo para referir o espaço semiótico que envolve os sistemas de signo e textos da cultura, e no qual o funcionamento semiótico se dá sempre em relação. Para Lótman, não será pela soma de atos semióticos particulares que se obtém um universo semiótico, mas é na própria existência desse universo – a semiosfera – que se efetivam os atos sígnicos particulares. Lotman introduz tal conceito no pensamento da semiótica russa em *La Semiosfera I: semiótica de la cultura y del texto*, 1996.

Secundarista sejam inteiramente inéditos no que se refere ao estatuto ocupado pela comunicação em movimentos de reivindicação política. De fato, diferentes formas de ação coletiva e contestação social foram atravessadas pelas mudanças de contexto social e comunicacional ao longo dos séculos⁴³. Castells (1999a, 1999b, 2013) lembra que, historicamente, mesmo antes das redes digitais e horizontais como meio de comunicação disponível, os movimentos sociais modernos – tais como greves e demais ações que pavimentaram o movimento operário - sempre dependeram da existência de mecanismos de comunicação específicos, desde boatos, sermões, *slogans* nos muros das cidades, panfletos e manifestos entregues pessoa a pessoa até às transformações trazidas pela imprensa.



Figura 1. Muros no Maio de 68 em Paris. À esquerda, na imagem 1, o *slogan*–inscrição–graffiti durante o Maio de 68, em Paris, diz: “*Vivre sans temps mort, jouir sans entraves*” (“Viver sem tempos mortos, gozar a vida sem entraves”, em tradução livre). À direita, na imagem 2, graffiti e seu espectador, na fotografia de Henri Cartier-Bresson, 'Rue de Vaugirard' (Maio de 68, em Paris, 1968). Fonte: Magnum Photos, cortesia Fondation Henri Cartier-Bresson.

Creemos que as mudanças no ambiente comunicacional afetam as disputas nas relações de poder e interferem na reconfiguração dos movimentos sociais. Há, portanto, ligação direta entre as mobilizações coletivas e os fluxos comunicativos de seu tempo. Sendo a comunicação um processo de partilha de significado, o avanço dos meios que

⁴³ Em uma retrospectiva ilustrativa, evidenciamos, por exemplo, que Thompson (1979) e Hobsbawm (1978), ao estudarem as revoltas “pré-modernas” (como movimentos camponeses na sociedade ainda pré-capitalista) destacam já os modos de expressão e comunicação entre as características que circunscrevem toda a dinâmica de movimentos sociais. Em uma cultura de transmissão sobretudo oral, em virtude da maioria da população analfabeta (Hobsbawm, 1978; Taborda, 2012), os movimentos sociais que antecipam as profundas transformações do capitalismo moderno ainda não haviam encontrado linguagens próprias para especificar suas insatisfações. Em função da falta de articulação comunicativa e também da importância dos vínculos tribais e de parentesco, os autores salientam uma expressividade arcaica e ausente de pretensões políticas nos movimentos coletivos pré-capitalistas, relacionada a conflitos tradicionais, morais e patriarcais, sem concretizar reivindicações sobre a desestabilização da ordem social estabelecida ou dar origem a movimentos organizados (Thompson, 1979; Hobsbawm, 1978; Taborda, 2012).

permitem tal partilha marcam, por exemplo, os movimentos pós anos 60⁴⁴ como articulações coletivas em que crescem junto com a defesa de suas causas a luta pelos espaços de visibilidade e do poder exercido por meio da construção de significado (Castells, 2013), do acesso à mídia e à produção simbólica, de informação e cultura.

Perceber que o contexto comunicacional convoca implicações na historicidade dos movimentos de protesto reforça a validade para o nosso campo de saber em buscar compreender como, de forma indissociável, o cenário contemporâneo de redes de comunicação e a emergência de novas formas de protesto e ativismo se articulam nesse início de século XXI. Em nosso regime de sociedade de controle, bem lembrou Deleuze, “não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas” (Deleuze, 1992b, p. 220).

Poderíamos, primeiramente, afirmar que toda uma panóplia de movimentos ao estilo *occupy* participam de uma nova forma de distribuição comunicativa fortemente interligada com a lógica da sociedade em rede (Castells, 1999a, 1999b)⁴⁵: uma mistura de espaços físicos e territoriais com espaços de fluxos, nas redes virtuais e digitais da internet, regida pelo paradigma da informação. Porém, ao aderir aquilo que Di Felice chama de “agir em coletividades conectadas” (Di Felice, 2013), esses movimentos não passam apenas pelos fluxos da internet. Di Felice (2013) enfatiza que ainda que, nesse contexto, toda uma dimensão político-democrática desloque-se dos espaços tradicionais para as redes interativas digitais, é próprio de tais movimentos não se resumir à incorporação da internet aos processos comunicativos do ativismo. Adotam, de forma mais complexa, as formas como as tecnologias comunicativas transformaram “o próprio ativismo e os conceitos de participação, espaço democrático, identidade coletiva e estratégia política, implicando em uma mudança significativa nas formas de ação social por parte dos movimentos” (Di Felice, 2013, p. 54). Para o autor, é preciso atentar para

⁴⁴ Taborda (2012) explica que, a partir da década de 60 do século XX, eclodem os “novos movimentos sociais” em um contexto da sociedade pós-industrial e em uma passagem do protagonismo das disputas laborais para disputas sociais e culturais, muitas vezes ligadas a questões estruturantes “das identidades dos indivíduos e dos grupos” (Taborda, 2012, p.7). Daí surgem movimentos como o estudantil, mas também os feministas, ecologistas, pacifistas, anti-rascistas, pela livre orientação sexual – movimentos com o intuito de, a partir da visibilidade de suas causas, gerar efeitos políticos (Taborda, 2012). Os novos movimentos sociais, nessa perspectiva, distinguem-se em certa medida dos movimentos operários (Touraine, 1995; Melucci, 1996, 2001, 2003; Taborda, 2012): são movimentos que já não se concentram em torno dos pilares capital-trabalho-classes e que, ao estarem associados ao capitalismo tardio, reúnem diferentes identidades, cujos novos pilares estão ligados à rejeição às imposições da ordem social, cultural, da reprodução simbólica e do espaço subjetivo dos indivíduos.

⁴⁵ Manuel Castells distingue cinco principais características da sociedade em rede: a valorização da informação, a flexibilização dos processos de trabalho e produção, a lógica reticular, a difusão e a convergência das tecnologias digitais de comunicação (Castells, 1999a, 1999b).

ecologias particulares nas ações desses movimentos que se originam ou articulam nas redes digitais, mas permanecem nas ruas, unindo suas dimensões informativas e espaciais – e, pensamos, também corporais. É aqui que defendemos tratar-se, antes, de um híbrido – ou um agenciamento – *entre* redes-ruas-corpos. Para Deleuze e Guattari, um agenciamento:

não fala “das” coisas, mas fala *diretamente* os estados de coisas, ou estados de conteúdo, de tal modo que um mesmo x, uma mesma partícula, funcionará como corpo que age e sofre, ou mesmo como signo que faz ato, que faz palavra de ordem, segundo a forma na qual se encontra (Deleuze, Guattari, 1995b, p.34, grifo dos autores).

Jaspir Puar (2007, 2013), autora a quem Butler vai buscar uma leitura do termo deleuze-guattariano “*assemblage*”, alerta que os termos “agenciamento” (em português) ou *assemblage* (em inglês) são, na verdade, traduções que carregam equívocos. Segundo Puar, o termo original - *agencement*, em francês, no trabalho de Deleuze e Guattari, deveria trazer significados que remetem ao *layout*, organização, arranjo, relações, sendo importante diferenciar de uma tradução para o inglês que possa se aproximar do sentido de uma combinação, uma montagem. Phillips (2006) auxilia nessa diferenciação:

A palavra inglesa “*assemblage*” é a tradução comum do termo francês “*agencement*” usado por Deleuze e Guattari. (...) Na verdade, ambas possuem raízes etimológicas completamente diferentes. De acordo com o Dicionário Le Robert Collins, a palavra francesa *agencement* vem do verbo *agencer*, “juntar, reunir, montar”. A palavra *agencement* significa, assim, “uma construção, um arranjo, um *layout*”. Por outro lado, a palavra inglesa “*assemblage*”, segundo o Oxford English Dictionary, vem da palavra francesa *assemblage* (a-sahn-blazh), não da palavra francesa *agencer*. O significado da palavra inglesa “*assemblage*” é “união ou unir duas coisas”. Um *layout* ou arranjo não é a mesma coisa que uma unidade ou uma simples união. (Phillips, 2006, p. 108, tradução livre preservando termos em inglês e francês por motivos de clareza).

Ainda assim, Puar (2013) considera que é possível pensar nos efeitos produtivos desse “erro” de tradução. Para autora, o que mais interessa nos agenciamentos está na primazia das conexões e no reposicionamento do corpo humano, já que, em sua visão, “agenciamentos não privilegiam os corpos como humanos, tampouco como alojados em um binário humano/animal” (Puar, 2013, p.357). Na sua concepção, o agenciamento permite a “desexcepcionalização dos corpos humanos” e, com isso, “múltiplas formas de matéria podem ser corpos – corpos de água, cidades, instituições” (idem). No idioma português, segundo o Dicionário de Comunicação (Marcondes Filho, 2009), a palavra agenciamento remete ao francês *agencement*, com o sentido de “ação, maneira de agenciar, arranjo resultante de uma combinação” (Marcondes Filho, 2009, s.p). Desse modo, seguindo o dicionário, o termo *agenciamento* será empregado nesse trabalho de acordo com os seus sentidos mais mobilizados a partir de Deleuze e Guattari, pelo que utilizamos aqui o termo “agenciamento” nesse sentido de “montagem, arranjo,

combinação” (Tadeu da Silva, 2001, p. 198) – de *agencement*, em suma - e não em sentido de unidade ou união.

Para Deleuze e Guattari, em seu aspecto material ou maquínico, um agenciamento não parece remeter a uma produção de bens, mas a um “estado preciso de mistura de corpos em uma sociedade”⁴⁶ (Deleuze, Guattari, 1995b, p. 34). Novamente: o primado do *entre*, das relações. Em síntese, os autores abordam um agenciamento através de dois eixos: o horizontal, com o agenciamento maquínico de corpos, ações e paixões e mistura de corpos reagindo (conteúdo) e o agenciamento coletivo de enunciação, de atos e enunciados, transformações incorpóreas atribuídas aos corpos (expressão); e o eixo vertical, com territorializações e reterritorializações que estabilizam o agenciamento, e picos de desterritorialização que o arrebatam (Deleuze, Guattari, 1995b). Sobre a ação conjunta de corpos que convocam e constituem o seu espaço de visibilidade em manifestações multitudinárias, Butler afirma:

nenhum corpo particular estabelece o espaço de aparecimento, mas esta ação, este exercício performativo, acontece tão somente “*entre*” corpos, em um espaço que constitui o vão entre meu próprio corpo e o corpo de outrem. Deste modo, quando meu corpo age politicamente, ele não age sozinho. De fato, a ação emerge do “*entre*” (*between*), uma metáfora espacial para uma relação que simultaneamente vincula e diferencia (Butler, 2016, p.8).

Nesse engendramento entre corpos, espaços físicos e formas de reivindicação que encontram sua visibilidade nas ruas e nos circuitos virtuais, observar os fluxos comunicativos de movimentos como o dos secundaristas não é apenas sobre um conteúdo, mas sobre forma: uma forma de atuação que também produz novas noções sobre o que é o ativismo / o público / o político.

III. 2 A dimensão das redes pela perspectiva do net-ativismo

Acontecimentos como o movimento dos secundaristas no Brasil e tantos outros que compartilham de caráter semelhante evidenciam os modos como as subjetividades e corpos contemporâneos são atravessadas pelas tecnologias da virtualidade, digitalização e conectividade de modos que apontam, entre outras coisas, para redefinições no tipo de

46 Ainda em Mil Platôs, Deleuze e Guattari exemplificam o conceito a partir da mistura de corpos que definem o regime feudal: o corpo da terra, corpo social, corpos do suserano, do vassalo, do servo, o corpo do cavaleiro e o do cavalo, as relações que se estabelecem com o estribo, as armas e ferramentas – agenciamentos maquínicos. Ao mesmo tempo, expressões, regimes jurídicos dos brasões, transformações incorpóreas por via dos juramentos, juramentos de obediência e amorosos – agenciamento coletivo de enunciação. E, ainda: territorialidades feudais e desterritorializações nos enunciados e atos (Deleuze, Guattari, 1995b).

natureza que estabelece nossas formas de ser e estar no mundo. Mais uma vez, muitas seriam as vias teórico-metodológicas possíveis para buscar compreender tais fenômenos sob uma perspectiva comunicacional⁴⁷. Optamos, nesse trabalho, pela perspectiva do net-ativismo, principalmente a partir de Massimo Di Felice (2013, 2017), por considerá-la produtiva ao nosso propósito de refletir sobre os movimentos de ocupação de espaços públicos que irrompem nas redes digitais sob um ponto de vista em que “não parece já pertinente considerar a rede como domínio virtual, desmaterializado, enfim, desencarnado” (Babo, 2017, p.127). O conceito de net-ativismo nos ajuda, portanto, a encarar tais movimentos “como um fenômeno que deve ser lido nessa oscilação constante da rede para a rua e, de novo, da rua para a rede” (idem). Como sempre, nos importam as linhas em jogo em sua ordem relacional.

O termo *netactivism* surge com Schwatz (1996), em *NetActivism: how citizens use the Internet*. A palavra é empregada pelo autor a partir de uma simplificação da expressão *Network-Activism*, e, segundo Di Felice (2017), sua utilização tem como intuito superar o limite contido no termo ciberativismo, que limitava as dinâmicas e formas de participação no ciberespaço, focado em um uso da internet destinado a práticas de participação marcadas, sobretudo, pela troca de informação e de conteúdos de textos característicos da *web 1.0*⁴⁸. Para Di Felice (2013, 2017), hoje o ativismo digital não se restringe ao uso da internet como suporte para troca e difusão de informações, mas, sim,

⁴⁷ Entre diversas abordagens, poderíamos citar estudos como os de Pierre Levy, que consideram o papel das tecnologias digitais como tecnologias de inteligência e partilha de informação que suportam movimentos sociais e reivindicações político-ativistas (Levy, 1999; Lemos, Levy, 2010); a abordagem de Dahlgren sobre redes digitais enquanto instrumento de democratização e participação (Dahlgren, 2009, 2013); o extenso trabalho de Castells sobre a sociedade em rede e modos de resistência e protesto associados a ela (Castells, 1999a, 1999b, 2013); as contribuições recentes de Carpentier (2017) sobre a dimensão "material-discursiva" nos processos de participação política; perspectivas que evidenciam os aspectos mais negativos e problemáticos do uso das redes, como em Turkle (2011) ou sobre o *slacktivism/ click activism* (“ativismo de sofá”) e sua conotação de passividade - (Christensen, 2011), ou, ainda, abordagens sobre os jovens e as TIC, a partir de autores como Buckingham (2007); Dahlgren & Olsson (2007a, 2007b); Livingston (2009); Ponte (2016); Olsson & Dahlgren (2010). Seriam outros modos possíveis de perspectivar nosso objeto.

⁴⁸ De acordo com Di Felice (2017), o termo ciberativismo surge nos anos 1990 para referir uma ampla e heterogênea quantidade de movimentos, caracterizados por um novo tipo de participação que ocorria por meio do uso das tecnologias digitais enquanto instrumentos para reforçar as suas ações. “Em termos gerais, nessa primeira fase, o ciberativismo referia-se ao uso da Internet para dar suporte aos movimentos globais e causas locais, utilizando as arquiteturas informativas do primeiro tipo de Internet para disseminar informações, promover a discussão coletiva de ideias e a proposta de ações, criando canais de participação e difundindo estilos e práticas experimentais de conflitualidade”. (Di Felice, 2017, p. 94).

se estabelece através de novas naturezas de interação características da conectividade coletiva *em rede*⁴⁹ e *nas* redes que se delineia com o net-ativismo.

Nessa nova forma de ativismo digital, novos tipos de conflito e participação são experimentados em um processo que, para o autor, pode ser compreendido a partir de três fases. A primeira fase é considerada por Di Felice (2017) uma etapa preparatória, associada ao surgimento da internet e primeiras redes de computadores, sendo um período que tornou possível uma ecologia de compartilhamento de conteúdos, principalmente textos, e as primeiras ações de alcance global por usuários da internet, mas ainda com forte caráter centralizado. É na segunda fase que se inauguram novos tipos de conflitos e participação descentralizados e em uma espacialidade informático-planetária, resultantes da “sinergia entre pessoas, movimentos e tecnologias digitais” (Di Felice, 2017, p. 91). O autor dedica atenção especial ao movimento neozapatista (vide Glossário), enquanto fundador da segunda fase, para abordar essas novas formas de ação que irrompem nas redes interativas digitais e acarretam mudanças qualitativas nas próprias formas de conflito. A terceira fase do net-ativismo é aquela que o autor considera a fase madura, que se associa à web 2.0 e ao surgimento da banda larga, das redes sociais e das formas de conexões móveis. Nessa etapa, o net-ativismo passa a exprimir-se, segundo o autor, em redes efetivas de interação colaborativa entre pessoas, dispositivos de conexão, bancos de dados e territorialidades. Essa terceira fase do net-ativismo é aquela em que o autor acredita trazer a implementação de processos radicais de transformação nas formas reticulares, autônomas e colaborativas de ativismo, exemplificados por ele através de casos muito ligados a movimentos de ocupação de espaços públicos, tais como a Primavera Árabe, o *Occupy Wall Street*, 15M na Espanha, e as Manifestações de Junho de 2013 no Brasil.

Consideramos o movimento secundarista brasileira net-ativista justamente no sentido de que ele corresponde a essa fase do ativismo que, segundo Di Felice (2013, 2017) nos leva a uma diferença qualitativa na própria dinâmica dos conflitos – não se trata de um emprego das tecnologias interativas pura e simplesmente, mas uma mudança

⁴⁹ Para Di Felice, a noção de rede pode ser pensada como “como a assunção de uma epistemologia que supera os conceitos de social e de sociedade, assim como elaborados pela cultura ocidental que os limitou ao âmbito da *polis*, isto é, do espaço antropomorfo da cidade, lugar restrito da disputa e dos conflitos das ideias” (Di Felice, 2013, p. 64). Tal pensamento se dá em interlocução com a proposta da Teoria-Ator-Rede (ANT) de Bruno Latour, que compreende redes fora de uma lógica entre sujeitos sociais e lugares exteriores a eles e definidos, mas através das associações entre actantes (aquilo que produz ação) humanos e não humanos. Para uma abordagem pormenorizada sobre a Teoria-Ator-Rede, ver: Bruno Latour, *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*, 2012.

de natureza, que resulta em uma nova ecologia da conectividade, mas também das práticas comunicacionais e políticas dos sujeitos. Novos diagramas de redes, em que se expandem os processos de descentralização e hierarquização, com a emergência de novos tipos de colaboração e interação não mais apenas centradas no sujeito.

Mesmo quando tais formas de participação ocuparam temporariamente, como em muitos casos, praças, ruas, assumindo aparentemente os aspectos tradicionais das formas de protesto públicas, na realidade continuavam conectadas as redes digitais, postando, em tempo real, imagens, comentários e vídeos, documentando *online* cada evento e dando, portanto, à arquiteturas urbanas e aos espaços públicos, uma dimensão digital e informativa e, ao mesmo tempo, conferindo à própria participação as características de um agir colaborativo em rede entre humanos, dispositivo de conexão, dados e territórios. Tais formas colaborativas de participação tiveram uma disseminação planetária, assumindo as características de um novo modo de interação que supera dinâmicas representativas para assumir as dimensões de um ativismo em rede emergente, dinâmico, temporário imprevisível. (Di Felice, 2017, p. 122)

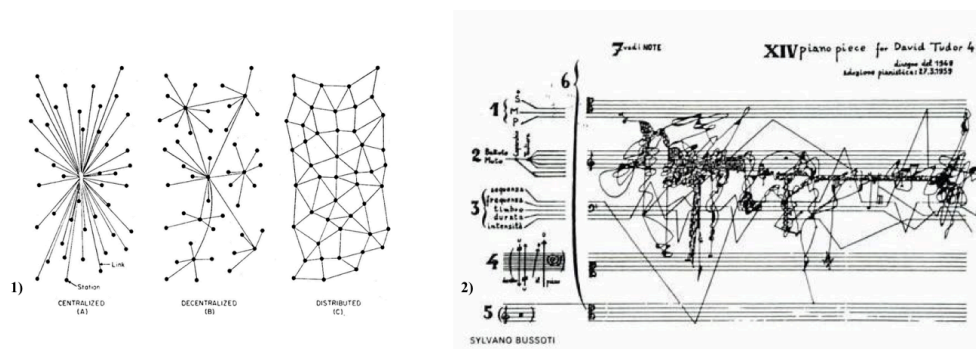


Figura 2. Linhas de rede, linhas rizoma. À esquerda, na imagem 1, os diagramas de Paul Baran para ilustrar a diferença de topologia ou padrões de conexão⁵⁰. Fonte: Baran, 1964, p.2. À direita, na imagem 2, reprodução da partitura de Sylvano Bussoti com a qual Deleuze e Guattari abrem o capítulo dedicado ao rizoma em *Mille Plateaux*. Fonte: Deleuze, Guattari, 1980, p. 9.

O movimento de ocupação das escolas brasileiras entre 2015 e 2017 participou dessa nova forma de distribuição no espaço e, acreditamos que engendrou diferentes tipos de natureza net-ativista em um mesmo fenômeno. De acordo com Bragança de Miranda (2010), três naturezas do net-ativismo podem ser mais facilmente identificadas: a natureza técnica, política e estética. A natureza técnica seria aquela que passa por estratégias mais intimamente ligadas com ações em torno dos próprios *softwares*, seja, por exemplo, pela defesa do *software* livre ou de práticas de *open source*, ou por meio de ações mais agressivas, como estratégias *hackers* no caso dos membros do *Anonymous*. O net-ativismo político, por sua vez, conecta-se com movimentos como os já aqui mencionados Primavera Árabe (no norte da África e Médio Oriente), 15M (Espanha),

⁵⁰ Conforme Di Felice (2017), a terceira fase do net-ativismo corresponde ao diagrama da “rede distribuída” (*distributed*) de Paul Baran, enquanto um modelo no qual as informações navegam de modo distribuído, horizontal, sem hierarquização.

Jornadas de Junho de 2013 (Brasil) ou o movimento 5 Estrelas, na Itália, por exemplo. Quanto ao net-ativismo estético, para Bragança de Miranda, “trata-se de estética no sentido lato do termo, ligado às afecções (...), mas acima de tudo no sentido restrito das artes” (Bragança de Miranda, 2010, p. 256).

Por sua vez, o movimento dos estudantes secundaristas no Brasil, ainda que não tenha empregado estratégias de guerrilha pela via direta do uso dos *softwares*, sem dúvida, se constitui, pelo menos, em uma natureza política e estética, já que pensamos, com Rancière (2009), que o político é indissociavelmente estético, é sempre fundado no mundo sensível, assim como as expressões artísticas. As dimensões se conectam e, como já nos disseram Deleuze e Guattari, um rizoma é sempre ‘e... e... e...’. Disso, resulta também sua dimensão comunicacional, em que esse fluxo de diferentes naturezas net-ativistas não apenas traz grande valor informativo e criativo, como também aponta para uma nova onda mais complexa e aberta ao dissenso⁵¹. Os estudantes não só aderiram à proliferação e à disseminação de novas formas de redes de comunicação, mídias e linguagens pós-mídia de massas⁵² para divulgar e organizar seu movimento, como também incorporaram práticas oriundas dessa lógica das redes no cotidiano das escolas ocupadas, de suas manifestações públicas e das próprias formas de autogestão das ocupações. Sem dúvida, um fenômeno acontecimental, não apenas um ponto de inflexão no histórico dos movimentos estudantis brasileiros, mas um acontecimento que *muda performativamente o campo no qual acontece*.

O chamado netactivismo vem pôr em cena, já não a proliferação viral da rede, a sua captura aberta e a instantaneidade do seu alastramento e contaminação, mas, um outro fenômeno que nos merece toda a atenção e poderia ser formulado por essa **incidência da rede na rua** ou de como a acção viral virtual configura fenômenos de massas globais/locais, completamente abertos e, ainda, não-estratégicos, de uma espontaneidade viral e atípica. (Babo, 2017, p. 132, grifo nosso).

⁵¹ Em Rancière, *dissensus* é uma forma específica de conflito no regime de partilha dos sentidos. Não é “a confrontação dos interesses ou opiniões” (Rancière, 2013, p. 148) ou uma diferença de sentimentos que se deva respeitar. É, antes, “um processo de dissociação: uma ruptura na relação entre sentidos” (Rancière, 2010, p. 143). Desse modo, pensar o político pela lógica do dissenso, seguindo o autor, requer superar modelos muito enraizados de identidade, seja o da lógica de busca por um sentido unívoco (no caso dos regimes de representação), seja na ideia de partilha do sensível submetida a uma ordem (de regimes consensuais). O dissenso abre espaço justamente, portanto, para uma “heterogeneidade do sensível” (Rancière, 2010).

⁵² Ivana Bentes sinaliza os limites do termo “pós-mídia de massas”, indicando que o prefixo “pós” é uma comodidade que indica que está problematizando o campo da modernidade e também das formas de fazer jornalismo, enquanto regime discursivo. Para ela, o que interessa no “pós” é apontar para a emergência de um campo “aberto e desconfigurado de experiências muito heterogêneas e díspares de midialivismo e midiativismo que emergiram das redes sociais, como essa conversação e interconexão incessantes. É um momento em que os conceitos clássicos (de jornalismo e comunicação) não dão conta das experiências que estão sendo feitas”. (Bentes, 2015, p. 13-14).

Assim, ao posicionarmos movimentos de ocupação de espaços públicos enquanto acontecimentos micropolíticos que se dão *entre* redes, ruas e corpos, evidencia-se justamente a dimensão performativa que as mutações qualitativas e de natureza que as recentes transformações nas formas comunicativas de conexão desencadeiam nas práticas materiais e subjetivas nos modos de resistência e reivindicação contemporâneos. Não se pode deixar de lado o papel performativo de relatar nas redes sociais e outros canais digitais de comunicação nesse processo: é, em grande parte, quando os estudantes secundaristas relatam seu protesto que subjetivamente se transformam em sujeitos resistentes – mas, sem dúvida, não só. No net-ativismo, o que surge é “um novo tipo de ecologia, acessível e habitável somente por meio de um singular tipo de comunicação, que ocorre entre substâncias diversas, orgânicas, inorgânicas e híbridas, conectadas digitalmente, e, por isso, capazes de um particular tipo de interação” (Di Felice, 2017, p. 151).



Figura 3. “Saímos do Facebook”. Fonte: Arquivo jornal O Globo.

III.3 Devires (trans) subjetivos no agenciamento net-ativista

Nesse ponto, reconhecemos aqui que, muito antes da abordagem teórica sobre as complexas dinâmicas específicas do net-ativismo, o que iluminou nosso encontro com o objeto dos movimentos de ocupação de espaços públicos enquanto performatividade política emergiu, desde o princípio do projeto, de inquietações sobre o que estava *se configurando* – em fluxo, em um gerúndio que convoca processualidades e movência – nas transformações subjetivas através *e* nesses movimentos. Além dos próprios autores fundadores da nossa perspectiva sobre subjetividade, entendida como como instância processual, como produção engendrada nas práticas cotidianas de cada tempo e cultura (Foucault, 1980, 1988, 1997, 2003, 2004, 2008b, 2010; Guattari & Rolnik, 2011; Deleuze

& Guattari, 1995a, 1995b, 1996; 1997a; 1997b; Sibilia, 2002), o pensamento teórico sobre multidão pavimentou nossas primeiras reflexões sobre movimentos *occupy*. Tal pensamento permitiu encará-los enquanto singularidades não representáveis, singularidades que mantêm sua força própria, mas dentro de uma dinâmica relacional que permite construir ao mesmo tempo a si e ao todo, a partir especialmente dos trabalhos de Antonio Negri (2004, 2005) e de Negri e Michael Hardt (2005)⁵³. Entretanto, durante a realização do mestrado, para avançar e aprofundar a pesquisa, outros encontros surgiram. Adentramos, assim, entre tantos outros percursos, na noção de potência destituente, de Giorgio Agamben (2012, 2017a, 2017b) e nas condições de transindividuação, de Bernard Stiegler (2009, 2012, 2018). Respeitando as diferenças e limitações entre tais conceitos e autores, nesse capítulo, recorreremos a eles enquanto interlocutores que constelam entre si e, cremos, também com as perspectivas pós-identitárias de Deleuze e Guattari, Di Felice e de Butler ao problematizarem, respectivamente, as noções de micropolítica e acontecimento, net-ativismo e de performatividade.

Percebendo as ocupações (de diferentes tipos) como dispositivo subjetivo que emerge de disputas simbólicas nos campos do espaço público, político, do corpo, do virtual e da linguagem, vemos um processo que pode ser aproximado da potência destituente. Ao analisar 1) o paradigma securitário que submeteu o domínio da política ao signo da segurança, 2) a passagem do Estado de um estágio disciplinar a um estado de controlo e 3) a sua hipótese de que a nossa sociedade não só deixou de ser democrática como já não é mais uma sociedade política e as formas como o poder, hoje, tende a uma despolíticação do *status* de cidadão, Agamben (2014) apresenta a potência destituente como alternativa à uma situação tão despolitizada e ao pensamento que se orienta pela necessidade de um poder constituinte que dê origem a novas ordens institucionais (Agamben, 2014a). Para o autor, a potência destituente se inscreve como potência do comum, como possibilidade de enxergar o meio puro, não como um meio para um fim, nem como um fim em si mesmo. Trata-se de um poder que rompe com a ideia de fundação ou renovação da ordem, pois não está sujeito a ela. Em Agamben (2014, 2017b), o poder destituente requer não restituir a ordem/lei, mas a sua própria potência para uma abertura a outros usos possíveis, uma abertura ao comum – que, pensamos, trata também de uma abertura a novas subjetividades políticas.

⁵³ Escrevemos anteriormente sobre identidade, multidão e ocupações secundaristas nas comunicações publicadas na Revista Lusófona de Estudos Culturais, volume 4, nº 1 (Miranda, 2017a; 2017b).

Ao assinalar que o poder destituente é uma tarefa teórica e prática da política que vem, o autor não deixa, entretanto, de reconhecer que “pensar esse poder destituente não é uma tarefa fácil” (Agamben, 2017b). Disso, é claro, decorrem contradições em movimentos como o dos secundaristas, acusados no Brasil sistematicamente de estarem “aparelhados” por partidos políticos ou de não apresentarem objetivos concretos e factíveis. No entanto, mesmo com a dificuldade de articular *práxis* e teoria em um pensamento destituente, fenômenos desse tipo devem ser compreendidos em seu caráter de potência inventiva de novas estratégias, como a luta para restituir as capturas do regime do dispositivo escolar, dentro do próprio espaço escolar, a um regime de potência do comum, em direção a uma “forma-de-vida”⁵⁴.

Sem um objetivo claramente instituinte, mesmo que efetivado pelos próprios alunos, o #OcupaEscola operou justamente sob a descrença no sistema político representativo e sob o conceito de horizontalidade. Um dos aspectos mais repetidos em seu discurso – seja nas próprias redes sociais digitais ou nas declarações dadas aos media tradicionais no Brasil - era o caráter horizontal, sem lideranças e autônomo do movimento. Entretanto, um dos seus maiores desafios foi justamente o da não captura pelos aparelhamentos de organizações como uniões estudantis já muito bem capturadas pela máquina instituinte. Desse modo, não adotamos uma visão romantizada da concretização de uma *práxis* puramente destituente nas ocupações dos estudantes, mas acreditamos na validade de refletir sobre as potencialidades de um movimento que recusou a formação de identidades enraizadas e estáticas e, por via das ocupações das escolas, criação de canais de comunicação alternativos, manifestações artísticas, passeatas nas ruas, realizações de *workshops* sobre causas diversas como respeito e diversidade racial, sexual, de gênero, de classe, alargaram aquilo que é tradicionalmente visto como o político.

Desse modo, o movimento aproxima-se de uma “singularidade qualquer, que quer se apropriar do próprio pertencimento [...] e recusa, por isso, toda identidade e toda a condição de pertencimento” (Agamben, 1993, pp. 78-79). Em Agamben, esse tipo de manifestação é justamente “o principal inimigo do Estado” (idem).

⁵⁴ Para Agamben, a forma-de-vida pode ser pensada como uma vida que se vincule tão estreitamente a sua forma a ponto de ser inseparável dela (2012). “O que está em jogo então é uma vida nos quais os singulares actos, modos e processos nunca são simplesmente factos, mas sempre e acima de tudo possibilidades de vida, sempre e acima de tudo, potência” (Agamben, 1993, p.11). É nessa perspectiva que o autor, através de seu estudo sobre a vida e *habitus* dos mosteiros, estabelece o dispositivo pelo qual os monges tentaram realizar seu ideal de uma forma-de-vida comum (Agamben, 2012, 2017a).

(...) hoje em dia, ao lado das lutas tradicionais contra a dominação (de um povo sobre outro, por exemplo) e contra a exploração (de uma classe sobre outra, por exemplo), é a luta contra as formas de assujeitamento, isto é, de submissão da subjetividade, que prevalece. (...) E o que os secundaristas nos ensinaram é que também as formas de resistência se reinventam. A horizontalidade e a ausência de centro ou comando nas ocupações e nas manifestações dramatizaram uma outra geografia da conflitualidade. É difícil nomear uma tal mudança, e sobretudo transformá-la em pauta concreta. (Pelbart, 2016, s.p.)

Por essas vias, é disso também que se trata: se inscrevemos a potência destituente na sua dimensão de ruptura com as formas de submissão da subjetividade, ainda que movimentos como o das ocupações pareçam fugazes em seus objetivos, conquistas e duração, ainda que não invertam completamente as relações de força instituídas, temos já novos arranjos subjetivos sendo produzidos na sociedade.

A gente recebeu cartilha (“Como ocupar um colégio?”) e começou a ler. Como não havia diálogo com o governo, nos organizamos para ocupar e, rapidamente, todo mundo apoiou. *Pareceu telepatia*, simultaneamente outras escolas começaram a ser ocupadas, *só crescia*”. [Rafaela Bonifácio, 16 anos, estudante do Ensino Médio da Escola Estadual Diadema – entrevista ao jornal Folha de São Paulo] (Terenzi, Saldaña & Bonifácio, 2016, grifos nossos)

Em um movimento imprevisível, cuja dinâmica viral “pareceu telepatia”, foi possível ler e ouvir nos media de massa do Brasil indagações como: “Afinal, quem são os secundaristas e o que querem?”, assim como muita discussão sobre “quem estaria por trás das manifestações” (sindicatos, partidos, associações estudantis?). Na recorrência desses discursos, percebemos uma certa insistência na busca por uma afirmação de identidades⁵⁵ para esses estudantes, frágil e insuficiente para dar conta dos devires multitudinários e singularidades em fluxo nessas novas formas de conflitualidade.

Em movimentos como os *occupy*, a multidão não é uniforme e não se constitui em uma unidade identitária, está no *entre*, no lugar onde as diferenças se encontram e se articulam. Para Negri (2004), a multidão é uma perspectiva que impõe pensar a oposição entre a diversidade e uma uniformidade desejada, implica vislumbrar a diversidade na sua riqueza, pois é “na riqueza de suas infinitas expressões (que a multidão) revela sua força criadora” (Negri, 2004, p. 455). Trata-se, para o autor, de um modelo que rompe com a uniformidade e abraça a diversidade em sua própria consistência ontológica. Na multidão que se forma em movimentos de ocupação de espaços públicos, a multiplicidade da

⁵⁵ Lembramos que, para Butler (2017), pela via das práticas reguladoras a identidade pode ser entendida como “um ideal normativo, ao invés de uma característica da experiência” (Butler, 1997, p.43). “Em outras palavras, a “coerência” e a “continuidade” da “pessoa” não são características lógicas ou analíticas da condição de pessoa, mas, ao contrário, normas de inteligibilidade socialmente construídas e mantidas” (idem).

multidão “não é apenas uma questão de ser diferente, mas também de um devir diferente. Um devir diferente daquilo que você é” (Hardt, Negri, 2005, p.444).

A multidão é caracterizada a partir de três condições principais: ela é uma imanência, no sentido em que se mostra como potência, como conjunto de singularidades, de multiplicidades de subjetividades em que cada indivíduo ou conjunto de indivíduos é singular e, ao mesmo tempo, o uno transforma-se em múltiplo (Negri, 2004, p.15); é um conceito de classe, de uma classe não operária, mas que constitui “a cooperação social para a produção” (idem, p.15); e também um conceito de potência, o mais importante para nós e que aproxima-se do pensamento agambeniano sobre a potência destituente, enquanto conjunto que supera a massa, capaz de desenvolvimento autônomo e independente e de romper com a ideia de uma “categoria passiva frente ao poder constituinte” (Negri, 2003, p.139). A multidão, é, portanto, “uma multiplicidade que age” (Negri, 2004, p. 18).

As multidões que tem ocupado prédios e praças públicas em todo o mundo e se articulam no net-ativismo desafiam o entendimento tradicional do político e provocam curtos-circuitos comunicativos. E grande parte do desafio devém justamente dessa relação entre singularidades que se conectam e agem, em parte, por aquilo que Butler (2017) chama de “cena do reconhecimento” motivada pela precariedade, mas não necessariamente por um sentido de unidade. Ao operarem dessa forma, os ocupantes tornam-se novos sujeitos do discurso e do político, mas sem rostos ou estratégias identificáveis, em um corpo-a-corpo coletivo, desierarquizado e reticular. Uma experiência de subjetivação coletiva singular, uma subjetivação transversal, individuação.

Um *eu* é essencialmente um *processo* e não um estado, e esse processo é uma *in-dividuação* (é o processo de individuação psíquica) enquanto *tendência* devir-um, isto é, *in-divisível*. (...) Um *nós* é igualmente um processo (é o processo de individuação colectiva), sendo que a individuação do *eu* está sempre inscrita na do *nós*, enquanto, ao invés, a individuação do *nós*, só se cumpre através das individuações, polémicas, dos *eus* que o compõem. (...) O que liga o eu e o nós na individuação é um meio pré-individual que tem condições positivas de efectividade, relevando do que designei por dispositivos retencionários. (Stiegler, 2018, 99, grifos do autor)

Recorremos aqui a Bernard Stiegler porque, com o conceito de “transindividuação”, o autor nos auxilia nessa busca por apreender os múltiplos processos de subjetivação no net-ativismo em sua transversalidade. Para Stiegler (2018), a transindividuação não repousa no “eu” individualizado, ou no “nós” interindividual e tem sua condição de encontro nos dispositivos retencionários, sustentados pelos meio técnicos. É um processo de co-individuação, em um meio pré-individual, em que o “eu”

e o “nós” são transformados uns pelos outros e, em que, mais uma vez, o *entre* assume importância. “O *e* da individuação psíquica e coletiva, onde se formam as condições de transindividuação, é a técnica” (Stiegler, 2018, 37, grifos do autor)⁵⁶.

Para o autor, o desenvolvimento das redes é um dos estágios que requer ser analisado enquanto individuação técnica. Na sua concepção, as redes constituem o estágio mais avançado do sistema técnico maquínico e tanto individuação psíquica quanto a individuação coletiva “são inscritas e submetidas à concretização da rede” (Stiegler, 2018, p. 121). Nessa dinâmica transdutiva, segundo seu pensamento, forma-se uma nova realidade tecno-geográfica-humana, que também levanta questões de uma outra ecologia libidinal (Stiegler, 2018) e que converge para as novas ecologias da conflitualidade que irrompem no net-ativismo.

Do ponto de vista de um acontecimento micropolítico, poderíamos pensar, portanto, que o princípio da individuação é aquele em que não há unidades (nem um “eu” *versus* “nós”), mas, sim, intensidades, agenciamentos que o corpo⁵⁷ faz e que são inseparáveis dos seus encontros e relações com o mundo. Processos e devires transsubjetivos que, em uma multidão como a formada pelos secundaristas brasileiros, não formam um todo, mas rizomas e imanências.

⁵⁶ Bernard Stiegler serve-se extensamente da obra de Gilbert Simondon para abordar as questões da individuação e transindividuação. Reconhecendo a origem do pensamento, adotamos a perspectiva de Stiegler nesse trabalho por ele considerar contemporaneamente não uma dupla, mas uma tripla individuação: psíquica, coletiva e técnica, algo que Simondon não articulou nos mesmos termos. “É preciso constituir um novo horizonte filosófico, onde a tecnicidade esteja no coração da transindividuação”, enfatizou Stiegler (2018, 37). O filósofo Giovanni Carrozini, especialista na obra de Simondon, afirmou em uma entrevista: “se você me pergunta se Simondon pode nos ajudar a detectar as armadilhas de nossa sociedade da informação atual, então eu respondo que não é a Simondon que é preciso endereçar-se, a menos que não se queira reinterpretá-lo – o que é inteiramente legítimo –, mas a Bernard Stiegler” (Carrozini, 2017).

⁵⁷ Sobre a multidão, Negri afirma que “não há discurso possível sobre a exploração - quer trate-se da produção de mercadorias ou, principalmente, da reprodução da vida - que não se refira diretamente aos corpos. Quanto ao conceito de capital, ele deve também ser considerado em termos realistas, através da análise dos sofrimentos que são impostos aos corpos: corpos minados pela usura, mutilados ou feridos, sempre reduzidos ao estado de matéria de produção. Matéria igual a mercadoria. (...) Uma vez reconhecida a ambivalência estrutural no seio do processo histórico de acumulação, há que se colocar o problema de sua resolução em termos da liberação dos corpos e de um projeto de luta para alcançar este objetivo” (Negri, 2004, p.21).

Capítulo IV.

OS PERFIS DO OCUPA ESCOLA: MULTIPLICIDADES DA COMUNICAÇÃO NET-ATIVISTA

IV.1 Rupturas no diálogo: crise representativa, autonomia e fronteiras da horizontalidade

Para Di Felice (2017), a terceira fase do net-ativismo é aquela em que o tipo de conflitualidade segue uma ecologia comunicativa que se associa à “rede distribuída” que vimos na classificação de Paul Baran, rede essa em que “as informações navegam em modo distribuído, horizontal, (...) onde cada nó tem igual proximidade das informações” (Di Felice, 2017, p. 92). Em nossas incursões pelos enunciados ativistas nos perfis de Facebook dos estudantes brasileiros, fica claro que os secundaristas assumiram e experimentaram justamente o tipo particular de conflitualidade que emerge dessas redes distribuídas.

A ocupação é um movimento em que nos sentimos parte da escola, é um espaço democrático em que todos têm voz, diferente do que costuma ser a própria escola. A ocupação nos garante um espaço sem opressão e que seja emancipador. Por isso, quando ocupamos, ocupamos com nossas pautas de reivindicações, mas também ocupamos para mudar a maneira vertical como se decidem as coisas. Ninguém nunca nos pergunta nada sobre a escola. Não somos importantes? Não temos direitos? A ocupação nos mostrou que temos. (Escolas do RJ em luta, 2016, publicação no Facebook)

A convocação no *post* de um espaço democrático onde todos têm voz alinha-se ao contexto reticular, autônomo e colaborativo que caracteriza a atual fase do net-ativismo. Seguindo Di Felice (2013, 2017), entre as características dessa fase estão justamente a valorização do anonimato, a recusa de uma identidade política, ideológica ou sintetizada em figuras de líderes; e a recusa da institucionalização, expressa seja na aversão aos partidos políticos de qualquer espectro, seja na rejeição a se tornar uma força política institucional.

Consertando a manipulação midiática: (...) Nós, estudantes do Padre Reus, em nenhum momento estivemos a mando da UBES. (...) A comum mania de "culpar" alguém. NÃO FOI O GREMIO ESTUDANTIL QUE ORGANIZOU E FEZ A OCUPAÇÃO, muito menos apenas o presidente dele. (Ocupa Padre Réus, 2016, publicação do Facebook, grifos dos autores)⁵⁸.

⁵⁸ *Post* em resposta a matéria “O que move as ocupações das escolas no Estado”, do jornal Zero Hora. A reportagem, que cita a Escola Padre Réus diversas vezes, afirma, por exemplo: “Orientação jurídica de entidades estudantis e articulação entre alunos de diferentes colégios: nada houve de improviso na tomada das escolas pelos alunos da rede estadual, que ganha força desde a semana passada. O movimento (...) era planejado desde o início de abril por grêmios estudantis, sob o fio condutor da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) e apoio do Cpers/Sindicato” (Farina, Scirea, 2016, s.p.).

Tal ecologia reticular que, do ponto de vista da concepção net-ativista pode ser articulada como sucessão de ações, por meio das trocas de atos conectivos, nos transfere mais uma vez para os devires multitudinários que se manifestam em agenciamentos desse tipo, para um corpo não unificado, mas um conjunto de singularidades que age, em que a autonomia imanente vai dando conta da vontade geral (Negri, 2003; Silva et al, 2016).

Sem aparelhamento partidário, o desafio de construir uma frente forte era preocupante, porém, o estudante secundarista mostrou sua força, seu empenho e vontade de vencer essa luta: construímos um ato que reuniu milhares de estudantes e simpatizantes da causa, levando as Entidades ao desespero ao ver a sua hierarquia em relação aos estudantes desaparecendo. (Escolas do RJ em Luta, 2016, publicação do Facebook)

Quando limpamos as salas (para desocupar a escola), foi triste vê-las *hierarquicamente organizadas* novamente. Lamentável. (Ocupa Padre Réus, 2016, publicação do Facebook, grifos nossos)



Figura 4. Três momentos na Escola Fernão Dias Paes. À esquerda: foto de uma assembleia dos estudantes, publicada no Facebook com a legenda “se sentindo com esperança”; no centro, uma das “aulas públicas”, ao ar livre; à direita, sala de aula da escola limpa e “reorganizada” para fim da ocupação. Fonte: Escola de luta Fernão Dias Paes, 2016, publicações no Facebook em abril, maio e outubro.

Nas *fanpages* do movimento secundarista analisadas, o tema da horizontalidade aparece em diversos *posts* e em entrevistas dos ocupas fornecidas à veículos dos media alternativos e tradicionais – e depois compartilhadas em seus próprios canais. São comuns publicações como “Lembrando que em todo estado a luta (dos secundaristas) tem se organizado de *forma horizontal e autônoma, sem representações estudantis*” (O mal educado, 2016, grifo nosso); “É nessa prática solidária que se vê a construção do *movimento autônomo e horizontal de verdade!*” (idem) e “O número de escolas só cresce, e as estudantes e os estudantes mostram que *a organização horizontal vai barrar as decisões de cima para baixo*” (ibidem, vide Anexo 4).

O conceito de horizontalidade⁵⁹ corresponde, para Milton Santos (1996) ao acontecer homólogo e complementar nas relações cotidianas, enquanto a verticalidade se

⁵⁹ Refletimos especificamente sobre a questão da horizontalidade, em articulação com conceitos da semiótica da cultura desenvolvidos por Yuri Lótman, em Ramos, C., Miranda, D. & Rosário, N., *Ocupações dos secundaristas do Rio Grande do Sul: tensões culturais e reconfigurações comunicativas*, 2016.

refere ao acontecer hierárquico. Para Santos (1996), uma constituição horizontal fortifica traços de união e compartilhamento entre a sociedade. Em um ambiente de horizontalidade, “a sobrevivência do conjunto, não importa que os diversos agentes tenham interesses diferentes, depende desse exercício da solidariedade, indispensável ao trabalho e que gera a visibilidade do interesse comum” (Santos, 2000, p.53). Nesse sentido, desincorporação de lideranças e desassociação às instituições é uma das linhas de força que aparece com mais intensidade em nossa busca cartográfica. Os estudantes deliberam por assembleias (fotografadas e anunciadas pelos perfis do Facebook), buscam praticar redes horizontais na internet e nos espaços ocupados e dão a perceber um esforço discursivo em reforçar o caráter autônomo e de auto-gestão do movimento. Incorporam, portanto, em seus enunciados no Facebook, mas também no próprio corpo – que divide tarefas igualmente, atua em Grupos de Trabalho sem hierarquizações, que não responde a líderes no cotidiano da ocupação - os códigos da concepção dos movimentos sociais em redes net-ativistas.

No entanto, ao adotarem essas novas formas imprevisíveis e plurais de articulação política e comunicacional, fenômenos desse tipo desafiam toda uma lógica de diálogo estabelecida a partir dos códigos da verticalidade e da representação. Um exemplo das tensões decorre de um vídeo que viralizou rapidamente entre os perfis secundaristas, canais midiáticos alternativos e, em seguida, pela dimensão de sua repercussão, também nos media tradicionais brasileiros. O vídeo mostra Ana Júlia Ribeiro, 16 anos, estudante secundarista da escola Senador Manuel Alencar Guimarães, em discurso na Assembléia Legislativa do estado do Paraná, em 26 de outubro de 2016. O vídeo disseminou tão rapidamente que, menos de 24h após sua publicação, Ana Júlia recebeu uma ligação do ex-presidente brasileiro Luis Inácio Lula da Silva para parabenizá-la e dizer que “se emocionava com as ocupações”. Conteúdos sobre Ana Júlia Ribeiro foram compartilhados por todas as *fanpages* que compõem nosso *corpus*. Em determinado momento da sua fala, a estudante enfatiza, por exemplo, que “nossa (dos secundaristas) única bandeira é a educação. Nós somos um movimento apartidário. Somos um movimento de estudantes pelos estudantes. Somos um movimento que se preocupa com o futuro” (Ribeiro, 2016).



Figura 5. Ana Júlia Ribeiro discursa na Assembleia Legislativa do Paraná. Fonte: Youtube/TV Assembleia, reprodução, 2016.

Entretanto, enquanto o vídeo viralizava entre os secundaristas, seja pelo *Facebook*, *Twitter*, *blogs* e outros canais, rapidamente houve um interesse disseminado dos media massivos brasileiros em conferir à Ana Julia um certo protagonismo, como se finalmente se tivessem encontrado um líder para associar a um fenômeno de difícil explicação. Um “símbolo das ocupações” (Pollo, 2016), como foi chamada pelo jornal Estadão, quarto maior jornal em circulação do Brasil⁶⁰. Em mais de uma entrevista para jornais e telejornais brasileiros, Ana Júlia precisou dizer que seu discurso foi preparado em conjunto com um grupo de estudantes, que o movimento era coletivo, que não era líder e não pertencia sequer a um grêmio estudantil, chegando a pedir, inclusive, para não tirar fotos sozinha – mas sim juntamente com os colegas de ocupação.

Há também uma outra forma de esvaziar a palavra de Ana Júlia, e esta parece inofensiva, “do bem”. É transformar Ana Júlia em “heroína” ou na “esperança de um país”. Nessa narrativa, Ana Júlia é isolada do grupo que sustenta seu discurso, seu corpo. Ela, que representava muitos, que era multidão, passa a ser conjugada no singular. Sozinha, Ana Júlia pode muito pouco. (...) Entre as tentativas de deslegitimar o movimento dos estudantes, a mais corriqueira é anunciar que os alunos são “manipulados” e “aparelhados” justamente por partidos de esquerda. Fizeram o mesmo com Ana Júlia tão logo seu discurso viralizou na internet. É triste assistir a ela e a outros estudantes terem de explicar de novo e de novo para jornalistas e mesmo para parlamentares que o movimento é “apartidário” – o que é diferente de “sem partido”. (Brum, 2016, s.p.)

Desses movimentos, visualizamos que, enquanto se desidentifica em relação à instituições, entidades estudantis, partidos políticos e formas convencionais de liderança, as manifestações das ocupações aproximam o movimento da ideia de multidão enquanto potência de expressão e cooperação (Negri, 2004). Ao negarem a verticalidade e lideranças, mesmo internas aos ocupas, o Ocupa Escola opta por uma estratégia multitudinária de resistência, que subverte a lógica vigente.

Evidentemente, nesse processo, seja nos discursos ou nos atos, gestos e atuações das ocupações, exerce-se uma espécie de subversão à inteligibilidade do sistema político

⁶⁰ Dados oficiais do IVC, Instituto Verificador de Circulação, 2017. Inclui tiragem média diária dos jornais impressos e assinaturas digitais. Disponível em: <https://www.ivcbrasil.org.br/#/home>, acessado em abril de 2018.

representacional – que consiste, ao fim, em ruptura com os modos de semiotização desse sistema, uma ruptura com os códigos naturalizados como viabilizadores do diálogo. Acontece que, do ponto de vista performativo, quando se trata de torcer os arranjos dispostos é necessário, justamente, estranhar o “inteligível”:

sua tarefa crucial (dos atos performativos) é, antes, a de situar as estratégias de repetição subversiva facultadas por essas construções, afirmar as possibilidades locais de intervenção pela participação precisamente nas práticas de repetição que constituem a identidade e, portanto, apresentar a possibilidade imanente de contestá-las (Butler, 2017, p. 212).

Ao contestarem o modo de se comunicar do governo, os secundaristas certamente se deparam com limites e obstáculos da experiência horizontal, justamente nessas fronteiras de intradutibilidade comunicativa que emergem do conflito entre uma instituição centralizadora como o estado e os fluxos múltiplos que se abrem com o sistema de horizontalidade. Em 2016, o então secretário de Educação de São Paulo, José Renato Nalini admitiu os desafios que a organização sem lideranças das ocupações impôs ao poder público: "Não é possível você dialogar quando, de um lado, há só um representante da autoridade e, de outro, todo mundo falando junto" (Terenzi, Saldaña & Nalini [entrevistado], 2016). E complementa: “Interessante seria que essa energia fosse canalizada para propostas factíveis”, diz o secretário, que lista as seções "fale conosco" dos sites do governo e a ouvidoria da pasta como canais para a comunicação com o poder público, além de garantir receber qualquer estudante que queira se reunir com ele em seu gabinete” (idem).

Ao sugerir canais tradicionais – como uma seção “fale conosco” em sites do governo – e reivindicar “propostas factíveis” de um fenômeno de tal ordem libidinal e transubjetiva como os movimentos de ocupações, o secretário de São Paulo ilustra aqui uma total incompreensão não só do caráter midiático-interativo-informativo que circunscreve o movimento, como as dinâmicas e potências que, hoje, devem das multidões. Além disso, em um movimento que enuncia-se constantemente – numa atuação performativa e subjetiva - sem líderes e sem unidade, talvez interesse pouca que o secretário receba um aluno em seu gabinete. Enquanto isso, as ocupações - com suas múltiplas vozes em ação, múltiplos rostos e reivindicações (factíveis e não factíveis) -, invertem as expectativas entre o lugar “factível” e útil dos corpos; rompem a alternativa numérica entre singular e plural.

Como afirmou Ana Júlia Ribeiro em entrevista também compartilhada pelas *fanpages* secundaristas, "O movimento é de todos. Se não estivermos todos juntos, não

conseguiremos nada" (Rossi & Ribeiro [entrevistada], 2016). É por essas vias que a Primavera secundarista se expressa enquanto multidão e “não multidões” porque, como sublinha Negri, nessa perspectiva, a multidão não enfatiza alguma unidade, e sim “a capacidade social e política *comum* da multidão” (Negri, 2004, p. 42, grifo nosso).

IV. 2 Identificações estratégicas nos perfis de Facebook

Este livro nasceu de um texto de Borges. Do riso que, com sua leitura, perturba todas as familiaridades do pensamento – do nosso: daquele que tem nossa idade e nossa geografia –, abalando todas as superfícies ordenadas e todos os planos que tornam sensata para nós a profusão dos seres, fazendo vacilar e inquietando, por muito tempo, nossa prática milenar do Mesmo e do Outro. Esse texto cita “uma certa enciclopédia chinesa” onde será escrito que os animais se dividem em: a) pertencentes ao imperador, b) embalsamados, c) domesticados, d) leitões, e) sereias, f) fabulosos, g) cães em liberdade, h) incluídos na presente classificação, i) que se agitam como loucos, j) inumeráveis, k) desenhados com um pincel muito fino de pêlo de camelo, l) et cetera, m) que acabam de quebrar a bilha, n) que de longe parecem moscas. (Foucault, 2000, no Prefácio de *As palavras e as coisas*)

Um dos aspectos que caracteriza a multidão, ao contrário de noções como povo, que é uno, é o seu caráter múltiplo, que assume as inúmeras diferenças internas que não serão jamais reduzidas a uma unidade ou identidade única. “Diferentes culturas, raças, etnias, gêneros e orientações sexuais; diferentes formas de trabalho; diferentes maneiras de viver; diferentes visões de mundo; e diferentes desejos. A multidão é uma multiplicidade de todas essas diferenças singulares” (Hardt & Negri, 2005, p.12). Nesse contexto, vimos nos perfis de Facebook das ocupações brasileiras a linguagem empregada como meio de produção – de modos de vida, e de si mesmos – que permite visualizar uma constelação de aproximações ou desassociações identitárias que não se mostravam como simples assimilações, ou como devires em direção a alguma espécie de unidade. Assim como a “enciclopédia chinesa” de Borges, o discurso dos estudantes deslocou, em muitos momentos, categorias binárias, ou mesmo unitárias, hegemonicamente concebidas (seja sobre jovens, sobre estudantes, sobre uma geração despolitizada e/ou “ativista de sofá”, entre outras).

E não nos basta que a educação seja pública e gratuita (...) Queremos que as escolas não só ensinem o necessário para o vestibular, mas que a escola forme pessoas que transformarão o mundo. Queremos que nossos professores tenham liberdade para nos ensinar política, gênero e sexualidade. (...) Queremos que a educação cumpra seu papel libertador e promova mudanças na estrutura de cada um de nós e da sociedade. Por isso ocupamos. Porque queremos mudanças. (Ocupa Padre Réus, 2016, publicação em perfil do Facebook)

Pensando a partir da performatividade de gênero, para Butler, uma das estratégias mais eficazes para deslocar normas e identidades pré-concebidas passaria justamente pela

“completa apropriação e deslocamento das próprias categorias de identidade” (Butler, 2017, p. 222). A autora defende tal estratégia não apenas para contestar a matriz heterossexual⁶¹ como norma identitária, mas como forma de articular a convergência de múltiplos discursos para o lugar da “identidade” e, assim, finalmente “problematizar permanentemente essa categoria, sob qualquer das suas formas” (idem). Enquanto acompanhamos a profusão de conteúdos que circulavam pelas *fanpages* secundaristas, fomos percebendo que, pela repetição sistemática de certas pautas, os ocupas aproximaram-se de diferentes identidades coletivas – estrategicamente escolhidas -, mas de modo que, numa contradição performativa, nos termos de Butler, capturavam linhas identitárias para justamente expressar-se enquanto grupo aberto à produção de diferença e às singularidades.

Diferentes formas de aulas. Debate de GÊNERO e SEXUALIDADE? TEVE SIM! POIS SOMOS A GERAÇÃO DA INCLUSÃO! Debate sobre FEMINISMO? TEVE SIM! POIS A ORGANIZAÇÃO DAS EXCELENTES ALUNAS É LINDO! MULHERES DE LUTA! Debate sobre RACISMO? TEVE SIM! POIS RACISTAS OPRESSORES NÃO PASSARÃO! (Ocupa Padre Réus, 2016, publicação em perfil do Facebook, grifo dos autores)

Uma profunda ligação com a pauta de abertura e respeito à diversidade e, mais que isso, de exigência de que esse pensamento passe a fazer parte do cotidiano escolar, se apresentou como uma das linhas de força mais presente nesse panorama das expressões identitárias do Ocupa Escola. O primeiro enunciado que chamou a atenção foi a grande quantidade de oficinas, rodas de conversa e *workshops* realizados nas escolas ocupadas com temáticas como feminismo, respeito à comunidade LGBT, racismos, violência contra mulher e outras pautas de grupos minoritários⁶² (vide Anexo 5, Exemplos de atividades com temáticas minoritárias divulgadas na *fanpage* Ocupa Padre Réus). Um

⁶¹ Judith Butler emprega o conceito de matriz heterossexual como “a grade de inteligibilidade cultural por meio da qual os corpos, gêneros e desejos são naturalizados” (Butler, 2017, p. 258). Essa matriz designa “o modelo discursivo/epistemológico hegemônico de inteligibilidade de gênero, o qual presume que para o corpo serem coerentes e fazerem sentido (masculino expressa macho, feminino expressa fêmea), é necessário haver um sexo estável, expresso por um gênero estável, que é definido oposicional e hierarquicamente por meio da prática compulsória da heterossexualidade (idem). Butler recorre às noções de “contrato heterossexual”, de Monique Wittig e de “heterossexualidade compulsória”, de Adrienne Rich, para formular esse pensamento.

⁶² “Nossa era torna-se a era das minorias. Vimos várias vezes que estas não se definiam necessariamente pelo pequeno número, mas pelo devir ou a flutuação, ou seja, pelo desvio que as separa desse ou daquela axioma que constitui uma maioria redundante (“Ulisses” ou o europeu médio de hoje, habitante das cidades, ou como diria Yann Moulier, “o trabalhador nacional, qualificado, macho e com mais de trinta e cinco anos. Uma minoria (...) pode comportar o maior número, constituir uma maioria absoluta, indefinida. O que define então uma minoria (...) são as relações interiores ao número. (...) A minoria se define como conjunto não numerável, qualquer que seja o número de seus elementos. O que caracteriza o inumerável não é nem o conjunto, nem os elementos, é antes, a *conexão*, o “e”, que se produz entre os elementos, entre os conjuntos, que não pertence a qualquer dos dois” (Deleuze & Guattari, 1997b, p. 148-149).

exemplo de associação à essas causas minoritárias, é o conteúdo do *post* do perfil *Não fechem minha escola*, que divulga o #Minas de Luta - Manual Escola sem machismo⁶³ (vide Anexo 6). O manual, que apresenta uma jovem negra gritando em megafone em primeiro plano, questiona: “O que a luta das mulheres tem a ver com a luta pela educação?” (Minas de luta, 2015, s.p). Além disso, enuncia o espaço de protagonismo das meninas secundaristas nesse movimento em frases como: “Nas ocupas mostramos que a escola que queremos respeita as mulheres”; “a divisão de tarefas deve ser sempre igual entre homens e mulheres; “faça uma atividade feminista na sua ocupação!” (idem)⁶⁴. Além do feminismo, em outros *posts*, há a preocupação em incluir comunidades não cisgêneros em suas causas (ver Anexo 7. Exemplos de *posts* em defesa da diversidade de gêneros), ou a própria forma de expressão dos secundaristas, que muitas vezes adota a eliminação dos artigos que indicam gênero sexual ligado ao feminino ou masculino (usando, por exemplo, “todEx”, tod@s”). E não são apenas as causas⁶⁵ associadas ao gênero que aparecem. Vemos no Anexo 8, um exemplo que reivindica a representatividade negra, por exemplo.

Nesse processo de produção de certas identificações, o discurso dos secundaristas adere ao que Preciado (2011) chama de “identificações estratégicas”. Para o autor, é característico das multidões o uso estratégico das identidades para explorar o potencial político justamente inscrito nos corpos anormais, os corpos minoritários, e, a partir dessas identificações, buscar escapar/transgredir das epistemologias sexopolíticas *straight* (Preciado, 2011, p. 18) e outras formas de manutenção de privilégios dominantes. Butler também desconstrói o entendimento de identidade a partir da possibilidade de se estabelecer coalizões entre “identidades alternativamente instituídas e abandonadas, segundo as propostas em curso; (...) múltiplas convergências e divergências, sem obediência a um *télos* normativo e definidor (Butler, 2017: 37)²⁰. Mais um exemplo é

⁶³ No Brasil, o termo “mina” é utilizado como gíria para referir-se a meninas, garotas, mulheres.

⁶⁴ Também é possível ler no Manual publicado na *fanpage*: “Esses dias de ocupação também nos fazem refletir sobre que tipo de escola queremos: Nossa luta é contra a reorganização, mas também exigimos uma educação melhor. Estamos dando uma aula de cidadania, igualdade de gênero, democracia e cultura todos os dias desde a primeira escola ocupada. Queremos uma educação livre de machismos! Por isso, nas ocupações há divisão de tarefas entre homens e mulheres e as meninas são respeitadas, ocupando a linha de frente da luta. (...) As Minas na Ocupa dão o recado: Vai ter mina de luta, mina de shortinho, mina enfrentando a polícia, mina na política. Só não vai ter assédio de professor, colega e ‘autoridades’” (Minas de Luta, 2015, s.p.).

⁶⁵ Cabe lembrar que o movimento Ocupa Escola é realizado e enunciado em seus perfis principalmente por estudantes do Ensino Médio, ainda jovens em idade e em experiência acadêmica – logo, nem todas as perspectivas sobre a diversidade e outras causas são abordadas, em sua complexidade teórica, filosófica, social.

esse trecho de uma publicação do *Não fechem minha escola*: “AS VIDAS NEGRAS E LGBT IMPORTAM! Por todas e todos os negros, homossexuais, lésbicas, travestis, transexuais, mulheres e jovens assassinados pela intolerância e pelo preconceito. A juventude quer viver” (Não fechem minha escola, 2016, publicado no Facebook). Trata-se, ao nosso ver, de uma produção performativa que, através de identidades mutáveis e transgressoras, engendra o discurso que dá lugar aos processos de subjetivação dos secundaristas. “Constituída por uma aleatoriedade mais do que por um *telos*, a aglomeração de rua cria uma identidade evanescente, fugidia, sem estratégia, sem destino” (Babo, 2017, p133.).

Por outro lado, ao mesmo tempo em que o Ocupa Escola flutua entre expressões identitárias difusas e múltiplas, seus enunciados também permitem perceber uma certa produção performativa de desidentificações também comuns à existência das multidões, como nos aponta Preciado (2011). Nesse aspecto, a temática do cuidado público nos pareceu evidenciar algumas estratégias enunciativas em busca de legitimação e de transformação de identificações negativas em possíveis lugares de potência, uma das formas estratégicas de resistência das multidões, segundo Preciado (2011)⁶⁶.

Ocupamos porque lutamos por uma educação pública e de qualidade, mesmo que muitos insistam em dizer que é porque somos vagabundos, massa de manobra, etc. Aliás, por que, até mesmo quando a juventude decide tomar a política em suas mãos, ainda insistem em nos taxar de fúteis e desocupados? (Escolas do RJ em luta, 2016, publicação em perfil do Facebook)

Em publicações como essas, vemos o esforço dos secundaristas em subverter a ideia de ocupação ligada à invasão, de manifestantes enquanto “desocupados”, “vagabundos”. Se as ocupações (de diferentes tipos) podem ser entendidas como dispositivo político que emerge de disputas simbólicas nos campos do espaço público, do imaginário e da linguagem (Bentes, 2016), a constante reafirmação de que “ocupa não é bagunça” exhibe uma luta simbólica no sentido da desterritorialização dos sentidos negativos associados ao movimento. Nessa produção discursiva, o movimento contradiz performativamente velhos conceitos ligados a manifestantes ou ao movimento estudantil, ou simplesmente ao fato de serem adolescentes compartilhando o ambiente da escola; e tentam, assim, juntamente com o apoio à múltiplas causas identitárias, ganhar apoio da comunidade em geral, e despojar suas vinculações identitárias a estigmas e representações equivocadas. Não se pode esquecer que, para Foucault, o discurso é um

⁶⁶ Preciado, a partir de Foucault e Butler, aborda especialmente os sentidos sobre as “multidões *queer*” (Preciado, 2011).

bem, “que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas ‘aplicações práticas’) a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política. (Foucault, 2008, p. 136-137). Nessa disputa por relações de poder, em Butler, o simples gesto de assumir a posição de sujeito no interior de um sistema no qual isso não é esperado, já realiza uma contradição performativa, “uma afirmação linguística de um eu que não pode “existir” no interior da linguagem que o afirma” (Butler, 2017, p.201).

Assim, ao visibilizar no Facebook debates como os das questões de gênero, do racismo, da cultura do estupro; propor e divulgar oficinas e discussões a respeito de temas identitários muito variados; viralizar através de suas *fanpages* vídeos e paródias com músicas populares no Brasil com esses temas, os secundaristas mostram uma luta que se expressa enquanto uma fórmula de multiplicidades. “Não existe natureza alguma, apenas efeitos de natureza: desnaturalização ou naturalização” afirmou Derrida (1991a) em *Donner le temps*. Assim, sem encontrar filiação a nenhuma identitária única, ao cartografarmos as linhas de força que ressaltam nos perfis dos secundaristas, vemos que eles não são um movimento estudantil, um movimento negro, não são um movimento feminista ou LGBTQ, não são uma entidade, um sindicato ou um movimento de trabalhadores operários: são fluxos que se atravessam e perpassam suas superfícies em todos esses territórios identitários, desterritorializando outros e sem unificar-se em qualquer um deles. Transubjetivam-se.

IV.3 O corpo e o espaço como agenciamentos da ação performativa

Mesmo com acesso relativamente disseminado à internet, aos *smartphones* e dispositivos móveis e à redes sociais digitais entre os jovens no Brasil⁶⁷, não bastou aos estudantes que suas reivindicações se restringissem ao virtual. Eles ocuparam suas escolas, em movimento de ressignificação desses espaços, pararam o trânsito em atos

⁶⁷ Em 2016, 68% da população brasileira era usuária de internet e 54% das residências possuíam acesso (em 2006, esse número era de 14% das moradias). No ano de 2016, as faixas etárias em que mais indivíduos se declararam usuários de internet no Brasil são, respectivamente, a de **16 a 24 anos** (93%) e a de **10 a 15 anos** (84%), justamente as que contemplam os estudantes secundaristas. Dados: Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios (2016; 2006). Além disso, a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constatou que, em 2015, do total de estudantes da rede pública (28,0 milhões de alunos), 68% (19,1 milhões) utilizavam internet. Dados: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2015).

públicos, resistiram à repressão policial com o próprio corpo. Fizeram corpo entre si. Do ponto de vista net-ativista, puseram em prática as novas formas de conflitualidade política que confundem espaços urbanos, identitários e concepções de esferas públicas. Nessa transdução de intensidades, a performatividade política incorporada nas ocupações não deixa de passar pelos corpos com demandas e pelo espaço ressignificado com a ocupação da escola.

As ocupações são verdadeiras aulas públicas de construção coletiva. Na ocupação temos que organizar nossa alimentação, segurança, comunicação e cuidar de toda nossa escola. (...) Organizamos oficinas com temáticas que geralmente não temos no nosso cotidiano escolar, mas que existiriam se a escola tivesse a nossa cara. (Escolas do RJ em luta, Facebook, 2016, publicação no Facebook).

Do ponto de vista da performatividade política para Butler (2015), quando mobilizações multitudinárias ocorrem para reivindicar o direito a existir e a transitar livremente pelas ruas, essas multidões corporizam princípios. Já é um gesto performativo porque, para a autora, em determinadas vezes, apenas andar pela rua “exercendo esse pequeno ato de liberdade, coloca um desafio a um certo regime, uma pequena alteração na performatividade que é imposta, por algo que se move no duplo sentido da palavra: como movimento do corpo e como um movimento político” (Butler, 2015, p.188, tradução livre).

Assim, quando, por exemplo, alunos de escolas viralizaram, de forma efêmera, anônima, sem liderança ou centralizações, o gesto de impedir o fluxo normal do trânsito nas principais cidades do Brasil e utilizam para isso as cadeiras das suas salas de aula e seus corpos, há, indubitavelmente, a materialidade do gesto, mas também toda uma nova ecologia de organização desses protestos que eclode, imprevisivelmente, nas e através das redes.



Figura 6. Manifestações dos estudantes secundaristas bloqueiam o trânsito. À esquerda, na imagem 1, foto de M. Bergamo registra protesto em uma das avenidas mais movimentadas de São Paulo. À direita, na imagem 2, foto de Marina Rossi exibe a repressão policial contra um dos estudantes. Fonte: Rossi, Betim, El País, 2015.

A performatividade aqui se expressa nas redes e as extravasa, e configura, assim, as novas ecologias singularizadas de conflito de que fala Di Felice (2013, 2017). Ao sentarem-se em cadeiras facilmente reconhecidas como pertencentes ao universo escolar, paralisando o trânsito, entoando gritos de ordem, os estudantes operam a insurgência pela via de uma contradição performativa (Butler, 2015, 2017) – o uso dos símbolos do sistema escolar fora do seu espaço padrão, justamente para reivindicar o direito ao ensino⁶⁸. Nesse ponto, recorreremos a Babo (2017) para refletir sobre a dimensão da “rua” quando ocupada por movimentos como esse:

A rua é o eixo aglutinador de todos os confrontos, de todos os fenómenos na cidade. (...) entendemos a rua como o palco dos conflitos, das irrupções colectivas, ideológicas, políticas na cidade. (...) É na rua que se exprime o conflito, o acto de pichagem, como acto performativo anti-estético, de contestação/ apropriação. (...) A apropriação da rua na cidade contemporânea é de tal forma incontornável que constitui um questionamento urbano ao modelo das democracias representativas de modo a provocar, senão a sua falência, por certo a sua crise. (Babo, 2018, p. 9-11)⁶⁹.

Tais atos na rua são articulados e divulgados sobretudo através das redes sociais, com convocações como, por exemplo, a do manual “*Como fazer uma manifestação na rua*” (ver Anexo 9), partilhado pelo perfil do Facebook Escolas do RJ em luta. O manual incentiva: “Leve as mesas e cadeiras de sua sala de aula/escola para o ato. Além de ajudar a bloquear a passagem dos carros, *elas são o símbolo da nossa luta!*” (Escolas do RJ em luta, 2016, publicação no Facebook, grifo nosso). Esses são gestos entendidos como performativos no sentido de que se produzem na superfície do corpo, expressam “*fabricações* manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos” (Butler, 2017, p. 235, grifo da autora). Desse modo, os estudantes reivindicam um direito público e legal (o direito ao ensino) precisamente de modo que

⁶⁸ Um exemplo de contradição performativa na reivindicação de direitos é abordado por Judith Butler e Gayatri Spivak em *Who sings the Nation-State? Language, politics, belonging*: a manifestação de imigrantes a cantar o hino estadunidense e idioma espanhol em 2006 – ano em que o ato foi proibido no Governo George W Bush. As autoras sugerem que: “este é precisamente o tipo de contradição performativa que leva não a um impasse, mas à forma de insurgência. Neste ponto não significa apenas situar a canção na rua, mas expor a rua como lugar de assembleia livre. (...). Isto é certamente política performativa, na qual realizar reivindicação para ser legalizado é precisamente o que é ilegal, e apesar disso é realizado precisamente em desafio da lei na qual o reconhecimento é demandado” (Butler; Spivak, 2007, p. 63, tradução livre).

⁶⁹ Além dessa dimensão da passagem de uma esfera pública da modernidade para à política contemporânea das ruas, convém sinalizar que, para Butler (2015, 2016), não só a política não ocorre apenas na dimensão de uma esfera pública enquanto algo distinto de uma esfera privada, pois é algo que “cruza essas linhas divisórias por sucessivas vezes (...) de um modo que contesta a distinção entre público e privado” (Butler, 2016, p.4), como, para ela, a ideia romana de praça pública que forma o pensamento de Hanna Arendt (1958) e da pólis como espaço de aparecimento não dá conta, hoje, de compreender a ação política como invariavelmente corporal até mesmo nas suas formas virtuais (Butler 2016; p.6). O aprofundamento da discussão sobre os sentidos de esfera pública, privada e de “rua” como espaço de ações plurais frente a esses conceitos é algo que nos interessa para trabalhos futuros.

evoca transgressão pelos usos em local inesperado dos símbolos do espaço escolar: política performativa visibilizada nas redes, territórios e nos corpos.



Figura 7. Posts convidam para manifestações nas ruas e nas redes. À esquerda, na imagem 1, Post publicado no perfil “*Não fechem minha escola*”, convida os secundaristas de todo o Brasil a “#Tomarasruas, #Ocuparasescolas”⁷⁰. À direita, na imagem 2, o mesmo perfil do *Facebook* convida⁷¹ para uma forma digitalizada e virtual de manifestação, um “*Twittaço*”⁷². Fonte: Não fechem minha escola, publicações no *Facebook*, 2016.

Além de atos desse tipo, identificamos outras constelações de *posts* no *Facebook* que expressam vínculos com as materialidades da força performativa dos corpos reunidos em protestos. Uma dessas linhas de força é a de uma certa assunção de responsabilidade por melhorias no espaço escolar, por legitimar a ocupação pela via da ressignificação dos espaços de ensino (vide Anexo 10). Vimos muitos *posts* sobre o exercício do cuidado público dos secundaristas em relação a suas escolas ocupadas. Registros do cuidado com o patrimônio público, com a realização de melhorias em salas de aula, áreas externas, ginásios, assim como convites à comunidade para se juntarem e participarem de mutirões pela transformação do espaço. Esse grupo de *posts*, ao nosso ver, constela as demais publicações em torno da legitimação e da transformação de identificações negativas – de estudantes em possíveis lugares de potência, como vimos na sessão IV.2. Além disso, conecta-se, ao nosso ver, com a recorrência a atividades culturais dos mais diversos tipos muito visibilizadas em suas redes sociais. Estudantes parodiaram artistas de Chico Buarque à maior estrela do *pop* e *funk* atualmente no Brasil, a cantora Anitta, com letras que criticavam o governo; viralizaram vídeos e imagens com performances realizadas nas

⁷⁰ Parte do texto que integra *post*: “SECUNDAS DO BRASIL: OCUPEM TUDO! (...) Vamos ocupar todas as escolas e ruas do Brasil por nossos direitos!” (Não fechem minha escola, 2016, publicação no *Facebook*).

⁷¹ Texto que acompanha o *post*: “*Twittaço* hoje! Ajudem a divulgar e utilizem a *hashtag* #EscolaSemCensura! Vote NÃO para esse projeto!” (Não fechem minha escola, 2016, publicação no *Facebook*).

⁷² Um *twittaço* é uma manifestação via rede social *Twitter*, em que os envolvidos concentram em um período determinado de tempo um grande número de publicações sobre um tema e mencionam a mesma *hashtag*. A estratégia passa por alavancar visibilidade – em ambiente digital - para as pautas em reivindicação.

ruas (como a exemplificada no Anexo 11); organizaram “Viradas Culturais” em suas escolas, com performances artísticas dos próprios alunos e inúmeros *shows* que artistas famosos realizaram para apoiar o movimento (vide Anexo 12); criaram salas para o ensino de música a partir de instrumentos doados, professores voluntários e antigos espaços abandonados em suas escolas; entre tantas outras ações articuladas entre redes e espaços físicos das ruas e escolas.

No Brasil, tal estratégia narrativa mostrou-se bem sucedida enquanto fórmula para chamar a atenção para os aspectos positivos das ocupações, despertar solidariedade de voluntários e atrair personalidades públicas brasileiras que passaram a participar de ações nas escolas, em sinal de apoio. Exemplos da adesão da sociedade são o sucesso da campanha “Doe uma aula”⁷³, organizada virtualmente pelos estudantes (vide Anexo 13); ou a viralização do videoclipe “*O Trono do Estudar*”, gravado por Chico Buarque e mais 17 artistas brasileiros em apoio aos secundaristas. Cada ação desse tipo representava muitas vezes viralização, maior número de gostos e partilhas nas redes sociais e mais atenção para o Ocupa Escola, assim como demonstração ao governo do apoio popular ao movimento. Um exemplo do alcance é o *post* da *fanpage Não fechem minha escola* que mostra Paola Carossela, *chef* de cozinha e jurada do programa televisivo *Masterchef Brasil*, com grande audiência no Brasil, a preparar a merenda, voluntariamente, em uma escola ocupada. O *post* recebeu quase 9 mil partilhas e mais de 7 mil gostos em menos de 24 horas (vide Anexo 14).

Outra linha de intensidades que se destaca nas publicações é a da resistência e da exposição do corpo à violência (vide Anexo 15). Como já foi dito, a performatividade pública incorporada em Butler, engloba a persistência e exposição dos corpos à possível violência (Butler, 2015). Ao encarnarem suas pautas, arriscarem-se, submeterem-se à repressão policial, os net-ativistas, em sua modulação entre redes e ruas, realmente “saem do sofá” e performam na superfície do corpo e no espaço de aparência que se dá nas manifestações gestos que perturbam a hegemonia das estruturas dominantes. Além disso, para Butler e Athanasiou (2013), o simples fato dos corpos estarem agenciados em públicos já articula atos performativos que visibilizam a precariedade que incide sobre

⁷³ O objetivo foi criar, de forma colaborativa, um banco de aulas, *workshops* e oficinas com voluntários dispostos a transmitir diferentes conhecimentos nas escolas ocupadas. Através do Facebook, os alunos organizaram a divulgação e compartilharam formulários *online* para inscrição de voluntários. O projeto alcançou grande repercussão e os mais diferentes tipos de aula foram “doadas”: de conteúdos específicos para o vestibular, a aulas sobre feminismo, minorias, história política, grupos de discussão literária, teatro, yoga, meditação, esportes, música, oficinas de fotografia com o telemóvel, entre muitas outras.

esses corpos. Para as autoras, quando multidões se reúnem, performam as suas demandas pelo fim das condições de precariedade e despossessão (*dispossession*). Para as autoras, a noção de *dispossession* requer ser compreendida além da dimensão de privação, mas em sentido de exposição à alteridade (idem), de sujeitos em situação de precariedade que reclamam a inclusão em uma norma de vida vivível, ao mesmo tempo em que subvertem a norma em que desejam ser incluídos (Butler e Athanasiou, 2013).

Ainda, é essencial salientar o aparecimento do corpo, de muitas formas, como o reduto da subjetividade e como um elemento importante nos *posts* analisados. Gil (1997), sob influência da antropologia de Mauss, concebe o corpo como espaço de inscrição de signos/códigos. Em Gil, "convirá dar um lugar de importância ao corpo, à sua aptidão para emitir signos, para os inscrever sobre si mesmo, para os traduzir uns nos outros" (Gil, 1997, p.32), condição que lhe garante o estatuto de significante flutuante (Gil, 1997) enquanto entidade que acolhe códigos que no próprio corpo se depositam. Tal aptidão semiótica conecta-se, ao nosso ver, aos dispositivos determinantes na constituição dos sujeitos e de suas subjetividades, já que não há subjetividades à margem das formas que a exprimem.

Movimentos *occupy* em todo mundo nos últimos anos, mesmo que irrompam e se expandam principalmente nas redes sociais digitais, permitem visualizar a ressignificação do protagonismo comunicativo, dos espaços, e também dos corpos. Corpos bandeiras, corpos cartazes, corpos manifestos, corpos obscenos, corpos artísticos, corpos violentos e corpos agredidos. Corpos nas ruas e exibidos em tempo real em *streamings* ativistas: corpos inscrição. Como exemplo de uma caso que posiciona o corpo no centro da discussão e que viralizou entre as redes sociais dos secundaristas, apresentamos no Anexo 15 um *post* referente ao episódio conhecido como "Vai ter shortinho, sim"⁷⁴, em que

⁷⁴ O movimento "Vai ter shortinho, sim" iniciou em um colégio particular de Porto Alegre, o Colégio Anchieta, quando foi proibido, em meio ao verão, o uso de shorts pelas meninas. No entanto, irrompeu durante as ocupações secundaristas – realizadas por estudantes do ensino público – e ganhou seu apoio. Um trecho do manifesto das estudantes do Anchieta diz: Nós, alunas do ensino fundamental e médio do Colégio Anchieta de Porto Alegre, fazemos uma exigência urgente à direção. Exigimos que a instituição deixe no passado o machismo, a objetificação e sexualização dos corpos das alunas; exigimos que deixe no passado a mentalidade de que cabe às mulheres a prevenção de assédios, abusos e estupros; exigimos que, ao invés de ditar o que as meninas podem vestir, ditem o respeito. (...) Regras de vestuário reforçam a ideia de que meninas tem que "se cobrir" porque garotos serão garotos; reforçam a ideia de que assediar é da natureza do homem e que é responsabilidade das mulheres evitar esse tipo de humilhação (...). Ao invés de humilhar meninas por usar shorts em climas quentes, ensine estudantes e professores homens a não sexualizar partes normais do corpo feminino. Nós somos adolescentes de 13-17 anos de idade. Se você está sexualizando o nosso corpo, você é o problema (Vai ter shortinho, sim, 2016).

meninas de uma escola particular iniciaram um movimento exigindo o fim do machismo que proibia as jovens de usar shorts (bermudas, calções) no verão, e logo ganharam a adesão das secundaristas das escolas públicas. Mesmo com a diferença de origens, entre ensino privado e público, os atos performativos a favor dos direitos das meninas (por exemplo, simples passeatas em que todas utilizam bermudas e carregam cartazes) se deram pelo que Butler chama de cena do reconhecimento, aquilo que permite que corpos que demandam o direito de aparecer e existir se unam. Quando corpos se reúnem e constituem uma nova forma de tempo e espaço pela vontade popular, não significa uma identidade unitária. Em Butler, se trata antes de uma ação caracterizada pela aliança de corpos distintos, cuja ação reconhece e exige um futuro distinto.

IV.4. Ocupação midiática: o controle da narrativa

Ao acompanharmos o movimento dos secundaristas brasileiros e observarmos, suas publicações em redes sociais, foi possível perceber, além de toda interferência que se dá entre a dinâmica *online* e as ocupações *off-line*, uma espécie de “ocupação midiática” que é operada no ambiente virtual pelos estudantes. Primeiro, já como consumidores: percebe-se que os media convencionais e de massa não são aqueles mais referenciados ou compartilhados como referência para os participantes do movimento. Por outro lado, as ocupações propiciaram a transformação de diversos alunos em atores políticos e também produtores de conteúdo nas redes sociais e em canais alternativos. As inúmeras páginas de Facebook criadas por cada escola ocupada configuram, juntas, um emaranhado de grande multiplicidade narrativa: informações a respeito de atividades semanais, decisões tomadas em Assembleias, fotos, vídeos, manifestações de apoio a outras ocupações no país, apoio à situação dos professores grevistas ou pedidos de doações para os colégios ocupados, são pequenos exemplos, além de tantos já exibidos no percurso desse trabalho.

Ao rastreamos as páginas de Facebook criadas pelas escolas que aderiram ao #OcupaEscola, assim como, ao depararmos com depoimentos de alunos em uma miríade de blogs e canais alternativos aos tradicionais, ficou clara uma aproximação das ocupações com uma nova forma de comunicação, menos monopolizadora e controladora da produção de mundos. Exercem, assim, o controle de sua narrativa, inseridos no contexto das novas escológicas conectivas do net-ativismo, marcadas pelas diferentes formas de conexão e circuitos que reúnem objetos, sensores, dispositivos, dados,

territorialidades e humanos e, para Di Felice (2013, 2017) são responsáveis por novos tipos de habitar⁷⁵ interativos.

É possível encontrar nos enunciados das *fanpages* formas muito distintas de comunicar, sem homogeneidade e mais próximas de uma distribuição da inteligência dos secundas, de uma experiência de subjetivação coletiva singular, em que os estudantes, que antes eram audiência, tornam-se pós-telespectadores e interagem, comentam, informam, analisam e dialogam – atualizando as formas de colaboração e a disputa comunicativa. Uma das características da “mídia-multidão”⁷⁶ (Bentes, 2015) é, justamente, a possibilidade de incluir uma multiplicidade de sujeitos na produção de um pós-jornalismo; de fazer repercutir informações trazidas pelas redes, cruzadas com o que vem dos movimentos das ruas (Bentes, 2015).

Mesmo que as ocupações tenham aparecido na grande mídia, os secundas mostraram-se capazes de criar seus próprios dispositivos e produção de informação e compartilhamento. Experienciaram pelas vias do net-ativismo subjetivações coletivas, em que demandam pelo direito a ter voz (com exemplo no Anexo 17) e puderam, pela comunicação, narrar o movimento e garantir uma disputa simbólica mais equilibrada em relação as versões da mídia hegemônica. Ao mesmo tempo, caracterizam-se por outra das características com as quais Bentes (2015) descreve a mídia-multidão: a da produção de comunicação por afetação e das próprias irregularidades e desafios que se apresentam para produzir narrativas plurais, uma vez que até certo ponto, o ativismo não admite essa alternância de perspectivas quando fica prisioneiro de um discurso de verdade. Falamos, portanto, uma experiência complexa, que não se restringe aos usos das técnicas comunicacionais contemporâneas, mas, sim, se constitui nessa rede de relações da ordem de arquiteturas comunicativas que transformam as próprias formas de ativismo, participação, estratégias de resistência, conflito e performatividade pública.

⁷⁵ Com o auxílio de Babo (2018), refletimos sobre o conceito heideggeriano de “habitar”: “Habitar é algo de uma natureza muito própria, que se encontra num outro patamar que nos interessa particularmente. É uma forma de estar. Segundo este filósofo [Heidegger], construímos para habitar, mas também construímos porque habitamos, isto é, porque somos habitantes. (...) Estar por entre as coisas, viver essa relação com o espaço; apropriar-se experiencialmente do espaço. Se o habitar é, normalmente, restringido à casa, à habitação, na formulação heideggeriana do *chez-soi*, ele ultrapassa e como que alastra ao espaço envolvente, concretizando-se em lugares; em sítios que são já configurações próprias do espaço, possuídos de vivência. Nesta medida, habitar um sítio, por exemplo, será exactamente conferir a determinado espaço uma apropriação e uma vivência própria, tornando-o um lugar” (Babo, 2018, p4).

⁷⁶ Abordamos também essa temática dos aspectos de “mídia-multidão” das ocupações, a partir especificamente do caso de uma escola ocupada, nomeadamente a Escola Estadual Padre Réus, em Porto Alegre (capital do Rio Grande do Sul, Brasil). (Miranda *et al*, 2016).

Nossos smartphones, objetos e superfícies conectadas, através da web, às redes expressam um novo tipo de materialidade estendida e ilimitada. Deste ponto de vista, podemos considerar a digitalização como um processo qualitativo que abre uma nova fase, não só no processo comunicativo, mas também no seu estado ecológico, capaz de conectar e fazer interagir territorialidades. (Di Felice, 2018, p. 39)

Stiegler (2009, 2018) também acredita, apesar da sua visão sobre o agravamento da miséria simbólica que vivemos em uma era hiperindustrial, em possibilidades dos fluxos digitais trazerem outras configurações para o espaço público. Para o autor, contra uma farmacologia do espírito, é necessário o desenvolvimento das tecnologias do espírito (idem). Nesse esforço, a internet, como tecnologia hipomnésica pode, dependendo dos seus usos, promover processos de transindividuação biopolítica, uma transindividuação que se estabelece em circuitos rede-ruas.

Exemplos dessas novas formas de conflitualidade são, por exemplo, a forma a cultura da transmissão ao vivo, da filmagem pelos smartphones, da atualização imediata nas redes sociais altera a própria experiência de manifestar. No exemplo do Anexo 18, os estudantes secundaristas partilham um vídeo com a legenda “Grave tudo! FILME TUDO DIANTE DE QUALQUER AMEAÇA DA POLÍCIA OU DA DIREÇÃO DAS ESCOLAS!” (Não fechem minha escola, 2016, publicado no Facebook, grifo dos autores). No vídeo, os jovens estudantes estão na escola e oferecem dicas, em tom informal, sobre como gravar as tentativas de intimidação ou repressão policial. A primeira fala do vídeo é dita por uma aluna: “Bom dia... como a mídia não nos mostra, nós seremos a mídia”. E o vídeo segue, com mensagens como “A nossa comunicação é uma arma muito importante para divulgar e fortalecer o movimento”. Fornecem dicas práticas como ter sempre o celular com bons níveis de bateria, deixar tudo previamente preparado para gravação, e, em situações de conflito, agir acompanhados e gravar com dois telemóveis diferentes – garantindo registros, caso a polícia confisque algum deles. Como é possível visualizar no anexo citado, esse *post* recebeu 84 mil visualizações do vídeo; 1,6 mil gostos e 1,5 mil partilhas. O Anexo 19 é mais um exemplo de publicação que divulga capacitações para os secundaristas nesse intuito de tornar os protagonistas do movimento capazes de produzir suas versões, de pautar os media corporativos e, inclusive, de obter imagens que servem como forma de enfrentamento, ou pelo menos tentativa de maior segurança, frente à violência policial. Seja através de emissões ao vivo, de *posts* no Facebook, *tweets*, uso estratégico de *hashtags*, ou até mesmo pela enorme profusão de memes que os estudantes viralizaram no país, como é possível ver no Anexo 20, trata-se simultaneamente de modos de disputa e partilha do sensível que se dá pela comunicação net-ativista.

I.V.5 Linha de força transversal: a potência de não comunicada pelas ocupações

Para Guattari e Rolnik, “a questão da micropolítica é a de como reproduzimos (ou não), os modos de subjetivação dominantes” (Guattari & Rolnik, 1986, p. 133). Tendo isso em mente, ao buscar pelos agenciamentos coletivos de desejos, pelas linhas de força micropolíticas que pudessem ser apreendidas em nossos percursos entre as páginas de Facebook dos secundaristas, percebemos nessa paisagem enunciativa do movimento, um relevo discursivo que não é diretamente expresso, “verbalmente” da ordem do visível, mas que parece se efetuar com intensidades que chamam a atenção nessa cartografia, deslocando, transvalorando códigos e expectativas.

Movimento libidinal, as ocupações ficaram marcadas pelas pautas difusas e recusa a formas de institucionalização. Enxergamos, inclusive, a constelação de publicações nos perfis de Facebook que assemelham-se por partilhar “listas de reivindicações” (vide Anexo 21) como, muito possivelmente, uma resposta às críticas pela falta de demandas completas, num movimento de reterritorialização, de canalização dos fluxos do desejo.

Acontece que, ao acompanhar os secundaristas, percebemos também que ocupar é, em primeiro lugar, dizer não. Ou, assim como sugere Agamben, que a potência só é possível, só é absoluta, se for potência “de” e “de não” (Agamben, 2007), “se a tabuinha de escrever puder não ser escrita” (Agamben, 2007, p. 19). Agamben recorre ao personagem Bartleby, do conto *Bartleby, o escrivão: uma história de Wall Street* (Melville, s.d) para abordar os sentidos dessa potência de não (ser) e abordar a sua dimensão inoperosa⁷⁷ como dimensão que ultrapassa a passividade. A potência de não (e a destituente) que pode aparecer em movimentos de ocupação de espaços públicos não é da ordem negativa, mas interruptiva. “Em ambos os casos (inoperosidade e potência destituente) está em jogo a capacidade de desativar e tornar (o sistema) inoperante, sem simplesmente destruí-lo, mas liberando a sua potencialidade para um uso diverso” (Agamben, 2014, p. 272).

⁷⁷ Para Agamben, “só ocorre forma-de-vida onde ocorre contemplação de uma potência. (...) Na contemplação, a obra é desativada e tornada inoperosa e, dessa maneira, é restituída à possibilidade, aberta a um novo uso possível. (...) Um ser vivo nunca pode ser definido por sua obra, apenas por sua inoperosidade, ou seja, pelo modo em que, mantendo-se em sua obra, em relação com uma pura potência se constitui como forma-de-vida, na qual *zoè* e bios, vida e forma, privado e público, entram num limiar de indiferença, e o que está em questão já não é a vida nem a obra, mas a felicidade (Agamben, 2017, p.277). Os termos “inoperoso” e “inoperosidade” são mantidos aqui como aparecem na edição brasileira de Giorgio Agamben, *O uso dos corpos [Homo Sacer, IV, 2]*, 2014.

Bartleby é um escrivão em um escritório de Wall Street que, sem razão aparente, passa a responder a qualquer solicitação de seu superior com a fórmula linguística: “*I would prefer not to*” (Melville, s.d.). “Não é que ele não queira copiar ou que queira não deixar o escritório – somente preferiria não fazê-lo” (Agamben, 2007, p. 26). Para o autor, as variações da fórmula sempre respondida “Preferiria não” e “Prefiro não” não afirmam, nem negam, e, ao não o fazerem, mantém o personagem em absoluta potência, em uma ausência do trânsito da potência ao ato (Agamben, 1993b). Importa em Agamben perceber que Bartleby, ao poder não escrever, pode não, pode a inoperosidade.

Pelbart (2016) sinaliza a existência de um tendência a buscar medir movimentos como o dos secundaristas por uma “régua da contabilidade”: “Quanto lucrarmos?”, “No que deu?”, “Quais forças favoreceu?”, “No final, quem venceu”? (Pelbart, 2016, s.p). Ao nosso ver, mesmo sem responder a todas essas perguntas, o #OcupaEscola, de certo modo, exerceu sua capacidade inoperosa, de não necessidade de trânsito ao ato – ainda que sob muitos aspectos tenha sido simultaneamente destituente e constituinte. Em uma outra constelação possível de perceber no Facebook – as publicações de notas ou cartas “sobre a desocupação” – (vide Anexo 22), vê-se um reconhecimento de conquistas ligadas a algumas pautas “concretas”, mas principalmente aos fluxos desejanter de espaços para novas subjetividades políticas e coletivas. A lógica da inoperosidade aparece, assim, enquanto alternativa ao paradigma produtivista – com o qual parte relevante dos movimentos da terceira fase do net-ativismo parece desejar romper. Ao deslocar a questão da ação (e da necessidade de trânsito da potência a ela) aos “usos”, o que Agamben propõe é pensar “não um sujeito que usa um objeto, mas um sujeito que se constitui apenas através do uso, o ser em relação com o outro”. A partir disso, pensamos nos processos subjetivos que podem devir de movimentos como esse e na potência de transindividuação, de produção de singularidades que carregam.

É possível desenvolver modos de subjetivação singulares, aquilo que poderíamos chamar de ‘processos de singularização’: uma maneira de recusar todos esses modos de encodificação preestabelecidos, todos estes modos de manipulação e de telecomando, recusá-los para construir modos de sensibilidade, modos de relação com o outro, modos de produção, modos de criatividade que produzam uma subjetividade singular” (Guattari, Rolnik, 2011, p. 22).

Nesse sentido é que acreditamos que as críticas que apontam para falta de “atos”, projetos ou finalidades das ocupações secundaristas brasileiras deixam escapar a validade do movimento enquanto experiência da pura potência – e tal experiência enquanto possibilidade de linhas de fuga e de novos modos de subjetivação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos às considerações finais desse trabalho exatamente cinquenta anos depois do Maio de 68. Em *Mai 68 n'a pas eu lieu*, Deleuze e Guattari (1984) situam o movimento enquanto um acontecimento irreduzível a determinismos, deslocado: “é uma bifurcação, um desvio em relação às leis, um estado instável que abre um novo campo de possíveis” (idem, p.23)⁷⁸. Nesse texto, os autores convocam estados físicos para pensar o Maio de 68, estados em que pequenas diferenças se propagam em vez de se anularem mutuamente, e nos quais fenômenos consideravelmente independentes entram em ressonância, em conjunto. Após acompanharmos pelos perfis de Facebook a produção comunicativa das Ocupações Secundaristas, vemos como essa condição de acontecimento, de ponto de ruptura liberado de uma única causalidade, de uma “sucessão de instabilidades e de flutuações amplificadas” (ibidem) reverbera naquilo que foi visibilizado pelos estudantes do Brasil.

Recuperamos, sim, diversos disparadores que estavam na origem do movimento, assim como evidenciamos que a condições de aparecimento de uma Primavera Secundarista inscrevem-se em uma contingência histórica ampla, de recorrência de fenômenos semelhantes em todo mundo, profunda crise representativa no Brasil e crises entre os processos de produção de subjetividade em que vivem os jovens hoje e a falta de adequação do dispositivo escolar. Mas, como vimos, não há um fator único de motivação, e sim um atravessamento desses fatores, algo que irrompe e se dá no *entre*. E, nesse atravessamento, lá está um acontecimento que é de uma *dimensão subjetiva coletiva, ao mesmo tempo que uma experiência singular*. Um acontecimento operado pela via de práticas micropolíticas e no qual a dimensão comunicativa não se dá apenas como ferramenta, suporte. Mostrou-se, antes, como a própria ecologia do seu funcionamento através das profundas transformações que as novas formas comunicativas do habitar, reticulares e conectivas (Di Felice, 2017a, 2017b), estabelecem.

Ao buscar compreender as práticas comunicativas do movimento, defendemos nesse trabalho que, nas ocupações secundaristas, houve uma produção de corpos e subjetividades políticas que efetivamente demandam, atuam, reivindicam o público e o seu campo de aparência e visibilidade na *oscilação entre o espaço tangível e fisicamente*

⁷⁸ Os trechos em português referem-se à publicação *Maio de 68 não ocorreu*, tradução de Mariana de Toledo Barbosa, publicada em 2015. Ver: Deleuze, Guattari, 2015.

público e as redes digitais. Mais uma vez, tudo está no *entre*. Nessa oscilação, a lógica conectiva das redes e tecnologias digitais que caracterizam o net-ativismo *se expressou de modo performativo*, enquanto ação conjunta de corpos que sofrem diretamente essas demandas. Como nos diz Derrida, o performativo *é carregado de presença* (Derrida, 1991b). A produção performativa não é, portanto, “limitada essencialmente a transportar um conteúdo semântico já constituído e vigiado por um aspecto da verdade” (Derrida, 1991b, p. 27). A ação performativa dos secundaristas não transportou sentidos, mas os instituiu, fez corpo e encontrou visibilidade, modos de conduta e sustentação nas redes sociais digitais.

Apesar de tese exigir uma escrita linear que facilite a compreensão do objeto para o leitor, foi somente através da análise, da compreensão ao longo do processo e de inúmeros tensionamentos decorrentes do trabalho de pesquisa que conseguimos posicionar as Ocupações Secundaristas enquanto *acontecimento micropolítico* que, *pela via do net-ativismo*, compõem um *agenciamento entre redes-ruas-corpos* cujas linhas de força predominantes são suas *dimensões comunicativas, performativas e subjetivas*.

Nesse processo, foi preciso destacar os contornos, as intensidades comunicativas que engendram nosso objeto. Sublinhamos justamente o caráter de agenciamento que permite compreender o objeto nesse hibridismo entre redes digitais e ruas, entre estética e política, como emaranhado de linhas de força múltiplas e moventes; as características do net-ativismo, as quais vimos se refletirem no modo de agir dos estudantes secundaristas e nos enunciados dos próprios sobre o movimento e, por fim, os aspectos subjetivos inerentes ao movimento e cujos modos de subjetivação passam pelos fluxos da comunicação. Movimentos como o Ocupa Escola em sua condição não representável, efêmera, sem hierarquias, incorporaram os códigos do próprio agir net-ativista, como a horizontalidade, os modos de agir em rede e pelo ato conectivo, a interação colaborativa. Mas, principalmente, *incorporam a nova cultura ecossistêmica* de que fala Di Felice acerca do net-ativismo, uma cultura que exprime modos particulares de interação não centrados no sujeito, ou na técnica, mas *em uma dimensão relacional entre sujeitos, dispositivos, fluxos informativos, territorialidades*. É desse modo que, refletindo ainda sob a abordagem de Di Felice, a relevância comunicacional no nosso objeto se expressa pela componente das novas tecnologias (na sua relação com a velocidade, proliferação de novos modos de comunicar e conectividade possibilitada por meios como a banda larga, *wifi* e dispositivos móveis e pelas redes sociais digitais) e da cultura contemporânea (nas

dinâmicas geradas por esse cenário comunicativo que culmina em transformações radicais na ecologia dos manifestos e das novas formas de conflitualidade). Além disso, cremos, tais mutações ecossistêmicas, mudanças não de superfície, *mas de natureza* trazidas pela tendência de digitalização universal da tecnociência contemporânea, colocam desafios ético-estéticos que merecem a reflexão no campo da comunicação.

Reconhecemos que, nessa tese, muitos outros caminhos teórico-metodológicos poderiam ter sido explorados. Reflexões e referências que, dada nossa limitação de páginas, não foram detalhadas, mas poderão gerar novas conexões em outros trabalhos. Assim, conscientes disso, fomos em busca das relações, das constelações que cintilaram com maior visibilidade nos perfis de Facebook dos secundaristas, o objeto empírico. São linhas de força que se conectam e constelam entre si. Entre tantos agenciamentos possíveis, destacamos *os limites e fronteiras entre os códigos do net-ativismo e do diálogo representativo político* como um dos problemas diretamente da ordem da comunicação. Vimos que ao agir enquanto emergência de fluxos desierarquizados de desejo, movimentos multitudinários como esse precisam ser entendidos a partir das singularidades que os compõem, singularidades que cooperam de modo incomensurável e, por isso mesmo, fora dos códigos estabelecidos. O caráter multitudinário também se expressou nos enunciados em direção a identificações e desidentificações que, justamente, *desnaturalizam uma universalidade identitária*. São *movimentos transubjetivos*, de vislumbramento de novos modos de vida, que, no *exercício do poder performativo*, subvertendo comportamentos previstos nas ruas, escolas e paisagem comunicativa, efetuam a força de uma ruptura. Ruptura essa que, como vimos, é também *potência de não*. Modos de subjetivação singulares, transindividuação: ainda que as ocupações não cheguem em muitos casos a “atuar” (o trânsito ao ato), no sentido político produtivista (dos “resultados”), abrem possibilidades de novos “usos” – do corpo, do espaço, das redes informativas – e novas formas-de-vida. Nesse sentido, assemelham-se ao que dizem Deleuze e Guattari sobre o Maio de 68: “o que conta é que foi um fenômeno de vidência, como se uma sociedade visse, de repente, o que ela tinha de intolerável, e visse também a possibilidade de outra coisa. É um fenômeno coletivo na forma de: ‘Um pouco de possível, senão eu sufoco’⁷⁹. O possível não preexiste, é criado pelo acontecimento. É uma questão de vida” (1984, p.23).

⁷⁹ No original, “*Du possible, sinon j’étouffe*”.

REFERÊNCIAS

- Agamben, G. (1993). *A comunidade que vem*. Lisboa: Presença.
- Agamben, G. (2007). Bartleby ou da contingência. In Agamben, G. (2007). *Bartleby: escrita da potência*. (pp. 7-49). Lisboa: Editora Assírio & Alvim.
- Agamben, G. (2012). *Altíssima pobreza: regras monásticas e forma de vida*. São Paulo: Boitempo.
- Agamben, G. (2014). What is a destituent power. *Society and Space*. 32 (1). Obtido de: <https://us.sagepub.com/en-us/nam/pion-journals-published%20>
- Agamben, G. (2017a). O uso dos corpos. [Homo sacer, IV, 2]. São Paulo: Boitempo.
- Agamben, G. (2017b). Por uma teoria do poder constituinte. In Agamben, G. *O uso dos corpos*. [Homo sacer, IV, 2]. São Paulo: Boitempo. (pp. 295-310).
- Alim, S. (2012a). A palavra do ano é “Occupy”. *Revista Fórum*. Texto originalmente publicado no The New York Times. Obtido de: <http://www.revistaforum.com.br/2012/01/01/a-palavra-do-ano-e-occupy/>
- Alim, S. (2012b). What if we occupied language? *The New York Times*. Obtido de: http://opinionator.blogs.nytimes.com/2011/12/21/what-if-we-occupied-language/?_r=0.
- Alves, G. (2016). O golpe de 2016 no contexto da crise do capitalismo neoliberal. [Blog da Boitempo]. Obtido de: blogdaboitempo.com.br/2016/06/08/o-golpe-de-2016-no-contexto-da- crise-do-capitalismo-neoliberal/
- American Dialect Society (2012), “Occupy” is the 2011 Word of the Year. Obtido de: <https://www.americandialect.org/occupy-is-the-2011-word-of-the-year>
- Anonymous. Obtido de: <https://anonofficial.com>
- Arendt, H. (1958). *The human condition*. Chicago: University of Chicago Press.
- Arendt, H. (2017). *Desobediência civil*. Lisboa: Relógio D’Água Editores.
- Austin, J. (1962). *How do Things With Words*. Oxford: Great Britain.
- Babo, I., Bragança de Miranda, J., Damásio, M. J. & Di Felice, Massimo. (orgs.) (2017). *Netativismo*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Babo, M. A. (2017). Netativismo: entre a rede e a rua. In: Babo, I., Bragança de Miranda, J., Damásio, M. J. & Di Felice, Massimo. (orgs.) *Netativismo*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Babo, M. A. (2018). Práticas de vida contemporânea na cidade. Texto apresentado no Seminário “Qualidade de Vida e de Governança Urbana em Lisboa”.

- Baran, P. (1964). On distributed communications: introduction to distributed communications networks, *The Rand Corporation*, Obtido de: https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_memoranda/2006/RM3420.pdf
- Barbosa, S. (2017). Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. *Participedia*. Obtido de: <https://participedia.net/en/cases/jornadas-de-junho-de-2013-no-brasil-june-days-protest-2013-brasil>
- Basbaum, R & Penna, J. C. (2016). Diagrama (manifestações) versão no. 2. Dossier. Grey Room 65, Fall 2016. Obtido de: <https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2017/03/diagrama-manifestacca7occ83es-versacc83o-no-2-2016.pdf>
- Beauvoir, S. (1973). *The second sex*. Nova York: Vintage.
- Benjamim, W. *Passagens*. (2006). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Benjamim, W. (2011). Prólogo crítico-epistemológico. In: Benjamim, W. *Origem do Drama Trágico Alemão*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Bentes, I. (2015). *Mídia-Multidão: Estéticas da comunicação e biopolíticas*. Rio de Janeiro: Mauad X.
- Bentes, I. (2016). Ocupa Tudo! Extinção, ressurreição e insurreição da Cultura. *Rede Brasil Atual*. Obtido de: <http://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/2016/10/ocupa-tudo-extincao-ressurreicao-e-insurreicao-da-cultura-9780.html>
- Bergson, H. (1990). *Matéria e memória*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Bergson, H. (2006). *O pensamento e o movente: Ensaio e conferências*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bragança de Miranda, J. (2010). Ativismo em rede, globalização e transdução. In C. Álvares & M. J. Damásio (orgs.). *Teorias e Práticas dos Media: Situando o Local no Global* (pp. 251-266). Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Bragança de Miranda, J. (2017). A constelação como método do contemporâneo. In: Babo, I., Bragança de Miranda, J., Damásio, M. J. & Di Felice, Massimo. (orgs.) *Netativismo*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*, Brasília, Brasil: Senado Federal.
- Brasil. (2015). *Projeto de Lei 867/2015*. Câmara do Deputados. Obtido de: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>
- Brasil. (2016a). Lei nº 13.345. Senado Federal. Obtido de: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>
- Brasil. (2016b). *Medida Provisória nº. 746*. Presidência da República. Obtido de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm

- Brasil. (2016c), *Proposta de Emenda à Constituição nº 55*. Senado Federal. Obtido de: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>
- Brasil. (2017). *Lei Nº 13.415. Conversão da Medida Provisória nº 746*. . Presidência da República. Obtido de: www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015_2018/2017/lei/13415.htm
- Brum, E. (2016). Ana Júlia e a palavra encarnada. *El País Brasil*. Obtido de: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/31/opinion/1477922328_080168.html
- Buckingham, D. (ed.). (2007). *Youth, identity and the digital media*, Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Butler, J. (2017). *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. 13ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- Butler, J. (1993). *Bodies that matter, on the discursive limits of "sex"*. New York: Roudedge.
- Butler, J. (1997). *Excitable speech. A politics of performative*. New York: Roudedge.
- Butler, J. (2004a). *Precarious life: The powers of mourning and violence*. London/Nova York: Verso.
- Butler, J. (2004b), *Undoing gender*. New York: Roudedge
- Butler, J. (2009). *Frames of war: When is life grievable?* London/Nova York: Verso.
- Butler, J. (2014). *Corpos que pesam: Sobre os limites discursivos do "sexo"*. Tradução de Aurora Baêter. Capítulo introdutório de Butler, J. (1993). *Bodies that matter, on the discursive limits of "sex"*.. New York: Roudedge. Obtido de: <https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2014/12/12/corpos-que-pesam-sobre-os-limites-discursivos-do-sexo-judith-butler/>
- Butler, J. (2015). *Notes toward a performative theory of assembly*, Harvard University Press.
- Butler, J. (2016). *Corpos em Aliança e a Política das Ruas*. Tradução de Oliveira, L. para *Bodies in Alliance and the Politics of Street*, de Butler, J. (2015). *Notes toward a performative theory of assembly*, Harvard University Press.
- Butler, J. (2017). *Problemas e gênero: Feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. & Athanasiou, A. (2013). *Despossession: The performative in the political*. Cambridge, Polity Press.
- Butler, J. & Spivak, G. (2007). *Who sings the Nation-State? Language, politics, belonging*. New York: Seagull.

- Camargo, M. (2011). *Princípios da aisthêsis*. BOCC: Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. Obtido de: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/camargo-marcos-principios-da-aisthesis.pdf>
- Castells, M. (1999). *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1).
- Castells, M. (1999b). O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.2).
- Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Carpentier, N. (2017). *The discursive-material knot: Cyprus in conflict and community media participation*. Nova York: Peter Lang.
- Carrozzini, G. (2017). O pensamento de Simondon é uma fonte de invenção. *Revista Eco Pós*. 20 (1). Obtido de: https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/viewFile/10408/8512
- Cetic.br - Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. (2006). *Pesquisa TIC Domicílios*. Obtido de: <http://cetic.br/pesquisa/domicilios/microdados>
- Cetic.br - Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. (2016). *Pesquisa TIC Domicílios*. Obtido de: <http://cetic.br/pesquisa/domicilios/microdados>
- Chile. (1990). *Ley Organica Constitucional De Enseñanza – Ley 18962*. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Obtido de: <https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=30330&idVersion=1990-03-10>
- Christensen, H. S. (2011). Political activities on the internet: Slacktivism or political participation by other means? *First Monday*. 16 (2), Obtido de: <http://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/3336/2767>
- Como ocupar um colégio? Manual escrito por estudantes secundaristas da Argentina e Chile. (2015). Obtido de: <https://gremiolivre.files.wordpress.com/2015/10/como-ocupar-um-colec3a9gio.pdf>.
- Corea, C. & Lewkowicz, I. (2004). *Pedagogía del aburrido. Escuelas destituidas, familias perplejas*. Buenos Aires: Paidós,
- Dahlgren, P. (2009). *Media and political engagement. Citizens, communication and democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Dahlgren, P. (2013). *The Political Web: Media, participation and alternative democracy*. Londres: Palgrave Macmillan.
- Dahlgren, P. & Olsson, T. (2007a), Young activists, political horizons, and the internet: Adapting the Net to one's purposes. In Loader, B. (ed). *Young citizens in the digital age: political engagement, young people and new media*. London: Routledge.

- Dahlgren, P. & Olsson, T. (2007b), Facilitating political participation: Young citizens, internet and civic cultures. In Livingstone, S. & Drotner, K. (ed.s)..*The international handbook of children, media and culture*. London: Sage.
- Deleuze, G. (1990). O que é um dispositivo? In: _____*.Michel Foucault, filósofo*. Barcelona: Gedisa,
- Deleuze, G. (1992a). *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- Deleuze, G.(1992b). Post Scriptum Sobre As Sociedades de Controle. In: _____. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Deleuze, G.(2003). *Diferença e repetição*. São Paulo: Perspectivas.
- Deleuze, G. (2012), *Foucault*. Coimbra: Edições 70.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1980). *Mille Plateaux: capitalismo et schizophrénie*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1984). Mai 68 n'a pas eu lieu. *Les Nouvelles littéraires*.
Obtido de: <https://www.cairn.info/revue-chimeres-2007-2-page-23.htm>
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1992). *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Editora 34.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1995a). Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34. (volume 1).
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1995b). Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34. (volume 2).
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1996). Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34. (volume 3).
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1997a). Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34. (volume 4).
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1997b). Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34. (volume 5).
- Deleuze, G. & Guattari, F. (2015). Maio de 68 não ocorreu. Tradução: Barbosa, M. T. *Revista Trágica: estudos de filosofia da imanência*. 1 (8). Obtido de: <http://tragica.org/artigos/v8n1/traducao.pdf>
- Deleuze, G. & Parnet, C. (1998). *Diálogos*. São Paulo: Editora Escuta.
- Derrida, J. (1991a). *Donner le temps*. Paris: Éditions Galilée.
- Derrida, J. (1991b). *Limited, Inc*. Campinas: Papyrus.
- Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. (2018). “Ocupa”. Obtido de: <https://www.priberam.pt/dlpo/ocupa>.

- Di Felice, M. (2013). Ser redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas. *Revista Matrizes*. (7). Obtido de: <http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/viewFile/69406/71974>
- Di Felice, M. (2017). *Net-ativismo: Da ação social para o ato conectivo*. São Paulo: Paulus.
- Di Felice, M. (2018). Depois da metrópole, as redes info-ecológicas e o fim da experiência urbana. *RCL - Revista de Comunicação e Linguagens | Journal of Communication and Languages*. N. 48. Obtido de: <http://www.fcsh.unl.pt/rcl/index.php/rcl/article/view/04>
- Direção-Geral da Educação (DGE) (2018). *Currículo: Ensino Secundário*. Ministério da Educação da República Portuguesa. Obtido de: <http://www.dge.mec.pt/ensino-secundario>
- Escola de Luta Fernão Dias Paes. (2015 - 2017). Perfil do Facebook. Obtido de: <https://www.facebook.com/OcupaFernaol/>
- Escolas do RJ em luta. (2015 - 2017). Perfil do Facebook. Obtido de: <https://www.facebook.com/EscolasRJemLuta/?fref=ts>
- Facebook. (2016). 102 milhões de brasileiros compartilham seus momentos no Facebook todos os meses. Facebook para empresas. Obtido de: <https://www.facebook.com/business/news/102-milhes-de-brasileiros-compartilham-seus-momentos-no-facebook-todos-os-meses>
- Facebook. (2018). Facebook Q1 2018 Results. Obtido de: [https://s21.q4cdn.com/399680738/files/doc_financials/2018/Q1/Q1-2018-Earnings-Presentation-\(1\).pdf](https://s21.q4cdn.com/399680738/files/doc_financials/2018/Q1/Q1-2018-Earnings-Presentation-(1).pdf)
- Farina, E. & Scirea, B. (2016). O que move as ocupações de escolas no Estado. *Jornal Zero Hora*. Obtido de: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2016/05/o-que-move-as-ocupacoes-de-escolas-no-estado-5804779.html>
- FEL - Frente de Estudantes Libertarios. (2012). *Cómo Tomar un Colegio?*. Obtido de: http://amjseditora.com.br/pdf/como_tomar_un_colegio.pdf
- Fora do Eixo. (2009). Carta de Princípios. [Blog Fora do Eixo]. Obtido de: <http://foradoeixo.org.br/historico/carta-de-principios/>
- Foucault, M. (1980). *A história da sexualidade 1: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: O nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (1988). *A história da sexualidade 2: O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1996). *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Loyola.

- Foucault, M. (1997). *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Foucault, M. (2000). *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2003). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2004). *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008a). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense.
- Foucault, M. (2008b). *O nascimento da biopolítica*. Rio de Janeiro: Forense.
- Foucault, M. (2010). *O governo de si e dos outros*. São Paulo: Martins Fontes.
- Freud, S. (1969). Recomendações aos médicos que exercem a Psicanálise. In *Obras Completas de Sigmund Freud: Vol. 12*. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1912)
- Gil, J. (1997). *Metamorfoses do Corpo*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Gragnani, J. (2015). Imobilizados e em silêncio, estudantes fazem performance na av. Paulista. Folha de São Paulo. Obtido de: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1715678-imobilizados-e-em-silencio-estudantes-fazem-performance-na-av-paulista.shtml>
- Guattari, F. (2013). *Linhas de fuga - por otro mundo de posibles*. Buenos Aires: Cactus.
- Guattari, F. & Rolnik, S. (1986). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Hardt, Michael; Negri, Antonio. *Multidão*. (2005): *Guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record.
- Hobsbawm, E. (1978). *Rebeldes Primitivos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Husserl, E. (1998). *De la sinthèse passive*. Grenoble, França: Jérôme Milon.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2015). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*. Obtido de: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40
- IVC – Instituto Verificador de Circulação. (2017). *Circulação Jornais – 2013 a 2017*. Obtido de: <https://www.ivcbrasil.org.br/#/home>.
- Jinkings, I., Doria, K. & Cleto, M. (orgs.). (2016). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo.

- Kastrup, V. (2007). O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. *Psicologia & Sociedade*; 19(1): 15-22. Obtido de: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19n1/a03v19n1.pdf>
- Labic. Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura. Obtido de: <http://www.labic.net>
- Lacan, J. (1972-1973/1985). *O seminário, livro 20: Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Latour, B. (2012). *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: EDUFBA-Edusc.
- Lazzarato, M. (2006). *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Lazzarato, M. (2011). *A fábrica do homem endividado: Ensaio sobre a condição neoliberal*. Paris: Éditions Amsterdam.
- Lazzarato, M. & Negri, Antonio. (2013). *Trabalho imaterial: Formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: Lamparina.
- Lemos, A. & Lévy, P. (2010). *O futuro da internet: Em direção a uma ciberdemocracia*. São Paulo: Paulus.
- Levy, P. (1999). *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34.
- Livingston, S. (2009). *Children and the Internet*. Cambridge: Polity Press.
- Lotman, I. (1996), *La Semiosfera I: Semiótica de la cultura y del texto*. Madri: Cátedra.
- Machado, M. & Barbio, M. (2015). 10 motivos para ser contra a reorganização das escolas do Estado de São Paulo. *Esquerda Diário*. Obtido de: **Erro! A referência de hiperlink não é válida.**
- Magalhães, J. A. & Paiva, L. M. (2016). Manifesto pela ocupação como puro meio. *Corpocidade: gestos urbanos*. Obtido de: http://www.corpocidade5.dan.ufba.br/wpcontent/uploads/2016/11/Caderno_Agenciamentos.pdf
- Magnum Photos. (s.d). Magnum Photos. Obtido de: <https://www.magnumphotos.com>
- Malini, F. (2016a). A multiplicidade do Eu no #OcupaEscola: como o compartilhamento de *posts* das páginas do movimento #OcupaEscola indica o arco de aliança que os secundaristas estão a construir. Obtido de: <https://medium.com/@fabiomalini/o-ecossistema-socio-midiatico-do-ocupatudo-cf589a0781af#.bf0voi6i>
- Malini, F. (2016b). Entrevista com Fábio Malini. *Córtex – mapas de rede, trends de rua e a política na era do perfil: um passeio com Fábio Malini*. [Arquivo de vídeo] São Paulo: Produtora Fluxo. Obtido de: <http://www.labic.net/cartografia/cortex-mapas-de-rede-trends-de-rua-e-a-politica-na-era-do-perfil-um-passeio-com-fabio-malini/>

- Marcondes Filho, C. (2009). *Dicionário da comunicação*. São Paulo: Paulus.
- Melville, H. (s.d). *Bartleby, o escrivão: uma história de Wall Street – E outras histórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Mídia Ninja. (s.d.) Quem somos – Web site Mídia Ninja. Obtido de: <http://midianinja.org/quem-somos/>
- Minas de luta. Manual escola sem machismo. (2015). Obtido de: <https://www.facebook.com/naofecheminhaescola/photos/a.1485520751742887.1073741829.1485355621759400/1497398723888423/?type=3&theater>
- Minc - Ministério da Cultura do Brasil. [Web site]. Obtido de: <http://www.cultura.gov.br>
- Minha Sampa. (2015). O trono do estudar. [Arquivo de vídeo]. Obtido de: https://www.youtube.com/watch?v=14NqOdRY_Ls
- Miranda, D. (2017a). Ativismo digital e novos sujeitos dos discursos: manifestações identitárias na narrativa das fan pages de facebook do movimento Ocupa Escola no Brasil. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*. 4 (2). Obtido de: <http://rlec.pt/index.php/rlec/article/view/255>
- Miranda, D. (2017b). Digital activism and new subjects of discourses: the narratives of “Ocupa Escola” movement in Facebook. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*. 4 (2). Obtido de: <http://rlec.pt/index.php/rlec/article/view/256/189>
- Mitchell, W. J. T., Harcourt, B. E., & Taussig, M. (2013). *Occupy: three inquiries in disobedience*, Chicago: The University of Chicago Press.
- Moretzsohn, S. D. (2016). A mídia e o golpe: uma profecia autocumprida. In Freixo, A. & Rodrigues, T. (orgs.). *O ano do golpe*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel.
- Mozère, L. (2011). Prefácio. In: Guattari, F. *Líneas de fuga: por otro mundo de posibles*, Buenos Aires: Editorial Cactus.
- Não fechem minha escola. (2015 – 2017). Perfil do Facebook. Obtido de: <https://www.facebook.com/naofecheminhaescola/>
- Negri, A. (2003). *Cinco lições sobre Império*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Negri, A. (2004). Para uma definição ontológica da multidão. *Revista Lugar Comum*. 19-20. Obtido de: http://uninomade.net/wp-content/files_mf/113003120823Para%20uma%20defini%C3%A7%C3%A3o%20ontol%C3%B3gica%20da%20multid%C3%A3o%20-%20Antonio%20Negri.pdf
- O mal educado. (2015 – 2017). Perfil do Facebook. Obtido de: <https://www.facebook.com/mal.educado.sp/>
- Ocupa Padre Réus. (2015 – 2017). Perfil do Facebook. Obtido de: <https://www.facebook.com/ocupa.padrec/>

- Occupy Wall Street (s.d), About – Web site Occupy Wall Street. Obtido de: <http://occupywallst.org>.
- Olsson, T. & Dahlgren, P. (ed.s). (2010). *Young people, icts and democracy*. Gothenburg: Nordicom.
- Pelbart, P. P. (2016). Carta aberta aos secundaristas. Texto lido no Colégio Fernão Dias Paes. *Revista Instituto Humanitas Unisinos*. Obtido de: <http://www.ihu.unisinos.br/555122-pelbart-tudo-o-que-muda-com-os-secundaristas>
- Perissé, G. (2011). Quem ocupa se preocupa?. Obtido de: <http://palavraseorigens.blogspot.pt/2011/11/quem-ocupa-se-preocupa.html>
- Phillips, J. (2006). Agencement/Assemblage. *Theory, Culture & Society*. 23 (2-3): doi:10.1177/026327640602300219.
- Pollo, L. (2016) Símbolo das ocupações, Ana Júlia quer direcionar holofotes ao movimento. *Jornal Estadão*. Obtido de: <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,simbolo-das-ocupacoes-ana-julia-ribeiro-quer-direcionar-holofotes-ao-movimento,10000084999>
- Ponte, C. (2016). Um desafio dos tempos modernos: A Internet e as novas gerações. In I. Patrão, & D. Sampaio (eds.), *Dependências Online: O poder das tecnologias* (pp. 1-19). Lisboa: PACTOR.
- Preciado, B. (2011). Multidões queer: Para uma política dos “anormais”. *Revista Estudos Feministas*. 19 (1). Obtido de: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000100002/18390>.
- Pronzato, C. (2007). A revolta dos pinguins. [documentário disponível no Vimeo]. Obtido de: <https://vimeo.com/147965063>
- Puar, J. (2007). *Terrorist assemblages: Homonationalism in queer times*. Durham: Duke University Press.
- Puar, J. (2013). Prefiro ser um ciborgue a ser uma deusa”: Interseccionalidade, agenciamento e política afetiva. *Revista Meritum*. 8 (2). Obtido de: www.fumec.br/revistas/meritum/article/download/2171/1331
- Rancière, J. (2009). *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Editora 34.
- Rancière, J. (2010). *Dissensus: On politics and aesthetics*, London/New York: Continuum.
- Ramos, C., Miranda, D. & Rosário, N. M. (2016). Ocupações dos secundaristas do RS: tensões culturais e reconfigurações comunicativas. *Revista Intexto*. 37. Obtido de: <http://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/67924/39623>
- Recuero, R. & Soares, P. (2013) Violência simbólica e redes sociais no facebook: o caso da fanpage “Diva Depressão”. *Revista Galaxia*. 26. Obtido de: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/14478/13021>

- Ribeiro, A. J. (2016). Ana Julia Ribeiro, da escola Senador Manuel Alencar Guimarães, discursa no plenário da Alep. [Arquivo de vídeo]. Obtido de: <https://www.youtube.com/watch?v=oY7DMbZ8B9Y>
- Rieder, B. (2013). Studying Facebook via data extraction: The netvizz application. *WebSci'13*, 2 (4). Obtido de: http://thepoliticsofsystems.net/permafiles/rieder_websci.pdf
- Rimbaud, A. (2002). *Iluminuras: Gravuras coloridas*. São Paulo: Editora Iluminuras.
- Rio Grande do Sul. (2015). Proposição PL 44. Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Obtido de: <http://www.al.rs.gov.br/legislativo/ExibeProposicao/tabid/325/SiglaTipo/PL/NroProposicao/44/AnoProposicao/2016/Origem/Px/Default.aspx>
- Rolnik, S. (2011). *Cartografia sentimental: Transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS.
- São Paulo. (2015a). *Decreto N° 61.672*. Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Obtido de: <https://www.al.sp.gov.br/norma/176564>. (acessado em janeiro de 2018).
- São Paulo. (2015b). *Decreto N° 61.692*. Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2015/decreto-61692-04.12.2015.html>. (acessado em janeiro de 2018).
- Schwartz, E. (1996). *Net activism: How citizens use the Internet*. Sebastopol, CA : Sonline Studios,
- Semer, M. (2016). Ruptura institucional e desconstrução do modelo democrático: o papel do Judiciário. In Jinkings, I., Doria, K. & Cleto, M. (orgs.), *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Serón, C. J. R., & Rojas, D. O. G. (2008). Revolucion Pingüina: Caracterización del caso y descripción de los usos dados a las Tecnologías de la Información y Comunicación. (Trabalho de tese para obtenção do título de Periodista na Licenciatura em Comunicação Social. Universidad Austral de Chile). Obtido de: <http://jovenesenmovimiento.celaju.net/wp-content/uploads/2012/09/CHI-16.pdf>
- Sibília. P. (2002). *O homem pós-orgânico: Corpo, subjetividade e tecnologia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Sibília. P. (2012). *Redes ou paredes: a escola em tempo de dispersão*. Rio de Janeiro, Contraponto.
- SILVA, A. R., Nonino, G. P. & Macedo, L. P. (2016). Uma leitura semiótica das multidões. *Revista Intexto*. 37. Obtido de: <http://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/66964/39613>
- Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – Apeoesp (2015). Entenda porque os estudantes não gostam do projeto. Obtido de: <http://www.apeoesp.org.br/noticias/>

- Solano, E., Manso, B. & Novaes, W. (2014). *Mascarados: A verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc*. São Paulo: Geração.
- Stiegler, Bernard. (2009). Anamnésia e hipomnésia- Platão, primeiro pensador do proletariado. *Periódicos USP*. Obtido de: <https://www.periodicos.usp.br/ars/article/download/3059/3748>
- Stiegler, B. (2012). Interobjectivity and Transindividuation. *Open! Platform for Art, Culture & the Public Domain*. Obtido de: www.onlineopen.org/interobjectivity-and-transindividuation.
- Stiegler, B. (2018). *Da miséria simbólica. I. A era hiperindustrial*. Lisboa: Orfeu Negro.
- Taborda, C. M. (2012). Dos “antigos” aos “novos” movimentos sociais. VII Congresso Português de Sociologia. Universidade do Porto, Porto, Portugal. Obtido de: http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0725_ed.pdf
- Tadeu da Silva, T. (org). (2001). *Nunca fomos humanos: Nos rastros do sujeito*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Terenzi, G., Saldaña, P. & Bonifácio (Entrevistado). (2016). Fortalecidos após ocupações, secundaristas de SP renegam entidades estudantis. *Folha de São Paulo*. Obtido de: <http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2016/07/1787761-fortalecidos-apos-ocupacoes-secundaristas-de-sp-renegam-entidades-estudantis.shtml?loggedpaywall#> =
- Terenzi, G, Saldaña, P. & Nalini, J. R. (Entrevistado). (2016). Fortalecidos após ocupações, secundaristas de SP renegam entidades estudantis. *Folha de São Paulo*. Obtido de: <http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2016/07/1787761-fortalecidos-apos-ocupacoes-secundaristas-de-sp-renegam-entidades-estudantis.shtml?loggedpaywall#> =
- Thompson, E. (1979). *La Economía «loral» de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII. Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Crítica.
- Turkle, S. (2011). *Always on, in alone together: Why we expect more from technology and less from each other*.
- União Brasileira de Estudantes Secundaristas. (2016). UBES divulga lista de escolas ocupadas e pautas das mobilizações. Obtido de: <https://ub.es.org.br/2016/ub-es-divulga-lista-de-escolas-ocupadas-e-pautas-das-mobilizacoes/>
- Vai ter shortinho, sim. Abaixo-assinado. [alunas do Colégio Anchieta, org.] (2016). Obtido de: <https://www.change.org/p/colégio-anchieta-vai-ter-shortinho-sim>.
- Zibas, D. M. L. (2008). A Revolta dos Pinguins e o novo pacto educacional chileno. *Revista Brasileira de Educação*. 13 (38). Obtido de: http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/a_revolta_dos_pinguins.pdf

GLOSSÁRIO

Referências a movimentos net-ativistas mencionadas na tese

ANONYMOUS: Termo de origem inglesa, que em português significa anônimo ou anônimos e nomeia um grupo de *hackers* ativistas existente desde 2003. “Somos uma equipa internacional anônima e baseada na Internet, literalmente de todo o mundo, e estamos em constante crescimento. O conhecimento é livre. Somos o *Anonymous*. Somos legião. Não perdoamos. Não esquecemos. Esperem por nós”. O *Anonymous* atuou em movimentos como Primavera Árabe, Operação Egito e Operação Tunísia; Occupy Wall Street; Operações DarkNet; Occupy Nigéria; contra a Copa do Mundo FIFA de 2014, apoio a WikiLeaks, e outros. <https://anonofficial.com>

BLACK BLOCS: (do inglês *black*, preto; *bloc*, agrupamento de pessoas para uma ação conjunta ou propósito comum de *block*: bloco sólido de matéria inerte). Os blacks blocs não são uma organização, mas uma tática de ação direta, uma forma de protesto baseada em depredação de símbolos do capitalismo, do estado e das grandes forças opressoras do establishment. Uma estrutura efêmera, informal, não hierárquica e descentralizada que age mascarada em manifestações de rua depredando, por exemplo, montras de grandes empresas e instituições bancárias. Sugerimos: Esther Solano et. al., *Mascarados: A verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc*, 2014.

BLACK LIVES MATTER: Em inglês, Vidas negras importam. O movimento Black Lives Matter iniciou-se quando Martin Trayvon, um garoto negro, vestindo um capuz, desarmado e sem antecedentes criminais, foi morto por um policial em 2012, na Flórida porque “parecia suspeito”. Em 2013, George Zimmerman, seu assassino, foi absolvido. O evento desencadeou diversas manifestações contra o sistema discriminatório e o racismo institucional presente nos Estados Unidos, reunidas em torno da *hashtag* #blacklivesmatter. Hoje, no site oficial, o movimento apresenta-se como uma afirmação da humanidade dos negros e intervenção ideológica e política em um mundo onde vidas negras são sistematicamente e intencionalmente alvo de morte. <https://blacklivesmatter.com/about/>

GERAÇÃO À RASCA: Diz respeito ao conjunto de manifestações contra a precariedade ocorridas em Portugal no dia 12 de Março de 2011, as maiores manifestações não vinculadas a partidos políticos desde a Revolução dos Cravos. No manifesto que origina o movimento, é possível ler: “Nós, desempregados, “quinhentoseuristas” e outros mal remunerados, escravos disfarçados, subcontratados, contratados a prazo, falsos trabalhadores independentes, trabalhadores intermitentes, estagiários, bolseiros, trabalhadores-estudantes, estudantes, mães, pais e filhos de Portugal. Nós, que até agora compactuámos com esta condição, estamos aqui, hoje, para dar o nosso contributo no sentido de desencadear uma mudança qualitativa do país. Estamos aqui, hoje, porque não podemos continuar a aceitar a situação precária para a qual fomos arrastados [...]”.<https://geracaoenrascada.wordpress.com>

GEZI PARK: Em 2013, Parque Taskim Gezi, em Istambul, foi o ponto inicial de uma série de manifestações que começaram como um protesto ambiental pacífico, liderado por ambientalistas e ecologistas, contra a demolição do parque e o corte das suas árvores para dar lugar a um quartel militar e um centro comercial. Os protestos multiplicaram-se, assumiram outras pautas e disseminaram-se por diversas cidades da Turquia, até atingir outros países com manifestações organizadas pelas comunidades turcas contra o governo do país.

GOLPE JURÍDICO PARLAMENTAR MIDIÁTICO DE 2016: No Brasil, diversos autores, entre eles Jinkings, et. al., 2016; Semer, 2016; Alves, 2016; Moretzsohn, 2016, defendem que o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, deve ser considerado uma ruptura da institucionalidade democrática no Brasil efetuada por meio de um golpe de Estado de dimensões jurídicas, parlamentares e midiáticas. Durante o processo de *impeachment* da ex-presidente, sem provas que justificassem o seu afastamento do cargo, centenas de manifestações de grande porte, assim como grande comoção nas redes sociais digitais, ocorreram para denunciar o que consideram um golpe arquitetado pelo Congresso brasileiro, com apoio da instituição jurídica e dos media tradicionais do país, além da falta de legitimidade do presidente interino Michel Temer, que assumiu o posto de Rousseff. Sugerimos: Ivana Jinkings, *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*, 2016.

INDIGNADOS: Conforme Di Felice (2017), o movimento Indignados nasce na Espanha, depois de uma série de mobilizações nas redes digitais em favor de uma reforma política que compreendia o fim do financiamento público dos partidos, a proibição da

candidatura de políticos com antecedentes criminais, a luta contra a desocupação e a corrupção, as quais culminaram com a ocupação na Praça Portas do Sol, em Madrid, iniciada em maio de 2011, sendo conhecidos também como Movimento 15M (Movimiento 15M, em espanhol). Para o autor, as manifestações, que expandiram-se por toda Europa, difundiram a nova cultura de participação dos cidadãos, sem lideranças e representatividade direta. <http://www.movimiento15m.org>

JORNADAS DE JUNHO DE 2013: Em *Jornadas de Junho de 2013 no Brasil*, Sergio Barbosa (2017) alerta que não há um consenso estabelecido quanto ao termo mais apropriado para explicar os protestos de junho de 2013 na cena pública brasileira. Há quem empregue “jornadas”, “levante de junho”, “acontecimentos de junho”. Entretanto, caracterizam-se como manifestações amplas, com pautas múltiplas, politicamente heterogêneas que levaram centenas de milhares de pessoas às ruas do Brasil, mobilizadas especialmente através das redes sociais. Conforme o autor, a fragmentação de atores sociais presentes nas Jornadas de Junho se expressa também nas demandas do movimento, que reúnem, por exemplo, a insatisfação com a corrupção, com a precariedade do transporte urbano, da infra-estrutura, dos serviços de saúde e educação, da segurança e de opções de lazer; e a indignação com bilhões de reais gastos com a Copa das Confederações (2013), a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016) enquanto milhares de brasileiros vivem em precariedade. Ao nosso ver, o Junho de 2013 representa um ponto de viragem que confere uma grade de inteligibilidade para os movimentos mais recentes brasileiros, entre eles, as Ocupações Secundaristas.

MOVIMENTO 15M: ver “Indignados”.

MOVIMENTO 5 STELLE (5 ESTRELAS): (Do italiano, *MoVimento 5 Stelle* ou M5S). Iniciou-se um movimento não partidário e deu origem a um partido italiano. <https://www.movimento5stelle.it> Surgiu do cansaço e descontentamento com a política em 2009, com o objetivo de criar um movimento não estruturado que definiria seus pontos de interesse e atuação através de comunidades na internet. Hoje, em 2018, já possui 45 prefeituras, 15 eurodeputados, 92 deputados nacionais, 36 senadores e 1.700 vereadores.

MOVIMENTO PASSE LIVRE (MPL): Em seu site, o MPL assim se define como “um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um transporte público de verdade, gratuito, para o conjunto da população e fora da iniciativa privada”. O MPL surgiu em 2005 na cidade de Porto Alegre e expandiu sua atuação para

outras cidades, estando ligado a muitas manifestações de rua importantes no Brasil.

<http://tarifazero.org/mpl/>

#NÃOVAITERCOPA: Movimentos de protestos realizados em diversas cidades do Brasil contra os gastos excessivos em estruturas para receber a Copa do Mundo de 2014. Os protestos foram organizados, em sua maioria, através das redes sociais e as publicações aglutinavam-se em torno da *hashtag* #nãovaitercopa. <https://www.facebook.com/NaoVaiTerCopa/>

#NÃOVAITERGOLPE: Um dos lemas e *hashtags* mais utilizadas pelas camadas brasileiras contra o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Ver também: Golpe Jurídico Parlamentar Midiático de 2016.

NEOZAPATISMO: O neozapatismo surge em 1994, no sul do México, após homens e mulheres armados ocuparem sete municípios do estado Chiapas declarando ser membros do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Para Di Felice (2017), surge da expressão de culturas indígenas (portanto, pensamos, fora de um contexto branco/eurocêntrico) e, através da internet, dá início a uma forma original de política da conflitualidade. No neozapatismo, o uso da internet ocorria por email, petições online, caravanas digitais que enviavam mensagens às autoridades até a queda dos sistemas informáticos do governo mexicano e outras formas de ação que estabeleceram um diálogo híbrido entre integrantes do movimento, a Selva Lacandona, sociedade civil, imprensa internacional e demais comunidades indígenas. Não haviam estruturas rigidamente hierárquicas, todas as decisões eram discutidas e articuladas entre as etnias que compunham a rede neozapatista, em um conceito de deliberação não representativa, e não se propunha nenhum tipo de modelo revolucionário que prevesse a tomada de poder (Di Felice, 2017). Sua luta era para “o trabalho, a terra, a comida, a saúde, a educação, a independência, a democracia, a liberdade e a justiça”.

OCCUPY WALL STREET: Movimento de resistência sem líderes, iniciado em 17 de setembro de 2011, na Liberty Square, no Distrito Financeiro de Manhattan, que se espalhou para mais de 100 cidades nos Estados Unidos e ações em todo o mundo. No site do movimento, afirmam reunir “pessoas de muitas cores, gêneros e convicções políticas”. “A única coisa que todos temos em comum é que somos os 99% (do povo) que não tolerarão mais a ganância e a corrupção do (outro) 1%”, dizem (Occupy Wall Street, s.d. tradução livre). Lutam contra o poder do 1% formado por grandes bancos e corporações

multinacionais sobre o processo democrático e surgiram inspirados nos levantes populares no Egito e na Tunísia. <http://occupywallst.org>.

PRIMAVERA ÁRABE: Conforme explica Di Felice (2017), a Tunísia foi o primeiro país árabe a insurgir contra a opressão de um regime autoritário e a favor da democratização de suas instituições públicas, levando a derrubada do governo de Ben Ali em janeiro de 2011. Tais revoltas espalharam-se pelo Egito (fevereiro de 2011), a Líbia (outubro de 2011) e o Iêmen (fevereiro de 2012). Na visão do autor, tais manifestos foram conduzidos sobretudo por jovens e por sujeitos excluídos como sujeitos políticos, como as mulheres, e operados a partir da construção de uma ecologia aberta e participativa. Facebook, Youtube e outras redes digitais foram grandes contributos para a construção dessa ecologia de participação.

QUE SE LIXE A TROIKA! QUEREMOS NOSSAS VIDAS!: Surgido em 2012, o movimento se define, no site oficial, como “um fenómeno novo em Portugal”, cuja definição “escapa à generalidade dos analistas e comentadores. O seu formato e os seus modos de acção não encaixam nos formatos tradicionais de organização política e a sua actividade colectiva não é marcada por lideranças que facilitem mediatismos. [...] Somos um grupo de pessoas que independentemente da sua filiação/simpatia ou independência partidária ou sindical decidiram que era urgente e necessário encontrar articulações e consensos em torno da análise política que se pode fazer do país sob intervenção da Troika”. Afirmam entre suas principais bandeiras: a crítica das políticas de austeridade, retirada da Troika do país no âmbito do cumprimento da Constituição, defesa das funções sociais do Estado e dos recursos estratégicos do país, e a concepção de uma economia para as pessoas. <http://queselixeatroika15setembro.blogspot.pt>

REVOLTA DOS PINGUINS: No Chile, a Revolta dos Pinguins expressava as reivindicações amplas e diversas dos estudantes chilenos, cujos uniformes do liceu garantiram o nome do movimento. Entre as demandas, estavam o exame gratuito de seleção para universidade e gratuidade no passe escolar à melhora da merenda ou reformas estruturais e físicas nas escolas; redução do número de aluno por classe à inclusão de educação sexual no currículo; fim de resquícios de leis implementadas no período ditatorial a uma reforma profunda em um sistema educativo considerado, pelos estudantes, colapsado pela defesa do lucro e de interesses do mercado de ensino privado (Pronzato, 2007; Zibas, 2008; Serón & Rojas, 2008; Hayashi, 2017). (cf. sessão I.2 da tese).

ROLEZINHO: “Rolezinho” é diminutivo de “rolê” ou “rolé”, termos que, no Brasil, são gírias para “sair a passear”, “encontro”, “passeio”. Os rolezinhos foram um fenômeno no Brasil em que jovens das periferias agendavam encontros em como praças, parques públicos e centros comerciais, através principalmente das redes sociais. Abriu-se uma ampla discussão a partir da reação agressiva dos centros comerciais e da polícia que passaram a proibir os rolezinhos e privar os jovens das camadas mais pobres do Brasil do direito a circular livremente nesses espaços.

TAHRIR SQUARE: Diz respeito à maior praça pública no centro do Cairo, no Egito, local que ficou marcado como símbolo da Revolução Egípcia de 2011. Inserida no contexto de insurgência árabe, a revolução iniciou-se na praça e expandiu-se para todo Egito, através de marchas, ocupações de espaços públicos, desobediência civil, manifestos pacíficos e greves. Milhões de manifestantes de diferentes origens ocuparam o Egito exigindo o fim do governo do presidente egípcio Hosni Mubarak. Mubarak renunciou ao poder.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Muros no Maio de 68 em Paris.....	24
Figura 2. Linhas de rede, linhas rizoma.....	30
Figura 3. “Saímos do Facebook”.....	32
Figura 4. Três momentos na Escola Fernão Dias Paes.....	39
Figura 5. Ana Júlia Ribeiro discursa na Assembleia Legislativa do Paraná....	41
Figura 6. Manifestações dos estudantes secundaristas bloqueiam o trânsito... 48	
Figura 7. <i>Posts</i> convidam para manifestações nas ruas e nas redes.	50

APÊNDICE A

Breve roteiro de princípios de atenção cartográfica

[roteiro aqui não deve ser entendido como uma descrição engessada a ser percorrida, ou como conjunto de regras a serem aplicadas, mas como um guião de orientação, um esquema analítico que compõe o trajeto da pesquisa]

[**Rizoma. Agenciamento. Acontecimento** – pilares de pensamento no processo]

O rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga (Deleuze; Guattari, 1995, p. 33)

[A cartografia, enquanto princípio do rizoma, é, portanto, a perspectiva que orienta nossas etapas de realização teórico-metodológicas]

Funcionamento da atenção do trabalho do cartógrafo (a partir de Kastrup, 2007)

>> **na tese apresentada**

> **Atenção flutuante** (“uniformemente suspensa” pensada com Kastrup, 2007; a partir de Freud (1912/1969))

Etapa de rastreo aberto e concentrado no problema e na redefinição do problema. Rastreo por outros movimentos net-ativistas, além das Ocupações Secundaristas, rastreo teórico. Exposição a outros possíveis objetos, abordagens. Reformulação de problema de pesquisa. Conforme Merleau-Ponty (1945/1999) “a atenção não seleciona elementos num campo perceptivo dado, mas configura o próprio campo perceptivo” (apud Kastrup, 2007, p. 16).

*Exercício de abandono de seleções por expectativas prévias.

[influência: evitar os “falsos problemas” de que nos fala Bergson / não o “por quê?”, mas o “como” (Bergson, 2006)]

> **Rastreo** (“O rastreo é um gesto de varredura do campo (...) O objetivo é atingir uma atenção movente, imediata e rente ao objeto-processo” (Kastrup, 2007, p.18).

Etapa de percepção háptica, que tateia o que lhe afeta. A atenção rastreia um campo “sem conhecer o alvo a ser perseguido” (idem, p. 40)

- Nosso processo de rastreio marca-se principalmente em meio ao campo teórico, no contato com novas perspectivas que modificaram continuamente as primeiras formulações do projeto e os modos de conceber o objeto de pesquisa. No campo empírico, nessa fase, foram empregadas horas pesquisa em meio a diferentes meios que pudessem compor o corpus de análise (como, por exemplo, Facebook e Twitter dos estudantes secundaristas; documentários realizados sobre as ocupações, assim como também rastreamos notícias dos media tradicionais brasileiros e dos media alternativos/progressistas como possível objeto empírico, antes da decisão de privilegiar a narrativa produzida pelos sujeitos do movimento.

> **Toque** (Kastrup, 2007, a partir do conceito de “notar” em Husserl (1998).

O toque, aciona em primeira mão o processo de seleção; se refere ao contato com traços momentâneos que possuem força de afetação.

Algo se destaca e ganha relevo no conjunto, em princípio homogêneo, de elementos observados. O relevo não resulta da inclinação ou deliberação do cartógrafo, não sendo, portanto, de natureza subjetiva. Também não é um mero estímulo distrator que convoca o foco e se traduz num reconhecimento automático. Algo acontece e exige atenção (Kastrup, 2007, p.19).

Frisamos que a variedade atencional, em nosso processo de desenvolvimento do trabalho, não são etapas lineares que seguem umas após as outras. O toque, provavelmente para nós, dirá respeito aos momentos em que certas linhas de força se iluminaram na pesquisa. Seja, por exemplo, no momento em que percebemos a primazia dos enunciados do Facebook como elementos de grande riqueza comunicacional para o estudo, seja no contato com perspectivas teóricas completamente novas para nós, como os estudos sobre performatividade”, e percebemos, ali, exatamente um relevo que ainda não se havia apresentado em nossa configuração do trabalho.

> **O pouso e o reconhecimento atento**

* O gesto de pouso indica que a percepção, seja ela visual, auditiva ou outra, realiza uma parada e o campo se fecha, numa espécie de zoom. Um novo território se forma, o campo de observação se reconfigura. A atenção muda de escala” (Kastrup, 2007, p.19).

Somente no pouso, foi possível estabelecer nosso *corpus* de pesquisa. Selecionar as *fanpages* analisadas e, principalmente, perceber que a produtividade na nossa análise só se daria de modo qualitativo, aberto a subjetividade e sem a pretensão de definir categorias.

- Equipamentos adicionais: Netvizz; extração de mais de 3 mil posts; todos os posts tabelados em Excell; inúmeras horas de revisita a esse material.
- “Não há coleta de dados, mas, desde o início, uma produção dos dados da pesquisa. A formulação paradoxal de uma “produção dos dados” visa ressaltar que há uma real produção, mas do que, em alguma medida, já estava lá de modo virtual” (Kastrup, 2007, p. 15).

* **Reconhecimento atento** (Kastrup, 2007, a partir de Bergson, 1897/1990). O reconhecimento atento corresponderia a uma etapa da atenção capaz de nos reconduzir ao objeto para destacar seus contornos singulares.

Enquanto no reconhecimento automático nossos movimentos prolongam nossa percepção para obter efeitos úteis e nos afastam assim do objeto percebido, aqui (no reconhecimento atento), ao contrário, eles nos reconduzem ao objeto para sublinhar seus contornos. (Bergson, 1897/1990, p. 78).

[Sair do “O que é isto?” (regime de reconhecimento – representar um objeto) >> passar ao “o que está acontecendo?”, “como está se configurando?” (regime de reconhecimento – acompanhar um processo)].

[influências: platôs / constelações / séries de acontecimentos discursivos...]

> Já cientes da heterogeneidade e multiplicidade contida em nosso objeto, foi pela via da orientação voltada ao reconhecimento atento que buscamos realizar as conexões, centro do objetivo do nosso trabalho. Buscamos o gesto contínuo de estabelecer relações, de tensionar a singularidade dos enunciados analisados em nosso corpus empírico através de nosso campo de inscrição teórico. Foi em modo de reconhecimento atento que exercitamos o olhar voltado a perceber constelações, modelações que configurariam nossa análise, mais do que representações e definições do objeto.

APÊNDICE B

Quadro 1. Dados quantitativos extraídos dos perfis de Facebook do *corpus* analisado na tese.

<i>Fanpages</i> que compõem o <i>corpus</i> de análise	<i>posts</i>	<i>gostos</i>	<i>reações</i>	<i>comentários</i>	<i>partilhas</i>
Escola de luta Fernão Dias	303	60.640	61.441	5.292	21.909
Escolas do RJ em luta	663	128.991	136.638	5.018	56.386
Não fechem minha escola	1.170	1.246.500	1.329.329	68.695	727.839
O mal educado	1.105	368.389	382.833	19.506	218.976
Ocupa Padre Reus	92	8.646	9.182	218	1.607
Número total de <i>posts</i> publicados	3333				

Fonte: Elaborado pela autora. Dados obtidos a partir da aplicação *Netvizz*, para cada *fanpage*, tendo em conta o período de 9 de novembro de 2015 a 31 de janeiro de 2017. Nesse quadro, considerando a nomenclatura empregada pelo Facebook e pelo *Netvizz*:

Posts: designam as publicações realizadas pelos perfis analisados, considerado quaisquer conteúdos publicados, disponibilizados ou partilhados pelas *fanpages* dos secundaristas selecionadas.

Gostos: representa o total de “gostos” (*like_count*) recebidos em cada perfil, recuperados pelo *Netvizz* considerando todos os *posts* realizados no período.

Reações: apresenta a soma de todas as reações (*reactions_count*) que a totalidade de *posts* publicados no período recebeu em cada *fanpage*. Inclui os gostos.

Comentários: diz respeito ao número de comentários recebidos (*comment_count*) nas publicações realizadas no período, em cada página.

Partilhas: apresenta o total de partilhas (*number of shares*) recuperadas pelo *Netvizz* a partir da interação de outros usuários com os perfis de Facebook analisados, durante o período considerado.

APÊNDICE C

Grelha de atenção para composição das dimensões de análise

(acionada a partir da teoria trabalhada na tese)

Dimensões centrais – mas não exclusivas – de atenção		
<p>Dimensões net-ativistas</p> <p>Agregação em rede entre humanos e não humanos;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Expressão de um novo tipo de interação reticular colaborativa; - Uma forma de rede que nos obriga a repensar as características da qualidade das interações; - A distinção entre ação e ato (no sentido do <i>aiōv</i> grego, que ressalta sua dimensão espontânea, imparmanente e sua não reprodutibilidade); - O ato conectivo como uma expressão de uma forma comunicativa do habitar; - O net-ativismo enquanto uma forma de conflitualidade que não habita espaços identitários e de representação; - O caráter impermanente e temporário do net-ativismo, que o leva à dimensão de um agir colaborativo que tende a desagregação, ao próprio desaparecimento. 	<p>Dimensões performativas</p> <ul style="list-style-type: none"> - Performatividade como ato reiterativo e citacional; - Performatividade como materialização do discurso no sujeito - Dimensão incorporada e plural da performatividade que se exerce em multidão; - Condições de precariedade que geram a cena do reconhecimento entre sujeitos que não possuem uma unidade identitária; - possibilidade de contradições performativas - fissuras nas normas e regras realizadas no interior dos atos performativos - repetição x subversão de códigos - rupturas com noções entre esfera pública e privada 	<p>Dimensões subjetivas</p> <ul style="list-style-type: none"> - Processos de subjetivação como modos dos sujeitos estabelecerem uma relação consigo e de bloquearem os processos dessubjetivação; - Processos de subjetivação em uma dimensão que não é descorporalizada; - o exercício transubjetivo que se dá no poder performativo de manifestações multitudinárias; - a dimensão da conexão de singularidades e multiplicidades da multidão; - a potência destituente como dimensão subjetiva; - a subjetividade não esta submissa à noção de identidade; - a transindividuação como processo em que em que o “eu” e o “nós” são transformados uns pelos outros e em que o <i>entre</i> assume importância.
<p style="text-align: center;">Recursos do ambiente analisado < Facebook >: uso de imagens, <i>hashtags</i>, potencial mobilizador e de geração de engajamento, memes, estratégias de viralização...</p>		

ANEXOS

ANEXO 1

Como ocupar um colégio? Manual escrito por estudantes secundaristas da Argentina e Chile (Reprodução, 2015)

COMO OCUPAR UM COLÉGIO?

Manual escrito por estudantes secundaristas da Argentina e Chile



A luta dos estudantes não começou agora, e está longe de terminar. Em 2006 e 2011, o Chile viveu a “Revolta dos Pinguins”, um movimento imenso de estudantes secundaristas que exigia uma educação pública gratuita e de qualidade. Durante meses, as escolas do país inteiro foram ocupadas pelos alunos – que entravam, tomavam o prédio, montavam acampamentos, e ali ficavam dia e noite como forma de protesto, até as reivindicações serem atendidas.

As ocupações começaram nas escolas onde as turmas estavam mais engajadas na luta, mas o exemplo serviu de inspiração para estudantes de mais lugares, e rapidamente quase todos os colégios do Chile foram tomadas pelos alunos.

Essas ocupações serviam para por medo no governo e chamar atenção da mídia, mas também para aumentar a força e a organização do movimento secundarista. Nos pátios, os alunos faziam assembleias regulares para discutir os rumos da luta. Essas assembleias eram coordenadas em toda cidade, permitindo que fossem feitas manifestações simultâneas e também grandes atos unificados.

Já pensou se fizéssemos igual em São Paulo? Para aprendermos com nossos companheiros de outros países, traduzimos alguns trechos do manual sobre “*Como ocupar um colégio?*”, escrito por estudantes da Argentina durante seu movimento.

f O MAL-EDUCADO

<http://gremiolivre.wordpress.com>

ASSEMBLEIAS - A assembleia é o órgão mais importante durante uma ocupação. As decisões mais importantes devem passar por ela e ser discutidas nela. É importante que se incentive a participação de todos os estudantes e não só dos mais experientes. Isso pode ser alcançado decidindo com antecedência um conjunto de temas para serem discutidos, para que dessa forma os companheiros com menos experiência tenham mais tempo para elaborar suas posições.



Se esse conjunto de assuntos é extenso e os debates são chatos e longos, o melhor é colocar um limite de tempo (3 a 5 minutos) para cada intervenção/fala. Devem ter dois moderadores: um que controle o tempo da intervenção/fala e avise quando o tempo terminou ou se a discussão está fugindo do tema e um outro que faça uma lista de quem deseja falar e anote as decisões tiradas na assembleia. Outra pessoa deve fazer a ata, um registro detalhado da assembleia. Como é algo que pode ser chato e entediante, esse posto pode ser rotativo.

Na primeira assembleia (quando se decide a ocupação) é conveniente que seja votada uma série de reivindicações e demandas. Com isso, se evitam confusões e se tornam claros os objetivos da ocupação.

ATIVIDADES - É recomendável que durante o dia sejam realizadas atividades na ocupação com a participação de alunos, professores, pais e todos os que apoiem a ocupação. Essas atividades podem ser decididas tanto por companheiros com experiência quanto por professores ou por pessoas que não sejam da escola (familiares, conhecidos, etc.). Algo a ser levado em conta é que tendo mais gente na ocupação durante o dia se reduz muito a possibilidade de algum tipo de agressão à ocupação por parte das autoridades.

Essas atividades podem tanto ser recreativas quanto de formação: podem ser conversas sobre algum tema de interesse ou também pintar cartazes, murais, paredes, grafittis, oficinas de desenhos, o que se desejar. Finalmente, mas não menos importante, é durante esse período de atividades que os companheiros mais atarefados e presentes na ocupação possam relaxar e descansar, diminuindo o esgotamento e cansaço deles.



(Documento publicado pela Frente de Estudantes Libertários Argentina em 2012. Traduzido e adaptado pelo coletivo O Mal Educado.)

2. ORGANIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO

Com esse texto não queremos nada mais que tentar deixar mais fácil o caminho para os companheiros que estão começando suas lutas agora. Textos como esse são os que nos fizeram falta durante os momentos de luta para evitar que conflitos dentro dos grêmios nos distraíssem dos problemas que são realmente importantes em um período de ocupação.

Não existe fórmula secreta nem perfeita para ocupar um colégio. Simplesmente é necessário seguir alguns princípios básicos, ter clareza sobre como se organizar e ajeitar o que foi planejado à conjuntura geral, à correlação de forças, etc.

Uma vez decidida e votada a ocupação do colégio pela totalidade dos estudantes, é primordial e "obrigatório" que se discuta como se organizará todo o processo de ocupação, para garantir que todas as tarefas sejam cumpridas no prazo e da forma proposta, sempre respeitando a democracia direta.

Para que se respeite a democracia e se garanta o cumprimento das tarefas, é preciso dividi-las de alguma maneira. O mais prático e recomendável é que a assembleia geral nomeie comissões para cada tema específico, que fiquem responsáveis de supervisionar e cumprir as tarefas designadas para elas.

As seguintes comissões são básicas e não devem faltar em nenhum processo de ocupação:

COMIDA - É a comissão encarregada de garantir comida para quem dormirá no colégio. Ou seja, ela deve se assegurar para que haja pelo menos jantar e café da manhã. Pode cuidar do almoço, mas como esse é um horário em que há mais pessoas entrando e saindo do colégio, é mais fácil conseguir alimentos do que nos horários em que o colégio fica fechado.

SEGURANÇA - É uma das comissões mais importantes. É a encarregada de cuidar do patrimônio da escola e dos ocupantes. Também é a encarregada de evitar qualquer tipo de briga ou descontrole entre os estudantes. Ela deve fazer as seguintes tarefas:

- Fechar os principais acessos à escola e garantir que sempre tenha alguém os vigiando;
- Impedir que qualquer pessoa não autorizada pela assembleia entre na ocupação (depende do que for decidido coletivamente: professores, autoridades, jornalistas, pais, alunos de outras escolas, alunos que possam representar uma ameaça, etc.) exceto durante a realização de atividades abertas. Durante todo o dia deve haver um grupo considerável de companheiros na entrada principal – no mínimo três – que anotem em uma lista quem entrou e saiu e o horário em que essas pessoas entraram e saíram. Com isso, há um controle que garante um número constante de pessoas na ocupação. Ao encerrar a ocupação, essa lista deve ser destruída, para que não caia em mãos de autoridades que possam chegar a utilizá-la contra os estudantes, fazendo "listas negras", punindo, expulsando, etc;



• Geralmente as autoridades são avisadas da possível ocupação da escola e podem chegar a "entrincheirar-se" (ficar esperando os alunos lá) na diretoria, secretaria, etc. Isso deve ser evitado a todo custo, tendo em conta que nesses espaços é que estão os documentos dos estudantes nos quais as autoridades podem efetuar as sanções/advertências/suspensões/expulsões e fazê-las constar em ata;

• Evitar o uso de álcool, drogas, armas ou qualquer outro elemento proibido pela assembleia. Isso pode ser garantido evitando a entrada desses materiais, proibindo seu uso dentro da ocupação ou até descartando esses materiais;

Essa comissão não tem outra tarefa além de cumprir o que foi deliberado pela assembleia em relação ao tema da segurança. Em relação a casos de violência (tanto internos quanto externos) não se deve tomar uma posição de entrar na briga. Ao contrário, utilizando métodos fraternais, deve-se tentar acalmar os ânimos o máximo possível.

IMPRENSA - É encarregada de divulgar a ocupação para os meios de comunicação, outras escolas/universidades e para quem se considerar necessário. No caso dos meios de comunicação, deve-se chamar os meios selecionados, informando-os da ocupação e pedindo um número de celular para mandar uma nota (por mais bobo que isso pareça, ajuda bastante na difusão das razões da ocupação e da luta em si).

Assim que for feita a ocupação, essa comissão deve também redigir um comunicado no qual se explique suas razões e os motivos que os levaram a este ponto. O comunicado deve ser difundido por todos os meios possíveis (email, Facebook, meios de comunicação, etc.). É primordial ressaltar que o comunicado deve se ater ao que foi decidido na assembleia, sem a interferência de interesses pessoais ou partidários.

Outra ferramenta de divulgação da ocupação são os cartazes, para colar na fachada da escola com as reivindicações da luta que está sendo feita ali.

INFORMAÇÃO - É a encarregada de difundir a informação dentro da ocupação. Ou seja, deve divulgar as resoluções tomadas pela assembleia para todos os estudantes, assim como informes dos meios de comunicação sobre o processo de ocupação. Dessa forma todos tem acesso à informação, igualando o nível de discussão de todos os companheiros e possibilitando um processo realmente democrático e igualitário. Deve também informar os horários e salas das atividades caso essas sejam atividades que todos possam participar.

LIMPEZA - É a encarregada de limpar o estabelecimento (varrer, lavar, etc.). Deve utilizar os utensílios que os funcionários emprestem ou, caso não possam emprestá-los, devem conseguí-los em suas casas ou onde for possível. É importante não só limpar, mas também evitar que os companheiros sujem o espaço, para reduzir o esforço coletivo de limpar grandes estabelecimentos, além de que um espaço muito sujo prejudica a imagem do movimento. Como é uma tarefa que a maioria não quer fazer, o melhor é incentivar a rotatividade de integrantes nessa comissão.

RELAÇÕES EXTERNAS - É um tema importante, sobretudo para evitar que organizações, grupos ou partidos se apropriem da luta, passando por cima da decisão dos estudantes. É necessário proibir práticas que só tenham como objetivo "ganhar ibope" à custa do movimento ou o movimento pode perder sua legitimidade e se esvaziar ao tentarem impor uma bandeira externa.

Para falar com os meios de comunicação, a assembleia deve eleger um ou dois delegados revogáveis (de preferência com mais de 18 anos, para evitar inconvenientes com a lei) que possam comunicar apenas o decidido pela assembleia, sem emitir opiniões pessoais ou de seus grupos.

Para falar com as autoridades (da escola ou externas, como a polícia) devem ser eleitos também um ou dois delegados revogáveis. Esses, depois da discussão, devem transmitir tudo o que foi discutido para a assembleia. Se não o fizerem devem ser trocados. Todas as propostas que surgirem por parte das autoridades devem ser discutidas em assembleia antes de tomar qualquer decisão.

É desejável gravar as reuniões com as autoridades para evitar qualquer tipo de agressão ou ameaça. Devem ser escolhidos também um ou dois delegados para ir às assembleias das escolas vizinhas para dar informações sobre a ocupação, trazendo depois informes das outras escolas para a ocupação.



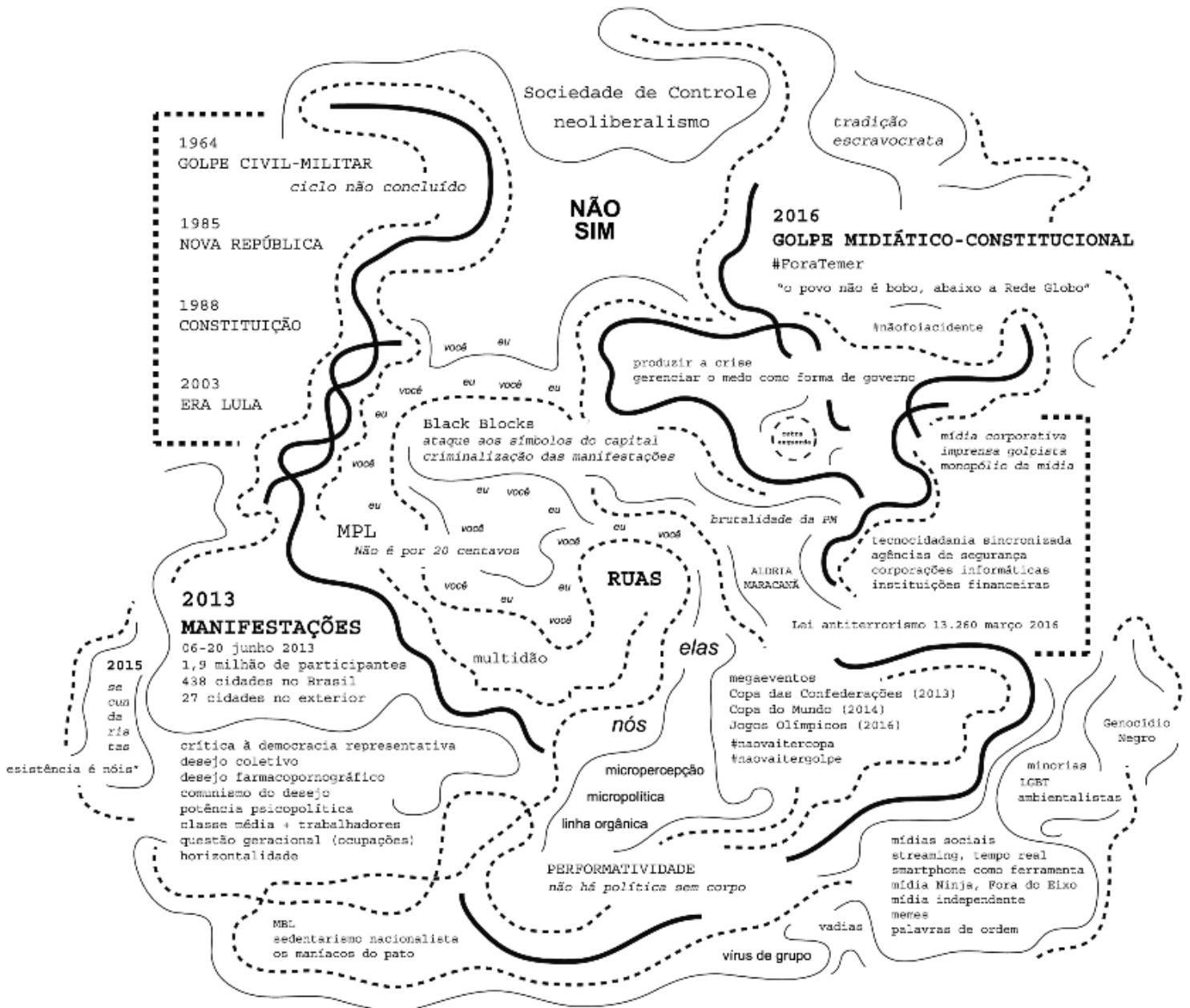
ANEXO 2

Síntese dos “10 motivos para ser contra a reorganização das escolas do Estado de São Paulo” (Machado e Barbio, 2015).

- Ausência de diálogo com professores, estudantes, pais e demais envolvidos, que foram apenas informados do decreto;
- Demissões de professores e trabalhadores terceirizados;
- Ampliação da distância entre a residência dos alunos e suas novas escolas;
- Impacto nos custos e maior tempo de deslocamento gastos com transporte público;
- Influência no aumento da evasão de estudantes que vivem em regiões periféricas e/ou trabalham em locais distantes da sua instituição de ensino;
- Mais alunos por sala de aula;
- Redução de oferta no ensino noturno – importante na realidade brasileira para estudantes que trabalham durante o dia e complementam a renda familiar;
- Sucatização e conseqüente preparação para um deslocamento do ensino público para a iniciativa privada a partir de sua precarização. (Machado & Barbio, 2015).

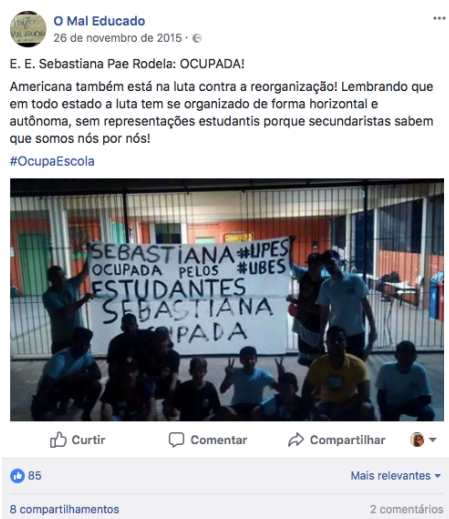
ANEXO 3

Diagrama (manifestações no Brasil entre 2013 e 2016). Basbaum & Penna (2016).

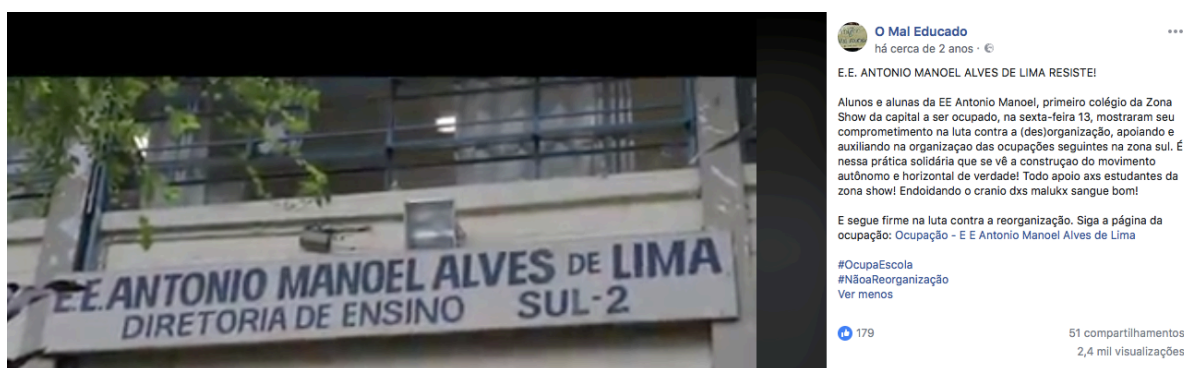


ANEXO 4

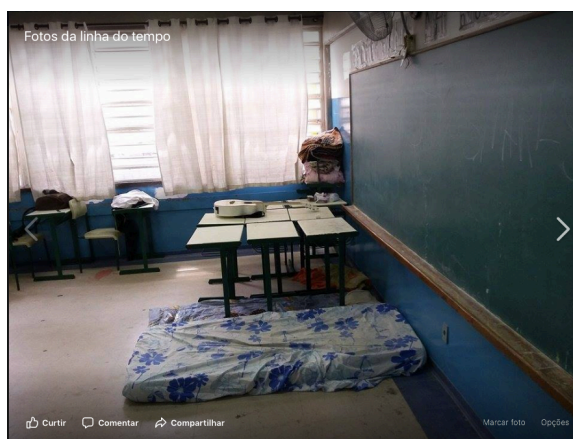
Exemplos de posts com a temática da horizontalidade na fanpage O mal educado.



Lembrando que em todo estado a luta tem se organizado de *forma horizontal e autônoma, sem representações estudantis* (O mal educado, 2016, publicação no Facebook, grifo nosso).



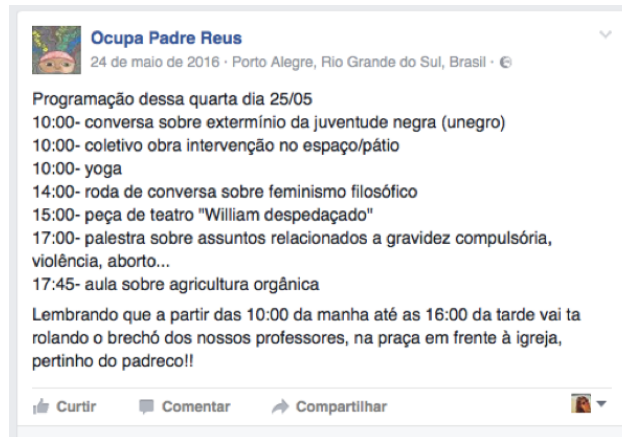
“É nessa prática solidária que se vê a construção do *movimento autônomo e horizontal de verdade!*” (O mal educado, 2016, publicação no Facebook, grifo nosso)



“O número de escolas só cresce, e as estudantes e os estudantes mostram que *a organização horizontal vai barrar as decisões de cima para baixo.*” (O mal educado, 2016, grifo nosso)

ANEXO 5

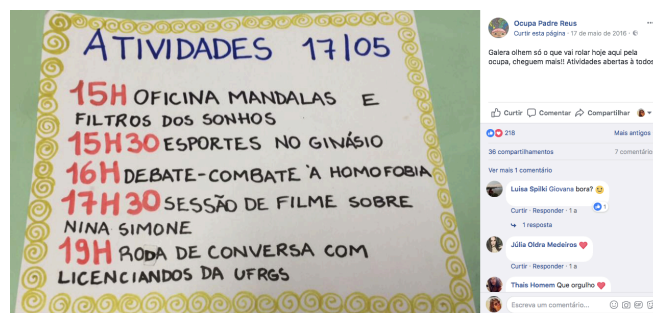
Exemplos de atividades com temáticas minoritárias divulgadas na *fanpage* Ocupa Padre Réus. (Ocupa Padre Réus, 2016, publicações no Facebook).



Destacamos “conversa sobre extermínio da juventude negra”, “roda de conversa sobre feminismo filosófico” e “palestra sobre assuntos relacionados a gravidez compulsória, violência, aborto”.



Estudantes secundaristas organizaram um grupo de estudos sobre feminismo.



Destacamos “debate-combate à homofobia”

ANEXO 6

#Minas de Luta. “Manual escola sem machismo”. (Não fechem minha escola, 2015, publicação no Facebook)



#MINAS DE LUTA

Escola fica, Alekmin sai!

organização: **Juntas**

Manual escola sem machismo:
O que a luta das mulheres tem a ver com a luta pela educação?



Não fechem minha escola
Página curtida · 3 de dezembro de 2015 · 6

Curtir · Comentar · Compartilhar

31

5 compartilhamentos

Escreva um comentário...

Pessoas que você talvez conheça

Mariana Dall'Onder Gomes
25 amigos em comum

Adicionar aos amigos



A luta contra a reorganização segue forte. São mais de 200 escolas ocupadas contra a desorganização de Aلكmin e o fechamento de 92 escolas. A primeira tarefa do governo foi fingir que nada estava acontecendo, mas foi impossível silenciar a nossa luta. Agora, o governo quer uma "guerra contra os estudantes". Mas não, não vamos parar, porque se O Estado não quer, nós já há ferrevidade. E as mães seguem na linha de frente do combate contra Diretores autoritários, a polícia e o governador.

O dia-a-dia das ocupações mostra que as escolas são mais bem cuidadas nas nossas mãos do que nas mãos do Aلكmin. Esses dias de ocupação também nos fazem refletir sobre que tipo de escola queremos: Nossa luta é contra a reorganização, mas também exigimos uma educação melhor. Estamos dando uma aula de cidadania, igualdade de gênero, democracia e cultura todos os dias desde a primeira escola ocupada.

Queremos uma educação livre de machismo! Por isso nas ocupações há divisão das tarefas entre homens e mulheres e as mesmas são respeitadas, ocupando a linha de frente da luta. No movimento Não Fechem Minha Escola, estamos lutando pelas mulheres na política e contra o machismo nas escolas. As mães nas ocupações dão o recado: "Vai ter mais de luta, mais de shortinho, mais enfrentando a polícia, mais na pública. Se não vai ter assédio de professores, colégio e "autoridades!"

1. A divisão de tarefas deve ser sempre igual entre homens e mulheres.
As mães podem atuar na comissão de organização, assim como os pais, mas de maneira rotativa. De manhã e à tarde a organização da escola é feita das mães e pais.
2. Não vamos ficar caladas!
Colônias feministas como a Juntas são um porto seguro para as mães vítimas de machismo. É importante compartilhar os casos de machismo com quem também já passou por isso. Sempre contar com suas amigas e com o seu coletivo para que possam se organizar e tomar providências juntas.
3. Faça uma atividade feminista na sua ocupação!
Aproveite o tempo que está na ocupação para fortalecer as mulheres e realizar debates sobre temas do feminismo, mas como abertura, realização de gênero, sexualidade, #MeToo e mulheres na luta.
4. Juntas somos mais fortes: Converse com as mães, avós e irmãs.
Convide as mães para conhecer a ocupação e participar das atividades. Podem contribuir para que as mães da nossa família também se fortaleçam nessa luta em defesa das escolas.

NAS OCUPAS mostramos que a escola que queremos respeita as mulheres.



Não fechem minha escola
Página curtida · 3 de dezembro de 2015 · 6

Curtir · Comentar · Compartilhar

19

2 compartilhamentos

Escreva um comentário...

Pessoas que você talvez conheça

Mariana Dall'Onder Gomes
25 amigos em comum

Adicionar aos amigos



NAS ESCOLAS

A força da luta das mulheres levou o tema da violência contra a mulher no Brasil para a redação do ENEM. Ao mesmo tempo, este ano, a proposta de incluir o debate de gênero no currículo das escolas não foi aprovada pelas Câmaras de Vereadores. Mas podemos não nos deixar lutar para que as escolas sejam espaços de respeito e que visem à igualdade de gênero. Por uma educação emancipadora e livre do machismo, vamos ocupar as escolas com a luta das mulheres! Os coletivos são muito importantes para fortalecer a luta das mulheres dentro e fora das escolas.

O QUE UM COLETIVO FEMINISTA PODE FAZER?

1. Fortalecer politicamente as alunas
2. Denunciar professores machistas.
3. Organizar atividades feministas
4. Fazer campanhas e outras ações que estimulem a igualdade de gênero
5. Levantar pautas de reivindicações das mulheres
6. Cobrar coletivamente a direção

COMO FUNDAR UM COLETIVO FEMINISTA NA SUA ESCOLA?

- a) Juntem as amigas
- b) Escolham um nome de luta
- c) Se reúnam periodicamente
- d) Pensem em ações nas suas escolas
- e) Não aceitem censura da direção ou de "autoridades". Nesse caso, denuncie e procure ajuda de outros coletivos.
- f) Falem com as manas do Juntas!



Não fechem minha escola
Página curtida · 3 de dezembro de 2015 · 6

Curtir · Comentar · Compartilhar

22

Mais relevantes

1 compartilhamento

6 comentários

Cláudia Dias Oh que coisa linda! A luta feminina também é importante!
Curtir · Responder · 2 a

Maria Carolina Borsato Malara Aparício pra suas irmãs que vão pra lá
Curtir · Responder · 2 a

Ver mais 4 comentários

Escreva um comentário...

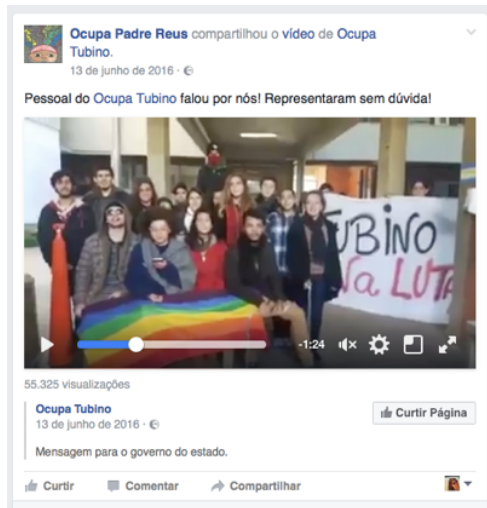
Pessoas que você talvez conheça

Mariana Dall'Onder Gomes
25 amigos em comum

Adicionar aos amigos

ANEXO 7

Posts em defesa da diversidade de gêneros.



À esquerda, estudantes da ocupação Padre Réus partilham vídeo da Ocupa Tubino com mensagem sobre respeito à diversidade e repúdio ao projeto Escola Sem Partido. Na imagem, uma bandeira nas cores da bandeira LGBT. (Ocupa Padre Reus, 2016, publicação no Facebook).

À direita, “Direção da Escola Fernão Dias Paes é transfóbica!” Estudantes de ocupações realizam manifestos contra diretora que expulsou alunos após protestos contra trotes transfóbicos. (O mal educado, 2016, publicação do Facebook).

Abaixo, secundaristas comemoram visibilidade lésbica: “Em um país machista e LGBTfóbico como o Brasil, quando uma mulher que tem a visibilidade de Fernanda Gentil assume um relacionamento homossexual é motivo de esperança para a causa da visibilidade lésbica e das mulheres bissexuais!”. (Não fechem minha escola, 2016, publicação no Facebook).



ANEXO 8

Representatividade negra em *post* do Facebook. Secundaristas comemoram e reivindicam mais turmas de formandos negros nas universidades. (Não fechem minha escola, 2016, publicação no Facebook)

 **Não fechem minha escola** compartilhou a foto de Felipe Simoni.

11 de dezembro de 2016 às 15:02 · 🌐

Por mais fotos de formatura como essa vamos lutar muito! Parabéns aos formandos!



Felipe Simoni
10 de dezembro de 2016 às 19:30 · São Paulo, Brasil · 🌐

É de arrepiar a foto da turma de formandos do Campus dos Malês da Unilab (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira) em São Francisco do Conde, na Bahia.

É só o começo! ❤️

ANEXO 9

Como fazer uma manifestação de rua. (Escolas do RJ em luta, 2016, publicação no Facebook).

COMO FAZER UMA MANIFESTAÇÃO DE RUA

1 Convoque todos os alunos, professores, pais, apoiadores e a comunidade do seu bairro para uma concentração em frente da sua escola. Se houver poucas pessoas, combine uma manifestação com outras escolas. Mas o mais importante é a disposição e a organização, e não somente a quantidade de pessoas. - 30 pessoas já conseguem parar uma rua!

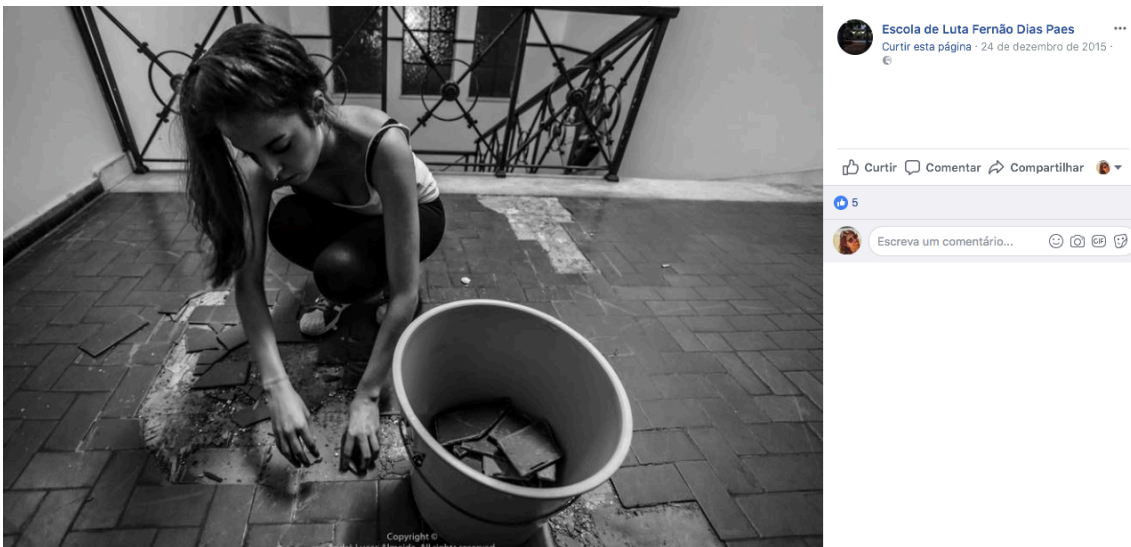
2 Leve as mesas e cadeiras de sua sala de aula/escola para o ato. Além de ajudar a bloquear a passagem dos carros, elas são o símbolo da nossa luta!

The Facebook post is from the page 'Escolas do RJ em luta', dated 29 de março de 2016. It shows 45 likes, 4 shares, and 1 comment. A comment by Douglas Berteloni Ocupa! is visible.

“Leve as mesas e cadeiras de sua sala de aula/escola para o ato. Além de ajudar a bloquear a passage dos carros, elas são o símbolo da nossa luta!” (Escolas do RJ em luta, 2016, publicação no Facebook).

ANEXO 10

Publicações exibem cuidados com a escola.



ANEXO 11

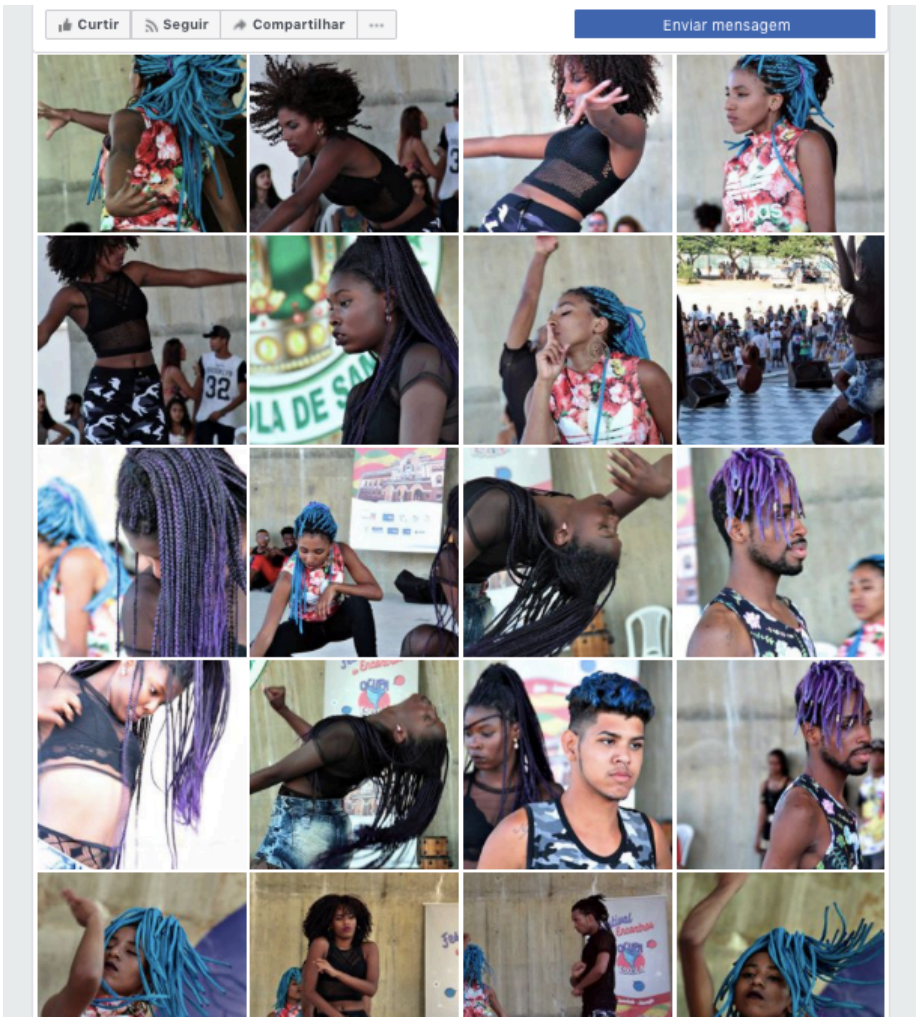
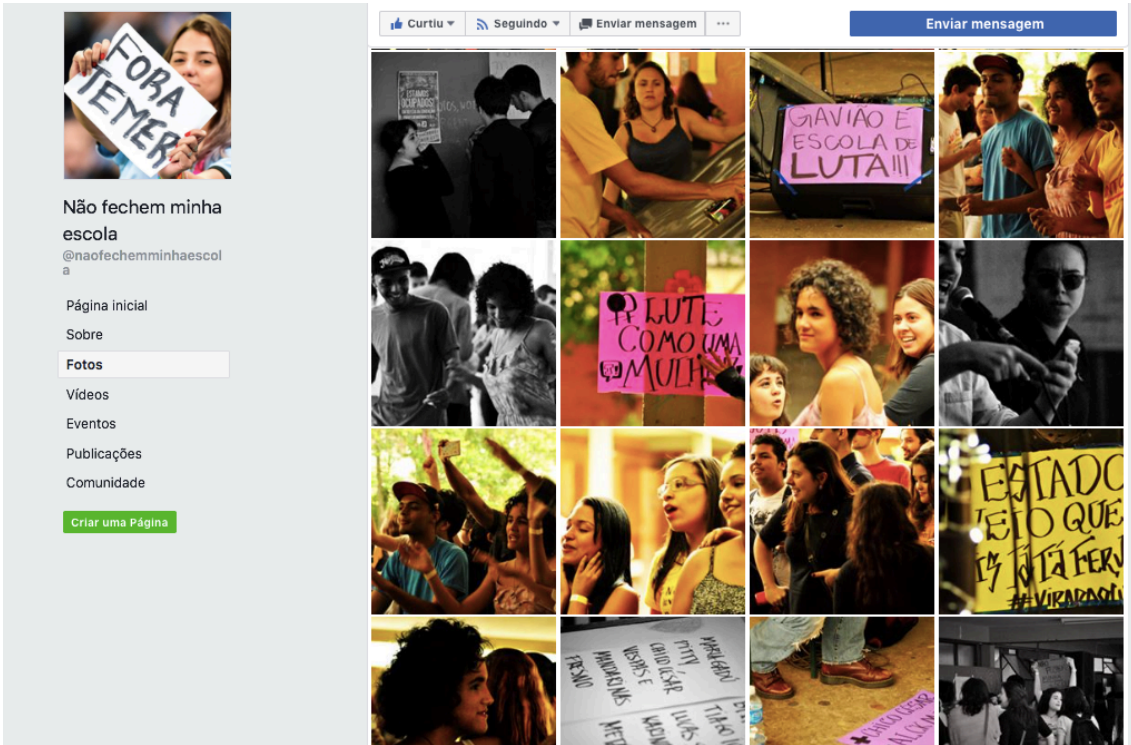
Estudantes realizam performance artística junto ao Museu de Arte de São Paulo (MASP). Os alunos tiveram seus corpos enrolados por faixas de interdição e, imobilizados, seguravam com a boca livros didáticos da rede pública de ensino. (Foto: Bruno Santos/Folhapress. Fonte: Gragnani, Folha de São Paulo, 2015)



ANEXO 12

As “Viradas Culturais” – realizadas nas escolas e mobilizadas e visibilizadas através do Facebook





ANEXO 13

Campanha “Doe uma aula”

Exemplo de formulário compartilhado nas *fanpages* dos secundaristas.

#SeFecharAGenteOcupa

APOIE UMA ESCOLA OCUPADA - DOE UMA AULA

Esta iniciativa quer criar colaborativamente um banco de aulas e oficinas com voluntários que se disponham a ir a uma das escolas ocupadas pelos estudantes secundaristas de São Paulo e ali lecionem alguma atividade educativa. O banco de dados com estas inscrições será público para que todas as escolas possam visualiza-lo e ao mesmo tempo possamos criar programas de atividades que possam acontecer em diversas escolas e organizado pelas pessoas das próprias comunidades.

Esta é a maneira mais efetiva de se pressionar por uma educação de qualidade, construindo coletivamente o programa e demonstrando para o governo a força do apoio popular e a consciência que temos de que a escola deve servir a população e por isso é ela que tem a palavra final sobre seus desígnios.

Compartilhem! Vamos iniciar uma prática colaborativa com o bem público, alterar a lógica paternalista e patrimonialista do estado.

Doe seu tempo e conhecimento para uma escola pública. Engaje sua comunidade a cuidar da escola pública local. Assim construiremos um ensino público com participação democrática.

Aqui um mapa com as escolas que se estão ocupadas neste momento: <https://goo.gl/hWstfC>
Use este mapa para encontrar uma ou mais escolas ocupadas que possa oferecer a aula.

Sugestões, apoios e outros mande um email para hublivre@gmail.com com o título "APOIO AS ESCOLAS OCUPADAS"

ESTA INICIATIVA É COLETIVA E PERTENCE A TODOS QUE PARTICIPAREM PORTANTO MANTEREMOS OS DADOS DESTES FORMULÁRIO PÚBLICO.

* Reprodução do texto:

Esta iniciativa quer criar, de forma colaborativa, um banco de aulas e oficinas com voluntários que se disponham a ir a uma das escolas ocupadas pelos estudantes secundaristas e ali lecionem alguma atividade educativa. A ideia é conectar doadores de aulas com os próprios estudantes secundaristas, que irão acessar as respostas e entrar em contato com os proponentes. O banco de dados com estas inscrições será público para que todas as escolas possam visualiza-lo e ao mesmo tempo possamos criar programas de atividades que possam acontecer em diversas escolas e organizado pelas pessoas das próprias comunidades.

Esta é a maneira mais efetiva de se pressionar por uma educação de qualidade, construindo coletivamente o programa e demonstrando para o governo a força do apoio popular e a consciência que temos de que a escola deve servir a população.

Compartilhem!

Vamos iniciar uma prática colaborativa com o bem público (...) Doe seu tempo e conhecimento para uma escola pública. (...) Assim construiremos um ensino público com participação democrática.

Aqui um mapa com as escolas que se estão ocupadas neste momento:

<http://ocupaparana.org/>

Use este mapa para encontrar uma ou mais escolas ocupadas que possa oferecer a aula.

(...)

ESTA INICIATIVA É COLETIVA E PERTENCE A TODOS QUE PARTICIPAREM, PORTANTO MANTEREMOS OS DADOS DESTES FORMULÁRIO PÚBLICO.

ANEXO 14

Jurada do Masterchef Brasil, Paola Carosella, prepara a merenda em escola ocupada. (Não fechem minha escola, 2016, publicação do Facebook).



Não fechem minha escola
20 h ·

A diva Paola Carosella, jurada do Master Chef, cozinhou hoje na Ocupação Fêmeão Dias!

Foto: Ocupação Fêmeão Dias.

#ViradaOcupacao #NaoFechemMinhaEscola
#PaolaCarosella — com Rafael Doss.

Curtir · Comentar · Compartilhar

Joana Santos Neitsch Principais comentários ·
loppi, Carolina Lagos, Sibeles Lopes e
outras 37.569 pessoas curtiram isso.

7 979 compartilhamentos 1,8 mil comentários

Raul Maia Andrade Neves A ocupação das
escolas está se tornando um grande cenário
cultural. Que maravilha.
Curtir · Responder 1.738 · 20 h

3 Respostas

Natacha Orestes Uma aula sobre: como usar
seus privilégios em benefício da educação

Isso aí
Curtir · Responder 1.918 · 20 h

Ver respostas anteriores

Natacha Orestes Eu não entendo.
Estou aplaudindo a atitude da Paola e...
"estou dividindo o movimento". O que
esses direitosos estão fazendo aqui?
Quero saber o que vocês críticos de
facebook estão fazendo pelos
secundaristas além de encher
meuzovário com mimimi de machinho
mimadinho
Curtir · Responder 31 · 19 h

Ver mais respostas

Jéssica Cardoso Meu Deus... Melhor pessoal
Que inveja desse menino! E vocês são demais!
Curtir · Responder 382 · 20 h

ANEXO 15

Corpos expostos à violência visibilizados no Facebook.



Não fechem minha escola
Página curtida · 10 de maio de 2016 · €

RESUMINDO O ESTADO EM UMA FOTO

"Podia ser sua filha, sua irmã, sua amiga, sua namorada, ou, a partir de agora, uma jovem que se fez próxima de você e para quem seu coração derrama-se em solidariedade. Uma cena que revira o peito de indignação e choro. Ontem (9) à tarde, a jovem Beatriz, ativista das boas, estava indo para uma manifestação na Paulista. Encontrou uns fascistas fardados no meio do caminho. Um, o chefe, tenente da PM, enforca. O outro segura. É o governo do PSDB. É o ensaio do governo Temer." Mauro Lopes, Jornalista

A foto é do Marcos Firmino — com Martinha Andrade, Maria Aparecida Cida Santos e Beto Richa.

Curtir · Comentar · Compartilhar

26 mil · Mais relevantes

16.827 compartilhamentos · 2 mil comentários

Escreva um comentário...



Não fechem minha escola
Página curtida · 2 de maio de 2016 · Editado · €

VÃO ATRÁS DOS LADRÕES DE MERENDA!

Olha a cara de "medo" dos secundaristas na Ocupação do Centro Paula Souza.

#ForaAlckmin
#AbaixoARedeGlobo

(Foto do Caio Castor)

Curtir · Comentar · Compartilhar

4,5 mil · Mais relevantes


2.474 compartilhamentos · 83 comentários

Amanda Borges Etec Ribeirão Preto já começou a receber merenda hahaha Vcs são Phodal! #forcaresistencia

Curtir · Responder · 2 a

Amanda Borges É melhor eu retirar o que eu disse, pq não dá pra chamar de merenda um achocolatado na caixinha e meia dúzia de bolachas em um pacotinho.

Escreva um comentário...



Não fechem minha escola
Página curtida · 9 de janeiro de 2016 · €

A quem serve essa polícia?

Curtir · Comentar · Compartilhar

3,9 mil · Mais relevantes

415 compartilhamentos · 119 comentários

Tatiane Menezes Você de arma na mão tenha compaixão. Jogue isso no chão e junte-se a união. Você tem essa farda não passa de um coitado é mais um cidadão é mais um explorado!!!!!!

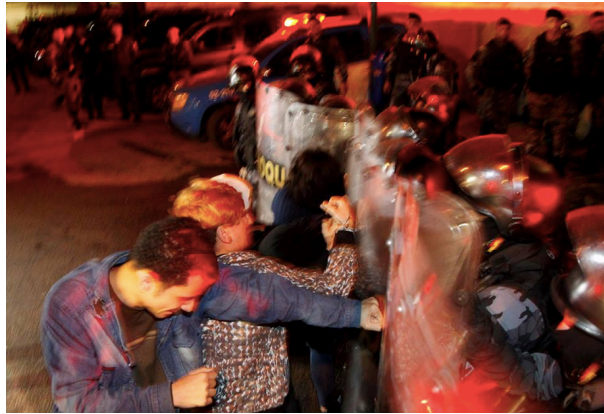
Curtir · Responder · 2 a · Editado

12 Respostas

Leticia Reis Não vem com esse papo de "caso isolado", quando nessa mesma semana policial à paisana também apontou arma letal para reprimir manifestação dos estudantes em Goiânia. Não é caso isolado. É padrão de violência das PMs no Brasil.

Curtir · Responder · 2 a

Escreva um comentário...



O Mal Educado
Página curtida · 21 de maio de 2016 · €

Curtir Comentar Compartilhar

4 Mais relevantes

1 compartilhamento

Visualizar 1 comentário

Escreva um comentário...

Grupos sugeridos ver tudo

Pesquisadores e estudantes de Ciências da Comunica...
3 amigos · 401 membros

+ Participar



O Mal Educado
Página curtida · 21 de maio de 2016 · €

Curtir Comentar Compartilhar

3 Mais relevantes

3 compartilhamentos 1 comentário

Maria Lins É triste!
Curtir · Responder · 1 a

Escreva um comentário...

Grupos sugeridos ver tudo

Emprego Lisboa
10 amigos · 150.309 membros

+ Participar



O Mal Educado
Página curtida · 21 de maio de 2016 · €

Curtir Comentar Compartilhar

2

Escreva um comentário...

Grupos sugeridos ver tudo

Médicos Unidos
16.003 membros

+ Participar

ANEXO 16

Vai ter shortinho, sim! (Não fechem minha escola, 2016, publicação em perfil do Facebook).



Não fechem minha escola
Página curtida · 26 de fevereiro de 2016 · 🌐

VAI TER SHORTINHOS SIM! E QUE SE DANEM OS MACHISTAS, CONSERVADORES, FÃS DO BOLSONARO E AFINS!

Muitas mulheres jovens foram grandes lideranças das ocupações nas Escolas de SP e ainda são nas escolas ocupadas de Goiás. Foram elas que enfrentaram o Eduardo Cunha nas ruas. São as meninas e adolescentes que estão enfrentando o conservadorismo e machismo das gestões escolares. Merecem todo apoio!

“Ao invés de humilhar meninas por usar shorts em climas quentes, ensine estudantes e professores homens a não sexualizar partes normais do corpo feminino. Nós somos adolescentes de 13-17 anos de idade. Se você está sexualizando o nosso corpo, você é o problema.
Quando você interrompe a aula de uma menina para forçá-la a mudar de roupa ou mandá-la pra casa por que o short dela é “muito curto”, você está dizendo que garantir que os meninos tenham

Escreva um comentário...

ANEXO 17

Por uma escola sem censura! No texto, pode-se ler: “A luta dos secundaristas em todo país mandou uma mensagem clara: a juventude quer ter sua voz!” (Não fechem minha escola, 2016, publicação do Facebook)



Não fechem minha escola ...
Página curtida · 27 de julho de 2016 · Editado ·

QUEM SOMOS?
Somos uma campanha aberta por uma escola sem qualquer tipo de censura e, em especial, contra o Projeto de Lei da Escola Censurada, a chamada "Escola Sem Partido".
Uma iniciativa do Não Fechem Minha Escola, Escolas do RJ em luta, Escolas do Ceará em Luta, Escolas Gaúchas em luta, Escolas Baianas em Luta com o Encontro de Grêmios - DF, essa página tem como objetivo mostrar, a partir de todas perspectivas possíveis, o porquê precisamos lutar por uma escola verdadeiramente libertadora.

PELO QUE LUTAMOS?
Por uma escola livre, democrática e emancipadora, que não restrinja o debate nem persiga os alunos ou professores.
A luta dos secundaristas em todo país mandou uma mensagem clara: a juventude quer ter sua voz! Não é atoa que aqueles que sempre buscaram uma sala de aula vazia de crítica ou discussão estão, logo agora, pondo todas suas

Escreva um comentário...

ANEXO 18

Grave tudo! (Não fechem minha escola, 2016, publicação no Facebook).

Grave tudo!



Não fechem minha escola



há cerca de 2 anos · 🌐

FILME TUDO DIANTE DE QUALQUER AMEAÇA DA POLÍCIA OU DA DIREÇÃO DAS ESCOLAS!

O pessoal da ocupação da E.E. Raul Fonseca e do Canal Secundarista fez esse vídeo com importantes dicas sobre como gravar as tentativas de intimidação da direção e as agressões da polícia! Importante todo mundo ver!

[#RaulÉEscolaDeLuta](#)

[Ver menos](#)

 1,6 mil

1,5 mil compartilhamentos

84 mil visualizações

ANEXO 19

Divulgação de oficina de midiativismo – por uma escola sem amarras. (Não fechem minha escola, 2016, publicação no Facebook).



**Oficina de
MIDIATIVISMO**
por uma escola sem amarras!

Encontro Estadual de Estudantes
21/08 | 9h | Casarão do Belvedere

Uma parceria de: **NFME** Não Fechem Minha Escola | **juntos** | **voçõ emancipa** movimento social da

Não fechem minha escola
Página curtida · 19 de agosto de 2016 · Editado

FALTAM 2 DIAS!!!

Na oficina de midiativismo nós vamos discutir a importância das redes sociais para o fortalecimento das nossas ações nas escolas, como elas podem nos conectar com outros movimentos e amplificar o alcance das nossas demandas.

Para saber o que mais vai rolar no encontro, acesse: <https://www.facebook.com/events/1091901004232342/>

Ajude colaborando com a nossa campanha no catarse: <https://www.catarse.me/pt/porumaescolasemamarras...>

Curtir Comentar Compartilhar

25

3 compartilhamentos

Escreva um comentário...

ANEXO 20

Os memes no Ocupa Escola.

A screenshot of a Facebook post. On the left, a white box contains the text: "a greve atrapalha a sociedade" and "por isso chama greve, se fosse pra divertir chamava meme". The post is from user 'pedro @castrijon'. On the right, the Facebook interface shows the page name 'Não fechem minha escola', the date '27 de abril de 2017', and the number of likes '2,6 mil'. There are two visible comments: one from 'Elton Marchini' and another from 'Arthur Pasqualotto'.

A screenshot of a Facebook post. The post is from the page 'Não fechem minha escola' and is dated '26 de abril de 2016'. The text above the image reads: "800 milhões de pessoas passando fome? Um pequeno detalhe...". The image itself features a woman in a long dress with her arms outstretched in a mountainous landscape, with the text: "O CAPITALISMO DEU CERTO SIM!" at the top and "TIRANDO AS GUERRAS, AS CRISES, A MÁ DISTRIBUIÇÃO DE RENDA, A FOME, A VIOLÊNCIA URBANA, A DESTRUIÇÃO DO MEIO AMBIENTE... DEU CERTO SIM!" at the bottom. The Facebook interface shows 6 mil likes and 3.886 shares.



Não fechem minha escola
 Página curtida · 12 de maio de 2016 · €

POLÍCIA E DIREÇÕES DE ESCOLA SE UNEM PARA PERSEGUIR ESTUDANTES NO INTERIOR!

Recebemos um depoimento de estudantes que pediram para não serem identificados e que demonstra como muitos dirigentes escolares se sentem mais a vontade em se aliar com a PM para censurar e perseguir os estudantes do que dispostos a discutir e dialogar com os estudantes. Essa gente não gosta de educação e precisa urgentem... Ver mais

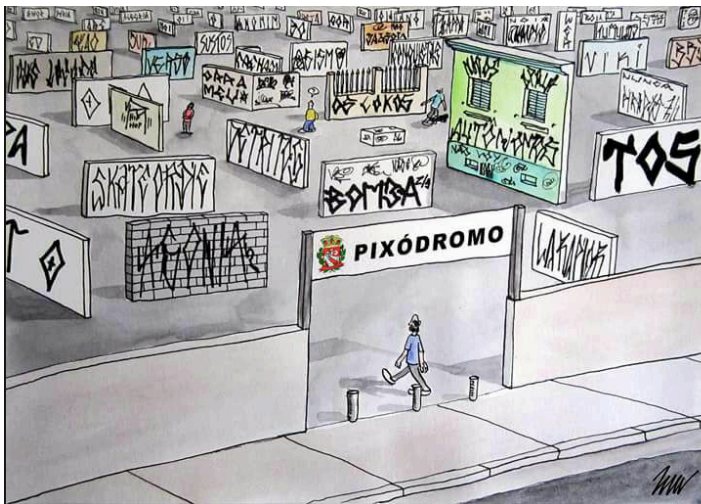
👍 Curtir 🗨 Comentar ➦ Compartilhar

👍👍👍 478 Mais relevantes ▾

158 compartilhamentos 4 comentários

Luis Santos Fala povo olha ai o governo psdh de Geraldo Alckmin e desculpa ai quem

Escreva um comentário...



Não fechem minha escola
 Página curtida · 24 de fevereiro de 2017 · Editado · €

👍 Curtir 🗨 Comentar ➦ Compartilhar

👍👍👍 261 Mais relevantes ▾

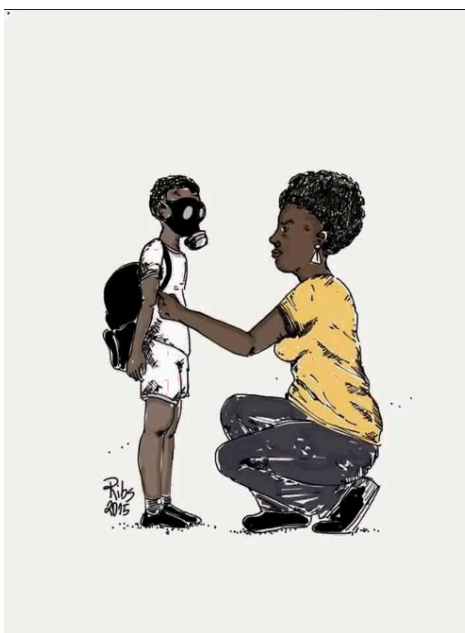
17 compartilhamentos 7 comentários

Dani Saporito pelo menos não é no muro da minha casa nem na porta do meu estabelecimento onde não autorizei pixo algum...aprovei

Curtir · Responder · 1 a

Lucas Gonçalves A falta de informação sobre o "problema" é o que atrasa a discussão. O povo contra o povo. Assim fica fácil pro Estado.

Escreva um comentário...



Escolas do RJ em luta
 Curtir esta página · 8 de maio de 2016 · €

Dia das Mães dos secundas é luta!

👍 Curtir 🗨 Comentar ➦ Compartilhar

👍👍👍 376 Mais antigos ▾

29 compartilhamentos 1 comentário

Lucia Rebello Parabéns especial para essas mães guerreiras e seus filhos!

Curtir · Responder · 2 a

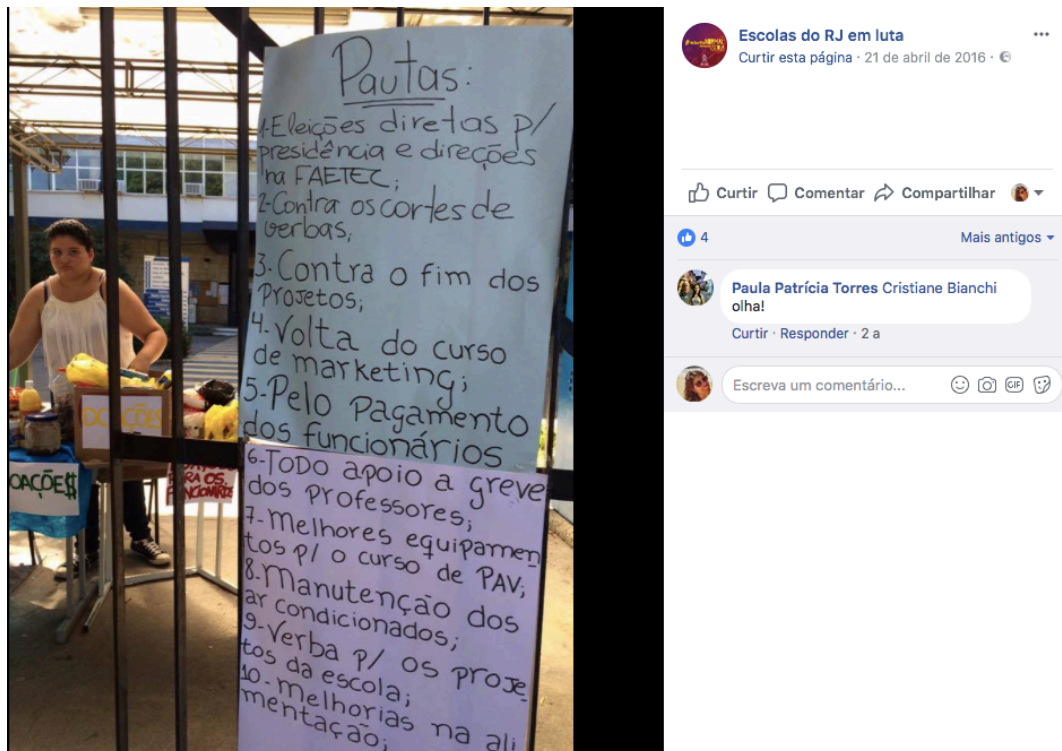
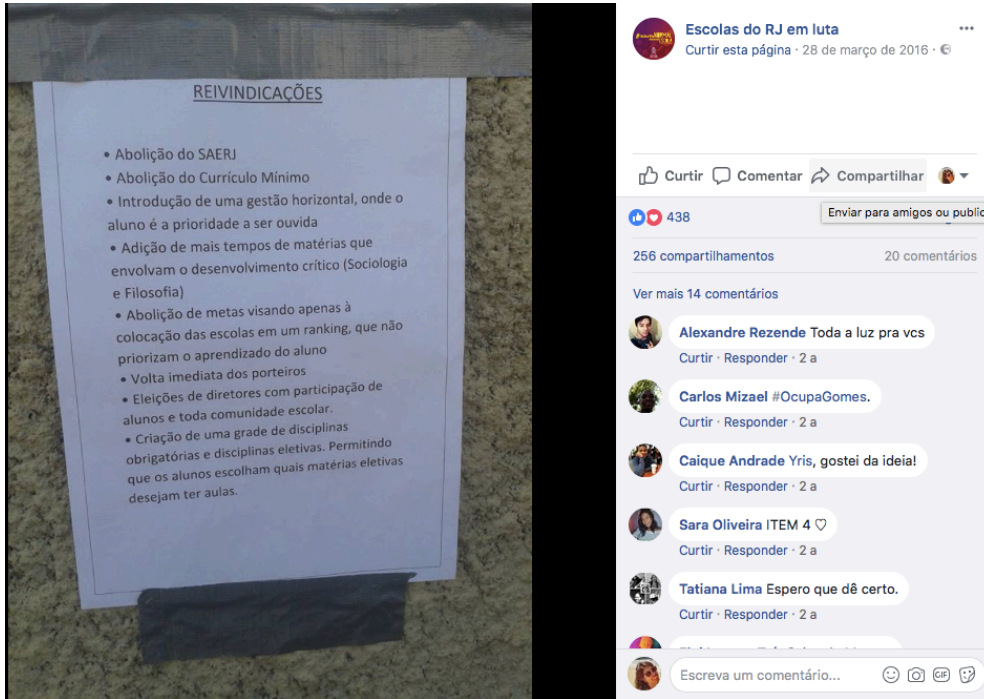
Escreva um comentário...

Grupos sugeridos ver tudo

GT Jornalismo e Sociedade da SOPCOM
 512 membros + Participar

ANEXO 21

Posts com listas de reivindicações das ocupações secundaristas.





Escolas do RJ em luta

1 de junho de 2016 · 🌐

[OCUPA SEEDUC - NOTA]

Nós, estudantes que ocupamos a Secretaria de Educação, informamos nossas pautas gerais:

- * ELEIÇÕES PARA DIREÇÕES (COM VOTO DOS ESTUDANTES)
- * PASSE LIVRE (FIM DA COLEIRA ELETRÔNICA)
- * REFORMULAÇÃO DO CURRÍCULO MÍNIMO (NÃO ACEITAMOS QUE NOSSO ENSINO SEJA LIMITADO)
- * PELA CONQUISTA DAS PAUTAS DOS PROFESSORES GREVISTAS
- * GARANTIA QUE NÃO AJA PERSEGUIÇÃO POLÍTICA AOS OCUPANTES DE ESCOLAS
- * PELA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE UNIFORMES ESCOLARES
- * PELA PUBLICAÇÃO EM DIÁRIO OFICIAL DAS CONQUISTAS NAS NEGOCIAÇÕES COM O ANTIGO SECRETÁRIO CAIO CASTRO
- * PELA ABERTURA DA CPI NA EDUCAÇÃO (O ESTADO PRECISA DAR UMA RESPOSTA SOBRE CADA MATERIAL ENCONTRADO QUE OS ESTUDANTES NÃO TINHAM ACESSO)

Entre outras (Incluindo as pautas específicas de cada escola)!

A grande mídia mais uma vez está no seu serviço sujo manipulador, tentando enfraquecer mais uma luta legítima e independente.

[SOBRE O USO DE MÁSCARAS]

Há anos explicamos, porém não custa repetir.. É de extrema necessidade garantir a segurança de todos os alunos e apoiadores que aqui se encontram! (contra toda e qualquer perseguição política que sabemos que existe SIM a todos aqueles que lutam legitimamente por seus direitos)

A desocupação da Sede dependerá da negociação direta com o Governador Francisco Dornelles juntamente com o Secretário Wagner Vícter!

OBS: QUEREMOS SIM, O FIM DO SAERJ!

"Se não há igualdade para os pobres, que não haja paz para os ricos"

#EstudantesEmLuta
#OcupaSeeduc
#OcupaTudo

👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar 🌐

👍❤️ 217 Mais antigos ▾
64 compartilhamentos 7 comentários



Escolas do RJ em luta


Curtir esta página · 15 de abril de 2016 · 🌐

👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar 🌐

👍❤️ 5
Escreva um comentário... 😊 📷 🗨️ 🙄

ANEXO 22


Posts sobre com notas sobre a desocupação.

 **Escola de Luta Fernão Dias Paes** 5 de janeiro de 2016 · 🌐

"Nós, estudantes secundaristas, nos organizamos desde o dia 6 de outubro contra a reorganização imposta pelo governador Geraldo Alckimin.
Ficamos ocupados durante 55 dias na escola Fernao Dias Paes, alcançamos juntos mais de 200 ocupações e durante uma semana travamos a cidade. A união de nossas forças nos fez vitoriosos, ganhamos uma batalha mas, ainda não ganhamos a guerra.
A LUTA NÃO ACABOU!
Todo o apoio as escolas que permanecem ocupadas.
De SP á Goiás, de Goiás ao Brasil e do Brasil para o mundo.
Deixamos a ocupação, mas continuamos na luta contra todos os ataques que veem de cima, contra reorganização e agora contra o aumento da tarifa."

Fotos: André Lucas

- Texto lido por estudantes durante a desocupação.



👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar 🍷

👍❤️ 643 Mais antigos ▾



Ocupa Padre Reus

24 de junho de 2016 · 🌐

Momento da desocupação! Estudantes de luta que ocuparam a escola Padre Reus e concluíram formando uma verdadeira família lá dentro. Muito obrigada a todos que apoiaram de alguma maneira a ocupação nestes 41 dias. A luta continua, e a ocupação fica para memória. Gratidão.

(NOTA DE ESCLARECIMENTO DA DESOCUPAÇÃO:

<https://www.facebook.com/permalink.php...>)



Secundaristas em Luta - GO compartilhou uma foto.

31 de janeiro de 2016 · 🌐

:::: CARTA DE DESOCUPAÇÃO DOS SECUNDARISTAS DO COLÉGIO ESTADUAL CECÍLIA MEIRELLES ::::

Há 53 dias atrás se iniciou um dos movimentos mais bonitos em Goiás nos últimos tempos: a ocupação das escolas públicas por secundaristas em busca de uma educação pública totalmente gratuita e de qualidade. Uma, duas, três... quinze e o que chegou a serem 27 escolas, sendo o Colégio Estadual Cecília Meirelles (CEPI CM), localizado em Aparecida de Goiânia, o 5º colégio ocupado no dia 14 de dezembro de 2015.

(...)

Só com a luta organizada conseguimos efetivamente conquistar direitos. Não, não é o voto que garante isso. Eleger alguém por nós, a história mostra que não muda nada. É a gente por a gente mesmo, representando a nós mesmos. Essa é a verdadeira democracia. Adianta, adianta lutar sim! As OSs já eram para começar este semestre em Anápolis e de 300 escolas em Goiás foram reduzidas para 23. Vencemos! Um monte de estudante em conjunto com apoiadores fez o todo poderoso governador voltar atrás, imaginem o que seríamos capazes se estivermos todos juntos lutando?

(...)

Anunciamos (com um pequeno atraso) que o Colégio Estadual Cecília Meirelles foi desocupado no dia 28 de janeiro de 2016, com as chaves entregues a um grupo de professoras e professores de confiança após os mesmos inspecionarem todo o colégio e garantirem que ele foi totalmente bem cuidado durante a ocupação.

É isso. Obrigado a todos que nos apoiaram e a luta não acabou. Ela continua firme nas ruas, dentro da escola, nas outras ocupações.

NÃO TEM ARREGOI